



# Município de **CAMPO MOURÃO**

Cidade Escola

**TRABALHO PRA VALER**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 22/2019**  
De 20 de setembro de 2019

Altera o Anexo III da Lei Complementar nº 55, de 18 de setembro de 2019, que acresce dispositivo à Lei Complementar nº 22, de 22 de março de 2012, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de Campo Mourão, e dá outras providências.

O **PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

## LEI

**Art. 1º** O Anexo III da Lei Complementar nº 55, de 18 de setembro de 2019, passa a vigorar na forma do Anexo III desta Lei Complementar.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"**  
Campo Mourão, 20 de setembro de 2019



José Roberto Voidelo  
**Prefeito Municipal em Exercício**

Poder Legislativo de Campo Mourão

Processo nº 1824 / 2019

Código Verificador : T231

Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMP

Data / Hora: 23/09/2019 08:27

Assunto: Processo Legislativo

Subassunto: Projeto de Lei Complementar



00000000000000011090





# Município de **CAMPO MOURÃO**

Cidade Escola

TRABALHO PRA VALER

## MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 22/2019

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Encaminhamos para apreciação dessa Câmara Legislativa o Projeto de Lei que “Altera o Anexo III da Lei Complementar nº 55, de 18 de setembro de 2019, que acresce dispositivo à Lei Complementar nº 22, de 22 de março de 2012, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de Campo Mourão, e dá outras providências”.

Através da Lei Complementar nº 55, de 18 de setembro de 2019, publicada do Órgão Oficial nº 2443/2019, foi alterado o artigo 66 da Lei Complementar nº 22, de 22 de março de 2012, incluindo-se o inciso III no referido dispositivo, para que o Plano de Ação e Investimentos (Anexo III) passasse a integrar o Plano Diretor, juntamente com o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV e o Termo de Referência para elaboração do Plano Diretor Municipal da Defesa Civil.

Ocorre que no Projeto de Lei que originou a Lei Complementar nº 55, de 18 de setembro de 2019, houve emenda do Sr. Vereador Sidney Ronaldo Ribeiro, onde foram redistribuídos recursos destinados ao transporte coletivo para as áreas da saúde e da educação, porém, nos quadros respectivos não foram considerados os valores a maiores na somatória.

Além disso, com a emenda do Sr. Vereador, houve a destinação de parte do valor para a construção de escola na região do Jardim Santa Cruz e Batel, mas esta escola está sendo construída e custeada com recursos do Estado do Paraná, não sendo empregados recursos do Município. Por isso, o recurso destinado a esta escola na emenda parlamentar foi redistribuído no Plano de Ação e Investimento (Anexo III).

Desta forma, venho mui respeitosamente submeter o presente Projeto de Lei a essa Egrégia Casa Legislativa para votação e aprovação **em regime de preferência**, reiterando aos Nobres Edis os meus votos de profundo respeito e admiração.

PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”  
Campo Mourão, 20 de setembro de 2019

  
José Roberto Voidelo  
Prefeito Municipal em Exercício





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**

TAUILLO TEZELLI - *Prefeito*

# **ANEXO III - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS – PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

**CAMPO MOURÃO - PR  
2018 - 2022**

**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

TAUILLO TEZELLI  
**Prefeito Municipal**

José Roberto Voidelo  
**Vice-Prefeito Municipal**

**SECRETÁRIOS MUNICIPAIS**

Robervani Pierin do Prado  
**Procurador-Geral**  
**Secretário Especial de Assuntos de Governo - Interino**

Ricardo Borges Botaro  
**Assessor da Comunicação**

Alex Barbosa  
**Coordenador do Controle Interno**

Silvane Bottega  
**Superintendente da PREVISCAM**

Aldecir Roberto da Silva  
**Secretário da Fazenda e Administração**

Rosemeire do Carmo Martelo Cruz  
**Secretária da Saúde**

Luiz Carlos Rubia Malavazi  
**Secretário de Obras e Serviços Públicos**

Cristiano Augusto Vasconcelos Calixto  
**Secretário do Controle, Fiscalização e Ouvidoria**  
**Coordenador Geral de Governo - Interino**

Carlos Alberto Facco  
**Secretário do Desenvolvimento Econômico**

Tânia Aparecida Caetano Pinto Silveira  
**Secretária da Educação**

Fabírcia Juliana de Araújo Bronzel  
**Secretária da Ação Social**

Simone de Cássia Padilha  
**Secretária do Planejamento - Interina**

Franco Freire Sanchez  
**Secretário da Agricultura e Meio Ambiente - Interino**

Marcelo de Oliveira Lima  
**Secretario Especial do Esporte, Recreação e Lazer - Diretor Presidente da FECAM**

Marley Lisabete Formentini  
**Secretária Especial da Cultura - Diretora Presidente da FUNDACAM**

**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**

Edson Battilani  
**Presidente**

Edilson Vedovatti Martins  
**1º Vice-Presidente**

Sidney Ronaldo Ribeiro  
**2º Vice-Presidente**

Jadir Soares  
**1ª Secretário**

Roberto Cruz Mendes  
**2º Secretário**

**Comissão Permanente de Legislação e Redação**

Sidnei de Souza Jardim - Presidente  
Edilson Vedovatti Martins  
Miguel Batista Ribeiro

**Comissão Permanente de Finanças e Orçamento**

Elvira Maria Schen Lima - Presidente  
Luiz Alfredo da Cunha Bernardo  
Sidney Ronaldo Ribeiro

**Comissão Permanente de Méritos Temáticos**

Edoel Rocha - Presidente  
Nelita Cecília Piacentini  
Olivino Custódio

**Comissão Permanente de Saúde, Educação e Segurança Pública**

Jadir Soares - Presidente  
Cícero Pereira de Souza  
Roberto Cruz Mendes

**COMISSÃO DE REVISÃO**

Jaqueline Gaspar Teixeira

**Arquiteta e Urbanista/DECUR – Departamento de Controle Urbano**

Ademir Moro Ribas

**Engenheiro Civil/SEPLA – Secretaria do Planejamento**

Claudia Mara Padilha

**Procuradora Jurídica/PROGE – Procuradoria Geral do Município**

João Paulo da Rosa

**Arquiteto e Urbanista/DEPRO – Departamento de Planejamento e Projetos**

Sayuri de Fátima Yamada

**Arquiteta e Urbanista/DEPRO – Departamento de Planejamento e Projetos**

Marcio Francisco Carraro Rocha

**Engenheiro Civil/DECUR – Departamento de Controle Urbano**

Norma Suely Giraldello Domenici

**Economista/DEOCR – Departamento de Orçamento e Captação de Recursos**

André Nascimento Casarin

**Engenheiro Civil/DIRETRAN – Diretoria Municipal de Trânsito**

Marcio Carvalho dos Santos

**Engenheiro Químico/SESAU – Secretaria da Saúde**

Nelson Chuiti Tanaka

**Técnico em Edificações/SEOSP – Secretaria de Obras e Serviços Públicos**

Sergio Francisco Dassi

**Engenheiro Agrônomo/SEAMA – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente**

Marcos Aparecido Ribeiro

**Fiscal Municipal/SECFO – Secretaria de Controle, Fiscalização e Ouvidoria**

## SUMÁRIO

### PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

Nº	ITEM	PAG
	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1</b>	<b>ANÁLISE FINANCEIRA DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO</b>	<b>2</b>
<b>1.1</b>	<b>RECEITAS ARRECADADAS DE 2013 A 2017</b>	<b>2</b>
<b>1.1.1</b>	<b>RECEITAS PRÓPRIAS</b>	<b>2</b>
<b>1.1.1.1</b>	Receitas Tributárias	<b>2</b>
<b>1.1.1.2</b>	Receitas Econômicas	<b>3</b>
<b>1.1.1.3</b>	Receitas Patrimoniais	<b>4</b>
<b>1.1.1.4</b>	Receitas Agropecuárias	<b>4</b>
<b>1.1.1.5</b>	Receitas de Serviços	<b>4</b>
<b>1.1.1.6</b>	Outras Receitas Correntes	<b>5</b>
<b>1.1.2</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>6</b>
<b>1.2</b>	<b>DESPESAS COM INVESTIMENTOS EXECUTADAS DE 2013 A 2017</b>	<b>7</b>
<b>1.3</b>	<b>CAPACIDADE DE INVESTIMENTOS DE 2018 A 2022</b>	<b>9</b>
<b>1.3.1</b>	<b>INVESTIMENTOS ATRAVÉS DE RECEITAS PRÓPRIAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES / RECURSOS PRÓPRIOS (EXCLUIDAS AS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS)</b>	<b>9</b>
<b>1.3.2</b>	<b>INVESTIMENTOS ATRAVÉS DE CONTRATAÇÕES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNAS</b>	<b>10</b>
<b>1.3.3</b>	<b>INVESTIMENTOS ATRAVÉS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS / TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS</b>	<b>11</b>
<b>1.3.4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS DA ANÁLISE DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>ORDENAMENTO FÍSICO-TERRITORIAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>15</b>
<b>2.1.1</b>	<b>SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO</b>	<b>16</b>
<b>2.1.2</b>	<b>ESTRUTURA URBANA DO DISTRITO SEDE</b>	<b>17</b>
<b>2.1.2.1</b>	Perímetro Urbano do Distrito Sede .....	<b>19</b>
<b>2.1.2.2</b>	<b>USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO NO DISTRITO SEDE</b>	<b>20</b>
<b>2.1.2.3</b>	Sistema Viário Urbano do Distrito Sede	<b>21</b>
<b>2.1.3</b>	<b>ESTRUTURA URBANA DO DISTRITO PIQUIRIVAÍ</b>	<b>23</b>
<b>2.1.3.1</b>	Perímetro Urbano do Distrito Sede .....	<b>24</b>
<b>2.1.3.2</b>	Uso e Ocupação do Solo Urbano no Distrito Piquirivai	<b>24</b>
<b>2.1.3.3</b>	Sistema Viário do Distrito Piquirivai	<b>25</b>
<b>2.1.4</b>	<b>ESTRUTURA URBANA DO PARQUE ESTADUAL LAGO AZUL</b>	<b>25</b>
<b>2.1.4.1</b>	Perímetro Urbano do Parque Estadual Lago Azul	<b>25</b>
<b>2.1.4.2</b>	Uso e Ocupação do Solo do Parque Estadual Lago Azul	<b>26</b>
<b>2.1.4.3</b>	Sistema Viário do Parque Estadual Lago Azul	<b>27</b>
<b>2.2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA</b>	<b>27</b>
<b>2.2.1</b>	Sistema Municipal de Planejamento e Gestão	<b>27</b>
<b>2.3</b>	<b>GESTÃO DEMOCRÁTICA</b>	<b>29</b>

2.3.1	ESTRUTURA INSTITUCIONAL	30
2.4	<b>AÇÕES PRIORITÁRIAS</b>	31
2.4.1	ESTRUTURA INSTITUCIONAL	31
2.4.1.1	Secretaria da Assistência Social	31
2.4.1.2	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	32
2.4.1.3	Secretaria da Saúde	33
2.4.1.4	Secretaria da Educação	33
2.4.2	INFRA-ESTRUTURA URBANA	33
2.4.2.1	Vias Urbanas	33
2.4.2.2	Sistema de Transporte Coletivo Urbano	36
2.4.2.3	Iluminação Pública	37
2.4.2.4	Saneamento Ambiental	39
2.4.3	HABITAÇÃO	45
2.4.4	DESENVOLVIMENTO RURAL	46
2.4.5	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	49
2.4.6	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	53
2.4.7	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	60
2.4.7.1	Equipamentos de Saúde	60
2.4.7.2	Equipamentos de Educação	64
2.4.7.3	Equipamentos de Recreação, Esportes e Lazer	71
2.4.7.4	Equipamentos de Cultura	74
2.4.7.5	Equipamentos de Assistência Social	77
2.5	<b>RESUMO DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS</b>	81
3	<b>INDICADORES DE AVALIAÇÃO</b>	82
4	<b>PARTICIPAÇÃO</b>	88
4.1	<b>CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE – CONCIDADE CAMPO MOURÃO</b>	88
4.2	<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA</b>	98
4.3	<b>REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMPO MOURÃO – CODECAM</b>	112

## **APRESENTAÇÃO**

O presente documento, parte integrante do Plano Diretor do Município de Campo Mourão (Lei Complementar 22/2012), apresenta a revisão dos Indicadores de Avaliação e do Plano de Ação e Investimentos.

Os indicadores de avaliação foram levantados a com dados oficiais disponíveis, tais como IBGE, SEDU, Ipardes, Concessionárias de Serviços, entre outros, para os anos de 2016 e 2017, e, em alguns casos para o ano de 2018. Para os anos de 2019 projetou-se metas, que em 2022 quando da revisão do Plano Diretor Municipal, poderão indicar a efetividade das políticas públicas.

O Plano de Ação e Investimentos indica as ações e os projetos prioritários com a estimativa de custos aproximados para os anos de 2018 a 2022, devendo estar de acordo com o Plano Diretor, Plano de Ação e Investimentos e Leis Orçamentárias vigente e considerando ainda a capacidade de investimento do município para os anos de 2018 a 2022.

O Plano de Ação e Investimentos, especialmente as ações contempladas neste, após a previsão inicial foi apresentada para discussão junto aos secretários municipais, em 30/07/2018, e após ajustes nas ações foi apresentado aos Conselheiros do CONCIDADE em 30/08/2018, tendo sido aprovado.

Com a aprovação junto ao CONCIDADE, o PAI foi levado para Audiência Pública que se realizou em 18/10/2018 as 19 horas no Centro da Juventude Itachir Tagliari, tendo sido sugerido a inclusão de ações não previstas, as ações foram aprovadas, tendo as alterações sido apresentadas ao CONCIDADE em 26/10/2018.

Completando a participação da sociedade na elaboração do PAI, este foi apresentado aos conselheiros do CODECAM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Campo Mourão – em 01/11/2018.

## 1. ANÁLISE FINANCEIRA DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

A análise da capacidade de investimento do Município de Campo Mourão foi realizada seguindo metodologia disponibilizada pela SEDU/Paranacidade - Secretaria do Desenvolvimento Urbano / Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, e considera o comportamento das receitas nos cinco anos anteriores e faz uma projeção para os próximos cinco anos, considerando ainda previsão orçamentária do município.

### 1.1 *Receitas Arrecadadas de 2013 a 2017:*

#### 1.1.1) **Receitas Próprias:**

Entende-se como sendo receitas próprias, aquelas arrecadadas pelo Ente destinadas às despesas de gastos correntes e de capital. No caso do Município de Campo Mourão/PR, foram analisadas as arrecadações das receitas tributárias, econômicas, agropecuária, serviços e outras receitas correntes, no período de 2013 a 2017, consideradas as receitas próprias do Município.

##### 1.1.1.1) **Receitas Tributárias:**

O município inicia a arrecadação no período, com o montante no valor de aproximadamente R\$ 35.828.715,58. O gráfico abaixo demonstra a evolução constante da receita própria do Município, até o fim do período em análise. Alcançando em 2017 o montante de R\$ 52.807.818,26.

**GRÁFICO 01: COMPORTAMENTO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR – R\$ 1,00**



Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Campo Mourão - Ano: 2017

O relatório contábil de execução orçamentária demonstra que, a receita tributária, que teve grande relevância no ano de 2013, foi a de arrecadação com o “Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza” - ISSQN, significando o sucesso na arrecadação do Imposto sobre Serviços do município. Em 2017 a arrecadação foi a maior no período, representando assim, um montante alcançado no valor de R\$ 52.807.818,26, contra R\$ 35.828.715,58 arrecadado em 2013.

O Município orçou para o ano de 2018, a arrecadação no valor de R\$ 81.255.080,61 na qual, até a execução do 1º quadrimestre, já conta com aproximadamente 34% arrecadado, do valor orçado para receitas tributárias, demonstrando então, o esforço de gestão tributária que está sendo feito por parte da Administração Municipal.

#### 1.1.1.2) Receitas Econômicas:

As Receitas de Contribuições Econômicas – RCE's, faz parte do montante de Receitas de Contribuições, pois, estas no total, além das RCE's, contam também com as Receitas de Contribuições Sociais, que não podem ser destinadas à investimentos pois, tem o destino vinculado somente para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social, dos servidores públicos do Município. No entanto, as RCE's apresentaram uma pequena queda de arrecadação no ano de 2016.

No ano de 2017 esta receita arrecadou R\$7.073.588,93, contra R\$5.797.914,37 do ano anterior.

#### GRÁFICO 02: COMPORTAMENTO DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES EXCETO AS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR – R\$ 1,00

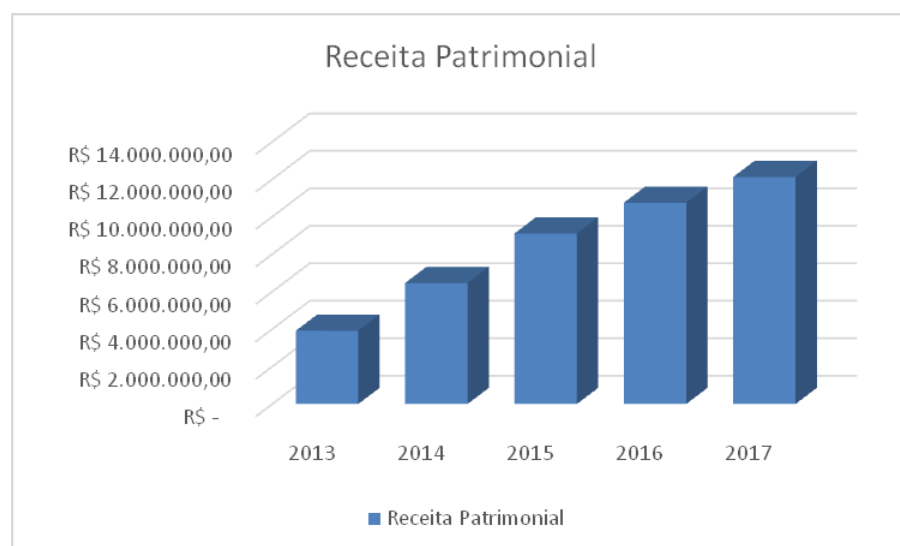


Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Campo Mourão - Ano: 2017

### 1.1.1.3) Receitas Patrimoniais:

São provenientes de arrecadação de Valores Mobiliários, com remuneração de depósitos bancários. Essa remuneração é de aplicações de ativos de diversos recursos vinculados, realizadas pela Fazenda Pública no sistema financeiro. Essas receitas, mesmo não sendo uma das principais fontes de investimentos, se gerenciada financeiramente de forma responsável, pode agregar muito ao montante de receitas próprias municipais. No caso de Campo Mourão/PR, nota-se um aumento significativo nos anos de 2014 e 2015, de 65% e 41% respectivamente. Veja o gráfico a seguir:

**GRÁFICO 03: COMPORTAMENTO DAS RECEITAS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR – R\$ 1,00**



Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Campo Mourão - Ano: 2017

### 1.1.1.4) Receitas Agropecuárias:

Montante total arrecadado entre 2013 e 2017, no valor de R\$ 44.155,44.

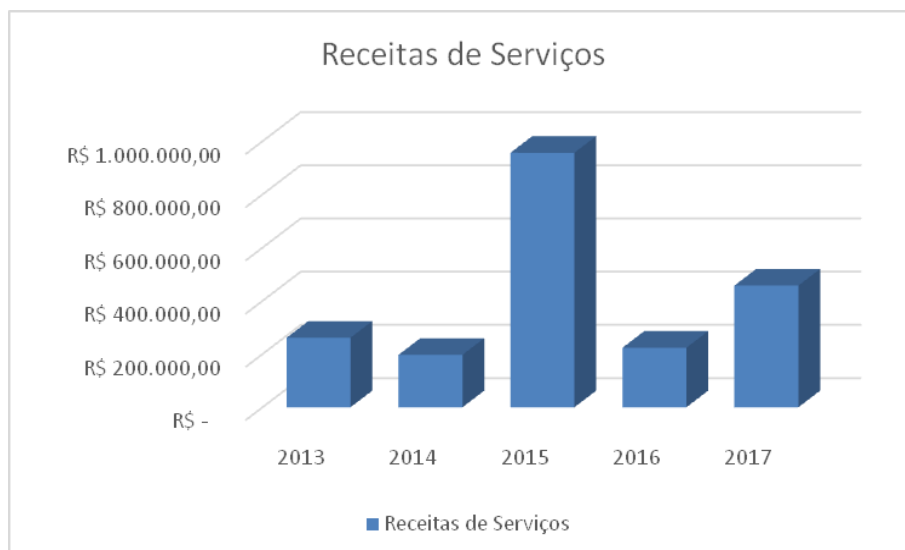
### 1.1.1.5) Receitas de Serviços:

Composta por Receitas de Serviços Financeiros, de Comunicações, Administrativos, Agropecuários, de Preparação de Terras em Propriedades Particulares, de Transporte, de Saúde, de Processamento de Dados, Administrativos, Educacionais, de Fornecimento de Água e Demais Serviços, esta receita evoluiu bastante ao longo do período.

Com a expressiva arrecadação em 2015, com um aumento de 386% relação ao ano de 2014, o Município orçou para o ano de 2017, arrecadação no valor de R\$ 677.486,59

onde, até a execução do 1º quadrimestre, conta com aproximadamente 69% arrecadado, do valor orçado para receitas de serviços.

#### **GRÁFICO 04: COMPORTAMENTO DAS RECEITAS DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR – R\$ 1,00**



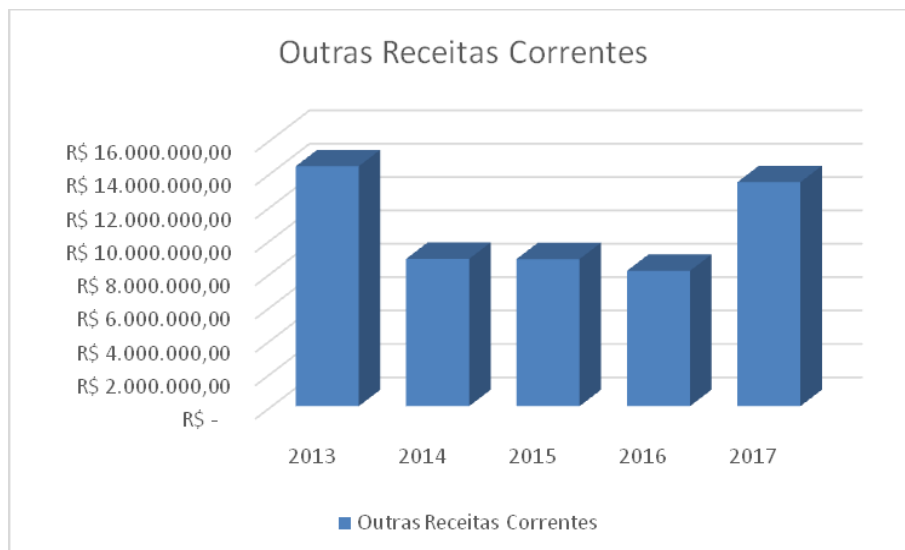
Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Campo Mourão - Ano: 2017

##### **1.1.1.6) Outras Receitas Correntes:**

Composta por Receitas de Multas e Juros de Mora, Indenizações e Restituições, Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas, estas representam o esforço que o Poder Executivo do município de Campo Mourão/PR realizou no ano de 2017, através de uma eficiente Gestão Tributária, tendo em vista a receita naquele ano.

É importante que, para efeitos de uma boa arrecadação destas receitas, a municipalidade invista em fiscalização e em um eficiente programa tributário.

**GRÁFICO 05: COMPORTAMENTO DAS OUTRAS RECEITAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR – R\$ 1,00**



**Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Campo Mourão - Ano: 2017**

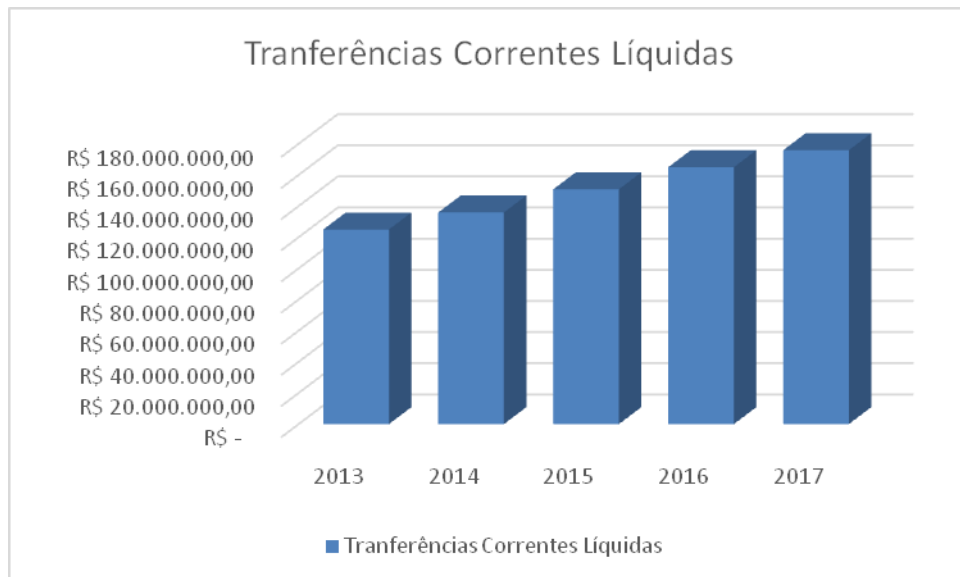
**1.1.2) Transferências Correntes - Constitucionais e Legais:**

As transferências correntes, são transferências constitucionais e legais onde, verificou-se que no Município de Campo Mourão/PR, que estas receitas evoluíram constantemente no período de 2013 a 2017.

A transferência da União para o Município, como cota parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM contribuiu significativamente para o crescimento no período.

O Estado também teve participação importante na evolução na arrecadação das transferências correntes do Município de Campo Mourão/PR, com as transferências das cotas partes do ICMS onde, o valor arrecadado em 2013 foi de R\$ 28.221.086,57 e, em 2017 o valor desta receita passa a ser de R\$ 40.331.164,68.

**GRÁFICO 06: COMPORTAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR – R\$ 1,00**



Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Campo Mourão - Ano: 2017

As transferências de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundeb foi de grande importância para a arrecadação do Município e evoluiu em todo o período, passando de R\$ 25.738.237,46 em 2013 para R\$ 35.151.278,77 em 2017.

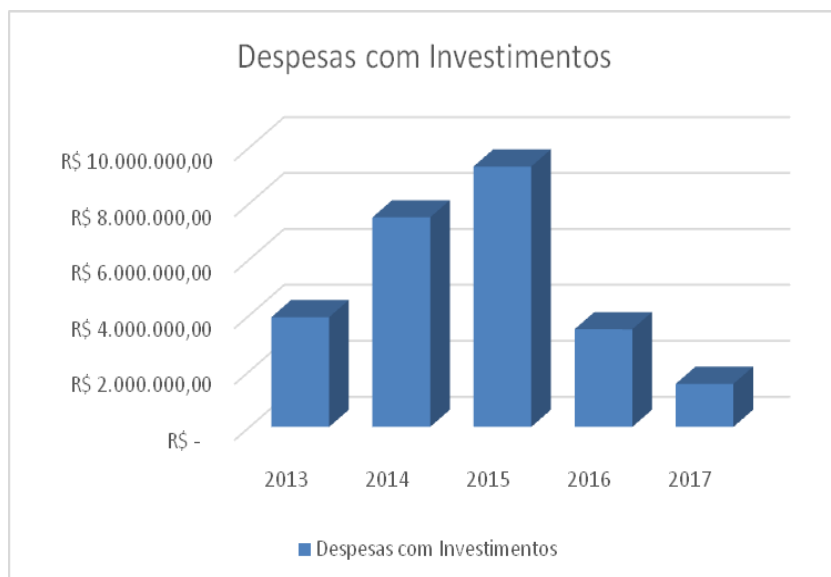
Portanto, as Transferências no âmbito Intergovernamental, seguidas das de Convênios, são as maiores fontes de investimentos dos municípios e, no caso do município de Campo Mourão/PR, as transferências correntes tiveram aumento de 41% durante o período entre 2013 e 2017.

**1.2) Despesas com Investimentos Executadas de 2013 a 2017:**

O Município de Campo Mourão/PR, obedecendo aos limites dos gastos com despesas vinculadas exigidas por lei, e utilizando-se do aumento de receitas no período, realizou os pagamentos das despesas com encargos e amortizações.

As despesas com investimentos realizadas, demonstradas pelas informações contábeis e financeiras coletadas, revela que o município realizou investimentos com operações de crédito, transferências voluntárias e, inclusive através de recursos próprios, no valor total de R\$ 25.755.926,16. O gráfico abaixo revela as despesas com investimentos no período:

**GRÁFICO 07: DESPESAS COM INVESTIMENTOS EXECUTADAS PELO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR – R\$ 1,00**

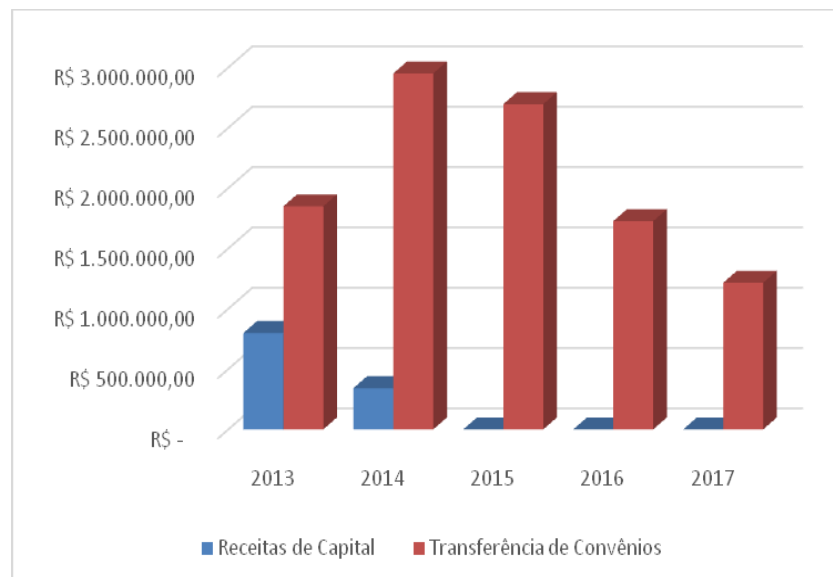


**Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Campo Mourão - Ano: 2017**

Nos anos de 2013 e 2014 o Município contou com liberação de operações de crédito, nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 com transferências de convênios, sendo estas operações e transferências voluntárias, responsáveis por 45% do total dos investimentos realizados no período de 2013 a 2017 na qual, o restante realizado com recursos próprios do Município.

O gráfico abaixo, demonstra as arrecadações com receitas de operações de crédito e transferências de convênios no período.

**GRÁFICO 08: DESPESAS COM INVESTIMENTOS EXECUTADAS PELO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR – R\$ 1,00**



Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Campo Mourão - Ano: 2017

### **1.3) Capacidade de Investimentos de 2018 a 2022:**

#### **1.3.1) Investimentos através de Receitas Próprias e Transferências Correntes / Recursos Próprios (excluídas as Transferências de Convênios):**

Diante da evolução da arrecadação do Município de Campo Mourão/PR, realizada do ano de 2013 a 2017, projetou-se que ao final do exercício de 2022, a arrecadação municipal poderá ter um aumento nominal de aproximadamente de 31%, se comparada ao ano de 2018.

Há a estimativa de aumento constante nos repasses de transferências correntes, observando que esse aumento não depende somente de repasses da União e do Estado, bem como também de uma eficiente Gestão do Poder Executivo Municipal, principalmente no âmbito de receitas que são de exclusiva competência de sua arrecadação. Portanto, *estimou-se que o Município irá aplicar 2% das receitas próprias (receitas tributária, econômica, agropecuária, serviços e outras receitas) e 3% das transferências corrente, em investimentos.*

Por ser a transferência de recursos do Fundo de Participação Municipal (FPM), a principal fonte para que os municípios realizem seus investimentos, criou-se

principalmente pelos municípios de pequeno porte (menos de 50.000 habitantes), uma grande dependência destas transferências onde, havendo redução no repasse destas, os municípios ficam com os pagamentos de suas despesas comprometidos, principalmente no âmbito de realizações de investimentos.

### **1.3.2) Investimentos através de contratações de Operações de Créditos Internas:**

Realizou-se uma estimativa para contratações de operações de crédito - financiamento a longo prazo, para que o Município execute suas prioridades elencadas ao longo do período.

O Município obedecendo os limites legais e assim, atendendo ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e a Resolução do Senado Federal nº 43, de 26/12/01 que permitem as contratações de operações de créditos com base na Receita Corrente Líquida - RCL de cada exercício móvel, observando então a capacidade de pagamento (11,5% da RCL) dos encargos e amortizações e a capacidade de endividamento (16% da RCL), terá recursos provenientes de operações de créditos, que serão utilizados na realização de investimentos necessários, onde estes investimentos deverão estar previstos no Orçamento Anual com os devidos valores, nas Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, bem como propostos no Plano de Ações e Investimentos, conforme o Plano Diretor Municipal.

### **TABELA 01: Demonstrativo da Dívida Pública do Município de Campo Mourão – R\$**

#### **1.00**

<b>Ano</b>	<b>Encargos da Dívida</b>	<b>Dívida</b>	<b>RCL</b>	<b>Encargos da Dívida/RCL</b>	<b>Dívida/RCL</b>
<b>2013</b>	558.664,45	9.436.928,64	178.906.154,17	0,31%	5,27%
<b>2014</b>	475.654,30	9.296.767,28	192.152.768,24	0,25%	4,84%
<b>2015</b>	505.554,55	8.246.092,53	211.434.239,98	0,24%	3,90%
<b>2016</b>	380.883,00	13.176.957,08	227.947.806,94	0,17%	5,78%
<b>2017</b>	311.336,08	9.005.740,40	249.710.410,20	0,12%	3,61%
<b>Média</b>	<b>446.418,48</b>	<b>9.832.497,19</b>	<b>212.030.275,91</b>	<b>0,22%</b>	<b>4,68%</b>

**Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Campo Mourão**

**TABELA 02: Demonstrativo das Receitas e Despesas realizadas no período 2013 - 2017**

<b>RECEITAS MUNICIPAIS REALIZADAS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Receitas Próprias Arrecadadas Líquida</b> (Tributárias + Contribuições exceto as Sociais + Agropecuárias + Industriais + Serviços + Outras Receitas Correntes)	R\$ 59.114.115,02	R\$ 61.775.193,63	R\$ 68.993.379,61	R\$ 71.914.135,39	R\$ 85.886.935,93
<b>Transferências Correntes Arrecadadas Líquida</b> (Transferências Legais e Constitucionais)	R\$ 124.963.793,25	R\$ 135.886.033,22	R\$ 150.748.652,75	R\$ 164.932.839,53	R\$ 175.853.295,46
<b>Receitas de Capital</b> (Somente operações de créditos/financiamentos contratados)	R\$ 798.359,06	R\$ 341.174,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Transferências de Convênios</b> (Somente para investimentos)	R\$ 1.848.748,20	R\$ 2.949.942,55	R\$ 2.695.024,23	R\$ 1.725.591,97	R\$ 1.215.051,28
<b>Total das Receitas</b>	<b>R\$ 186.725.015,53</b>	<b>R\$ 200.952.343,40</b>	<b>R\$ 222.437.056,59</b>	<b>R\$ 238.572.566,89</b>	<b>R\$ 262.955.282,67</b>
<b>DESPESA MUNICIPAIS REALIZADAS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Despesa com Investimentos realizados</b>	<b>R\$ 3.922.973,19</b>	<b>R\$ 7.492.023,37</b>	<b>R\$ 9.310.674,63</b>	<b>R\$ 3.492.592,65</b>	<b>R\$ 1.537.662,32</b>

<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 2013 à 2018</b>	<b>R\$ 25.755.926,16</b>
--	--------------------------

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Campo Mourão - Ano: 2017

### **1.3.3) Investimentos através de Transferências de Convênios / Transferências Voluntárias:**

Destinou-se que o Poder Executivo de Campo Mourão/PR irá captar recursos com outros Entes da Federação, através de Transferências Voluntárias onde, estas serão representadas pelo montante total de R\$ 10.434.358,23 – aproximadamente 41% do total previsto para investimentos durante o período.

### **1.3.4) Considerações Finais da Análise da Capacidade de Investimento:**

O Município de Campo Mourão/PR realizará investimentos conforme sua arrecadação, e a tabela abaixo demonstram o detalhamento desses investimentos em seus valores, considerando os dispêndios das dívidas, com encargos e amortizações.

Na previsão da arrecadação das receitas de 2018 a 2021 foram considerado as previsões feita no Plano Plurianual 2018 a 2021, em relação a previsão para o ano de 2022 foi usado um percentual de 4% para as receitas de capital, pois foi a variação de crescimento do ano de 2020 para 2021, para as transferências de convênios também foi usado o mesmo critério, ou seja, o percentual de variação do ano de 2020 para 2021, nesse caso houve uma queda de 25,37%.

**TABELA 03: Total de Investimentos previstos no período 2018 - 2022**

<b>PREVISÃO DE RECEITAS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>Receitas Próprias a Arrecadar Líquida</b> (Receitas Próprias Arrecadadas (Tributárias + Contribuições exceto as Sociais + Agropecuárias + Industriais + Serviços + Outras Receitas Correntes))	R\$ 104.722.535,47	R\$ 115.194.789,02	R\$ 120.954.528,47	R\$ 127.002.254,89	R\$ 133.352.367,64
<b>Transferências Correntes a Arrecadar Líquida</b> (Transferências Legais e Constitucionais)	R\$ 201.311.124,24	R\$ 221.442.236,66	R\$ 232.514.348,50	R\$ 244.140.065,92	R\$ 256.347.069,22
<b>Receitas de Capital a Arrecadar</b> (Somente operações de créditos/financiamentos à serem contratadas)	R\$ 15.679.971,16	R\$ 31.275.000,00	R\$ 32.526.000,00	R\$ 33.827.040,00	R\$ 35.180.121,60
<b>Transferências de Convênios</b> (Somente para investimentos)	R\$ 4.364.474,78	R\$ 5.400.703,57	R\$ 5.757.677,71	R\$ 4.296.632,82	R\$ 3.206.577,07

<b>PREVISÃO DE INVESTIMENTOS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>Investimentos com 2% das Receitas Próprias</b>	R\$ 366.528,87	R\$ 2.303.895,78	R\$ 2.419.090,57	R\$ 2.540.045,10	R\$ 2.667.047,35
<b>Investimentos com 3% das Transferências Correntes</b>	R\$ 704.588,93	R\$ 6.643.267,10	R\$ 6.975.430,45	R\$ 7.324.201,98	R\$ 7.690.412,08
<b>Investimentos com Receitas de Operações de Crédito</b>	R\$ 15.679.971,16	R\$ 31.275.000,00	R\$ 32.526.000,00	R\$ 33.827.040,00	R\$ 35.180.121,60
<b>Investimentos com Receitas de Convênios</b>	R\$ 4.364.474,78	R\$ 5.400.703,57	R\$ 5.757.677,71	R\$ 4.296.632,82	R\$ 3.206.577,07
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS ANUAL</b>	<b>R\$ 21.115.563,75</b>	<b>R\$ 45.622.866,45</b>	<b>R\$ 47.678.198,73</b>	<b>R\$ 47.987.919,90</b>	<b>R\$ 48.744.158,10</b>

<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS PREVISTOS NO PERÍODO DE 2018 À 2022</b>	<b>R\$ 211.148.706,93</b>
---	---------------------------

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Campo Mourão - Ano: 2017

Portanto, para os próximos cinco anos, também com base nos itens 3.1, 3.2 e 3.3 acima, *estima-se que o município de Campo Mourão/PR realizará investimentos no montante total de **R\$ 211.148.706,93**, durante o período de 2018 a 2022.*

## 2. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

O Plano de Ação e Investimentos indica as ações e os projetos prioritários com a estimativa de custos aproximados para os anos de 2018 a 2022, tendo em vista a implementação do Plano Diretor Municipal e em compatibilidade com as projeções orçamentárias, incluída a previsão de endividamento municipal. No Plano de Ação e Investimentos foram também relacionados ações e projetos necessários, cuja realização demanda a captação de recursos a fundo perdido e parcerias com setor público e privado. Considera, ainda, a possibilidade de aumento da receita do município e, por consequência, da capacidade de endividamento para além das projeções orçamentárias.

Para a eleição das ações e projetos prioritários, foram adotados os seguintes critérios:

- a) a preservação e a conservação do patrimônio público construído e edificado;
- b) a preservação do patrimônio ambiental;
- c) a manutenção adequada dos serviços públicos existentes;
- d) a melhoria dos indicadores sociais e econômicos;
- e) o efeito multiplicador do projeto ou ação;
- f) os projetos e ações de inclusão social;
- g) a concretização da estrutura urbana proposta;
- h) a redução dos custos públicos de urbanização;
- i) o aumento da produtividade do setor público.

As projeções orçamentárias, incluída a previsão de endividamento municipal, indicam a possibilidade de investimentos do município para cinco anos (2018 a 2022) de **R\$39.634.508,22 com recursos próprios**. A esse valor somam-se os recursos da capacidade de endividamento (**operação de crédito**), **previstos em R\$148.488.132,76 e R\$23.026.065,95 de receitas de convênio**. Portanto, **o total estimado para investimento é de R\$211.148.706,93**.

As ações e projetos prioritários foram definidos com base no Plano de Ação e Investimentos do Plano Diretor aprovado em 2012, no Plano Plurianual – PPA – para os anos de 2018 a 2021, e nas leis orçamentárias vigentes. A presente revisão parte do PAI 2012 a 2017 (Plano Diretor 2012) tendo em vista que este foi elaborado a partir do diagnóstico realizado na etapa da avaliação temática integrada, nas indicações das diferentes esferas do setor público, das reivindicações de moradores de bairro manifestadas nas reuniões públicas e conferências do Plano Diretor Municipal realizadas à época.

Considerou-se ainda a participação do Conselho Municipal da Cidade de Campo Mourão e da população em Audiência Pública realizadas no ano de 2018.

## **2.1 ORDENAMENTO FÍSICO-TERRITORIAL DO MUNICÍPIO**

Com o objetivo de controlar e direcionar o crescimento urbano no município, a ação objetiva:

- reformular o atual perímetro urbano do distrito sede incorporando as áreas de expansão urbana (aquelas propícias para garantir o assentamento populacional decorrente da demanda por espaço urbano) e as vias estratégicas para a mobilidade urbana;
- delimitar o perímetro urbano do distrito de Piquirivaí;
- planejar as áreas de expansão urbana priorizando a demanda sócio-econômica, o aproveitamento de infraestrutura, equipamentos comunitários e serviços públicos disponíveis, e a ocupação dos vazios urbanos;
- promover o uso e a ocupação do solo visando à melhoria das condições de vida da população, à eficiência urbana e à qualidade ambiental compatibilizando o uso e a ocupação do solo ao sistema viário, à disponibilidade de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, à proteção dos recursos naturais.
- Proteger as áreas de manancial destinadas ao abastecimento público, em especial da microbacia do rio do Campo.

Para tanto, serão necessários:

- a) implementar as leis que compõem o Plano Diretor Municipal;
- b) utilizar os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade para garantir a função social da cidade e da propriedade urbana;
- c) promover a desocupação gradativa, reabilitação e proteção das áreas de preservação permanente;
- d) controlar o uso e ocupação de áreas de mananciais - bacia de captação do rio do Campo, e da bacia hidrográfica do rio Ranchinho à montante da rodovia BR 487 -, restringindo a instalação de empreendimentos potencialmente ou efetivamente poluidores, de forma a assegurar o fornecimento contínuo de água para

abastecimento público;

- e) evitar a implantação do contorno norte-oeste do Anel Viário à montante da captação de água para abastecimento público;
- f) proibir a instalação de empreendimentos ou atividades efetivamente poluidoras na microbacia do rio do Campo;
- g) proibir a instalação de empreendimentos ou atividades com emissão de gases, odores, fumaça e particulados na direção dos ventos predominantes sobre áreas urbanas, aglomerados urbanos, ou aeroportos;
- h) utilizar as bacias hidrográficas do rio Km 23 e do rio Ranchinho, à jusante da rodovia BR 487, como áreas mais indicadas ao lançamento de efluentes.
- i) firmar convênio com o Instituto Ambiental do Paraná, para fins de cumprimento ao disposto na Lei nº. 7.803, de 15 de julho de 1989, que altera a Lei nº. 4.771, de 15/09/1965 (Código Florestal Brasileiro), a fim de que o Município possa indicar a localização prioritária de áreas para averbação de Reserva Legal (em áreas de manancial; como barreira verde de empreendimentos ou atividades com emissão de gases, odores, fumaça e particulados; corredores biológicos ou em áreas contíguas às Unidades de Conservação) respeitadas as Diretrizes, Proposições e Ações do Plano Diretor Municipal.

### **2.1.1 SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO**

Situado em importante entroncamento rodoviário do Estado do Paraná, as rodovias BR 158 (acesso à Peabiru/Maringá), BR 272 (acesso à Goioerê), PR 558 (acesso à Araruna), BR 487 (acesso à Guarapuava) e mais recentemente a BR 369 (acesso à Cascavel) constituem em importantes elementos estruturantes do espaço urbano como vetores de crescimento. Devido à essa característica, o uso e ocupação ao longo dessas rodovias deve ser controlado e devidamente planejado, evitando-se a necessidade de futuras desapropriações.

Visando à segurança da população e do tráfego local, são consideradas obras prioritárias:

- a) a implantação de vias marginais às rodovias BR 487, BR 369, BR 158, BR 272, PR 558 nos trechos de acesso à área urbana;

- b) a duplicação do trecho urbano da rodovia BR 158 (saída para Peabiru/Maringá), considerando a implantação de estruturas de acesso seguro aos Jardins Santa Cruz, Modelo, Batel e Campus do Integrado, e a travessia segura de pedestres, especialmente de estudantes, entre os Jardins Batel e Silvana sobre a rodovia;
- c) a implantação de ciclovias no trecho urbano da rodovia BR 158 e na rodovia PR 558 permitindo o trânsito seguro de ciclistas no trecho de acesso ao frigorífico de aves, Vila Rural Flor do Campo, Santa Casa à área urbana do distrito sede inclusive com interligações entre as demais regiões do município;
- d) a readequação do trevo de acesso às rodovias BR 369 (acesso à Cascavel) e BR 487 (acesso à Guarapuava) promovendo o acesso direto à PRT 158 e a passagem segura de ciclistas e pedestres, podendo ser por meio de passarelas;
- e) o cascalhamento ou implantação de pavimentação poliédrica ou asfáltica do trecho da PRT 158 entre a Vila Carolo à Vila Guarujá;
- f) o prolongamento da via marginal da rodovia BR 369 entre a ARCAM até o futuro Campus da Fecilcam;
- g) a implantação de acesso às chácaras recreativas do entorno do reservatório e à sede do Parque Estadual Lago Azul;
- h) a implantação de rotatória de acesso às vias marginais da rodovia BR 272, próximo ao Conjunto Hab. Milton Luiz Pereira, visando à segurança e ordenamento do tráfego local;
- i) a implantação do contorno noroeste da cidade de Campo Mourão, interligando as rodovias BR 369, BR 272, BR 487, PR 558, BR 158;
- j) a regulamentação das faixas de domínio de estradas rurais;
- k) o recapeamento da pavimentação asfáltica da PRT 272 (trecho entre o distrito sede à ponte do rio da Várzea);
- l) a pavimentação da via de acesso à Comunidade Barreiro das Frutas, interligando à rodovia PRT 272;
- m) a pavimentação do trecho entre a ponte do rio da Várzea até a sede da comunidade Boa Esperança.

### **2.1.2 ESTRUTURA URBANA DO DISTRITO SEDE**

Para fins de ordenamento físico-territorial, foram definidos no macrozoneamento do distrito sede:

- **as áreas não urbanizáveis** – aquelas com restrição à ocupação ou expansão urbana como: as áreas de preservação permanente; sujeitas ao alagamento ou inundação; com declividade acentuada (acima de 30%); sob linhas de transmissão de energia elétrica; em faixas de domínio de rodovias federais e estaduais; com passivos ambientais ou em processo de reabilitação, cuja ocupação coloque em risco a saúde da população; entre outros.
- **as áreas urbanizáveis** – são consideradas como tal:
  - as áreas consolidadas, caracterizadas pela ocupação generalizada dos lotes com infraestrutura compatível com a densidade demográfica existente ou projetada (a maioria das áreas parceladas enquadram-se nessa categoria);
  - as áreas em consolidação, aquelas em processo de ocupação e que contam com infraestrutura (situam-se sobretudo nas áreas próximas à cabeceira do aeroporto);
  - as áreas de expansão urbana, situadas em locais propícios ao assentamento populacional em relevo favorável, com possibilidade de prolongamento do sistema viário, infraestrutura e redes de serviço (com exceção da macro área 1, aparece em todas as macro áreas de planejamento);
  - as áreas de adensamento vertical, caracterizadas pela concentração do comércio e serviços com capacidade de suporte das vias públicas e presença de infraestrutura (localizadas na macro área 1, ao longo das avenidas Tancredo Neves, John Kennedy e ao longo das marginais da rodovia BR 158).
  - as áreas a densificar, caracterizada pela ocupação rarefeita com muitos lotes vazios e presença de infraestrutura (macro áreas 3, 4 e 5).

São diretrizes do ordenamento territorial:

- a) a incorporação das áreas em consolidação e de expansão urbana ao atual perímetro urbano, segundo os critérios favoráveis à expansão;
- b) a ocupação dos vazios urbanos;
- c) o adensamento do centro pioneiro e ao longo de vias estruturantes do sistema viário;

- d) o parcelamento e a ocupação das áreas não loteadas situadas dentro do atual perímetro urbano.

Visando ordenar e controlar a ocupação urbana, são definidas como ações prioritárias:

- a) Fiscalizar e impedir a ocupação urbana em áreas verdes, observados os seguintes critérios: 50 metros (sendo 30 metros de área de preservação permanente e 20 metros de área verde) ao longo dos cursos de água em áreas já parceladas para fins urbanos; 50 metros (sendo 30 metros de área de preservação permanente e 20 metros de área verde), em áreas não parceladas para fins urbanos ao longo do rio do Campo e rio Km 119, nos termos da Lei Municipal de Parcelamento do Solo Urbano 34/2015;
- b) Impedir a ocupação e edificação em áreas situadas sob linhas de alta tensão e nas faixas de domínio de rodovias;
- c) Proibir o parcelamento do solo para fins urbanos em áreas cujo relevo possui declive acima de 30%;
- d) Proibir o parcelamento e a ocupação de áreas sujeitas às inundações do rio do Campo e rio Km 119.

### **2.1.2.1 Perímetro Urbano do Distrito Sede**

Consoante à proposta de zoneamento, o atual perímetro urbano (4.018.808 ha) incorpora áreas em consolidação e de expansão urbana, ação que se justifica em função de que, os lotes urbanos vazios e de áreas a serem parceladas dentro do atual perímetro urbano, situam-se em sua maioria nas zonas definidas pelo presente Plano Diretor Municipal como Zonas Residenciais 1, 2, 3 e 4, cuja área mínima dos lotes variam de 200 a 300 m<sup>2</sup> e valor elevado para implantação de conjuntos habitacionais de interesse social, segundo Planta Genérica de Valores. A demanda por habitações de interesse social deverá ser suprida pelas áreas disponíveis nas Zonas Residenciais 3 e 4 e Zonas de Expansão Urbana a ser incorporadas pelo presente Plano Diretor Municipal.

Na definição do perímetro urbano do distrito sede foram observadas as seguintes diretrizes:

- a indução do crescimento urbano;
- o adensamento e a ocupação dos vazios urbanos existentes;

- maior rendimento na oferta dos equipamentos e serviços públicos.

Para tanto, é necessário:

- a) Promover a ocupação das glebas e lotes vazios;
- b) Definir como Área de Interesse Urbano uma faixa de até 200 metros de profundidade para cada lado da rodovia BR 487 e BR 369;
- c) Exigir, para quaisquer obras e desmembramentos nas Áreas de Interesse Urbano, a anuência prévia do município, ouvido o Grupo Técnico Permanente e o Conselho Municipal da Cidade;
- d) Evitar que a expansão urbana ocorra em áreas cuja declividade ultrapasse 30%.

#### **2.1.2.2 Uso e Ocupação do Solo Urbano no Distrito Sede**

O zoneamento do uso e ocupação do solo urbano no distrito sede tem como diretrizes:

- Evitar a segregação espacial;
- Adequar às densidades demográficas ao conjunto de infraestruturas presentes em cada zona de uso e ocupação;
- Possibilitar a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;
- Harmonizar as atividades e funções urbanas com o ambiente natural e sistema viário.

Para tanto, é necessário:

- a) Adequar o uso do solo urbano às proposições do sistema viário;
- b) Estruturar o espaço urbano, segundo as diretrizes de crescimento urbano;
- c) Definir zonas com tamanhos de lotes médios e pequenos, que facilitem o acesso da população de baixa renda;
- d) Definir, para cada zona, os usos permitidos, permissíveis, tolerados e proibidos;
- e) Exigir, em caso de instalação de usos potencialmente incômodos, nocivos ou perigosos, a consulta a vizinhos.

- f) Proibir a ocupação em terrenos com declividade superior a 30%;
- g) Vincular a função social da propriedade urbana à utilização, uso e ocupação previstos na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- h) Estabelecer Zonas de Preservação Permanente, restringindo as obras nestas zonas a correções de escoamento de águas pluviais, saneamento, combate à erosão ou de infra-estrutura, e equipamentos de suporte às atividades de lazer e recreação, de acordo com a legislação vigente.
- i) Controlar a drenagem pluvial, o uso e ocupação em área de manancial, em especial, à montante da unidade captação do rio do Campo, de forma a evitar o comprometimento da qualidade para abastecimento público.
- j) Promover o adensamento da macro área 1, segundo a Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural e infraestrutura disponível.

### **2.1.2.3 Sistema Viário Urbano do Distrito Sede**

O sistema viário procura observar as diretrizes físico-territoriais no sentido de compor uma estrutura urbana e ordenar o crescimento da cidade com base nas seguintes diretrizes:

- Induzir o crescimento urbano;
- Proteger as áreas de preservação permanente situadas em área urbana;
- Garantir a hierarquização do sistema viário;
- Adequar o sistema viário ao relevo e malha viária existente;
- Garantir a continuidade das vias públicas;
- Harmonizar o sistema viário com as atividades e funções urbanas;
- Melhorar as condições de acesso e deslocamento das comunidades rurais à área urbana;
- Aumentar as condições de segurança, mobilidade e acessibilidade da população;
- Aumentar a eficiência da circulação viária solucionando os pontos de conflito do trânsito municipal;

- Aumentar a rotatividade no acesso aos empreendimentos comerciais e de serviços instalados na área central da cidade de Campo Mourão.

Para tanto, é necessário:

- a) Promover a implantação de vias marginais às rodovias BR 487, BR 369, BR 158, BR 272, PR 558 e contornos rodoviários, possibilitando a diferenciação do tráfego de passagem com o tráfego local;
- b) Promover a implantação de pavimentação poliédrica ou asfáltica nos seguintes trechos de acesso à área urbana: entre o DEMOP/COAMO ao Lar Ágape; do prolongamento da Rua João Haenisch (Parque Industrial) até a Comunidade do Alto Alegre; da PR 558 (Santa Casa) à Rua Lauro de Oliveira Souza (Conjunto Hab. Mario Figueiredo);
- c) Promover a duplicação e implantação de ciclovia no trecho urbano da rodovia BR 158;
- d) Promover a municipalização da via Perimetral Tancredo de Almeida Neves;
- e) Promover a definição de vias estruturais e coletoras do tráfego urbano;
- f) Elaborar estudos para a implantação de ciclovias interligando a Asa Norte, Asa Leste e Asa Oeste à região central da área urbana;
- g) Promover a implantação de vias marginais aos cursos d'água e nascentes (rio do Campo e km 119) presentes na zona urbana de modo a definir limites claros entre as APPs e as áreas para a expansão urbana;
- h) Promover a realização de estudo técnico de circulação e sinalização de segurança viária;
- i) Promover a readequação dos canteiros centrais da Avenida Miguel Luiz Pereira e implantação de sinalização vertical e horizontal e/ou obras de artes visando à conversão segura dos veículos às vias urbanas;
- j) Promover a readequação de pontes para passagem de ciclistas e pedestres: ponte sobre o rio do Campo, entre os Jardins Araucária e Capricórnio; ponte sobre o rio do Campo, entre os Jardins Gutierrez e Botânico I; e ponte sobre o rio do Campo, na av. Miguel Luiz Pereira;

- k) Promover a implantação de sinalização de segurança viária específica no entorno das edificação das áreas de saúde e educação;
- l) Promover a padronização e readequação das calçadas públicas atendendo aos critérios de segurança, mobilidade e acessibilidade dos pedestres;
- m) Promover a implantação de estacionamento rotativo pago na região central;
- n) Promover a melhoria da sinalização de trânsito na região central, nos trechos e cruzamentos de maior conflito e índice de acidentes de trânsito;
- o) Promover estudos e projetos de adequação e revitalização urbanística das avenidas centrais.

### **2.1.3 ESTRUTURA URBANA DO DISTRITO PIQUIRIVAÍ**

O distrito de Piquirivaí situa-se às margens da rodovia BR 369, a 720 metros acima do nível do mar, cerca de 17 km distante do distrito sede. A área urbana foi assentada em terreno levemente ondulado, próximo às nascentes do rio do Campo, manancial superficial que abastece a cidade de Campo Mourão.

Para fins de ordenamento físico-territorial, foram definidos no macrozoneamento do distrito de Piquirivaí a demarcação das áreas urbanizáveis em:

- áreas consolidadas - a maioria das áreas já parceladas enquadram-se nessa categoria (vide mapa);
- áreas em consolidação – entre as ruas Fernão Dias e D. Pedro I e entre as Ruas Raposo Tavares e Princesa Isabel;
- áreas de expansão urbana – área projetada ainda não aberta e ocupada entre as ruas Raposo Tavares e Marechal Floriano Peixoto.

Devido à sua localização, o ordenamento territorial e crescimento urbano do distrito de Piquirivaí deve observar as seguintes diretrizes:

- limitar o crescimento urbano para sul, ultrapassando a rodovia BR 369;
- conter a ocupação em direção às nascentes do rio do Campo;

- promover a ocupação dos lotes vazios atendendo à demanda por habitação de interesse social existente no distrito.

### **2.1.3.1 Perímetro Urbano do Distrito Piquirivaí**

Na definição do perímetro urbano do distrito de Piquirivaí foram observadas as seguintes diretrizes:

- Induzir a ocupação urbana;
- Promover maior aproveitamento na oferta de equipamentos e serviços públicos.

Para tanto, é necessário:

- a) Manter a área urbana dentro dos limites das áreas já parceladas para fins urbanos – leste, oeste;
- b) Promover a ocupação dos lotes vazios das áreas já parceladas e com infraestrutura disponível;
- c) Limitar o crescimento urbano em direção às nascentes do rio do Campo;
- d) Evitar a expansão urbana ao sul, às margens da rodovia BR 369 e em áreas com declividade acima de 20%;
- e) Profissionalizar ou estatizar ou terceirizar a administração da rede de distribuição de água potável;
- f) Promover a implantação rede coletora de esgoto e estação de tratamento de esgoto.

### **2.1.3.2 Uso e Ocupação do Solo Urbano no Distrito Piquirivaí**

O zoneamento do uso e ocupação do solo urbano no distrito Piquirivaí tem como diretrizes:

- Adequar o uso do solo urbano às proposições do sistema viário;
- Possibilitar a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;
- Adequar as densidades demográficas ao conjunto de infra-estruturas presentes em cada zona de uso e ocupação;

- Estruturar o espaço urbano, segundo as propostas de crescimento urbano;
- Controlar a ocupação do solo e a drenagem pluvial urbana, de forma a evitar o comprometimento da qualidade da água do rio do Campo.

Para tanto, é necessário:

- a) Evitar o parcelamento de zonas cujas características sejam muito restritivas;
- b) Vincular a função social da propriedade urbana à utilização, uso e ocupação previstos na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- c) Estabelecer Zonas de Preservação Permanente, restringindo as obras nestas zonas a correções de escoamento de águas pluviais, saneamento, combate à erosão ou de infra-estrutura.

### **2.1.3.3 Sistema Viário do Distrito Piquirivaí**

A proposta de sistema viário para o distrito de Piquirivaí tem como diretriz o acesso seguro (BR 369), a garantia da hierarquização e a continuidade das vias públicas de acordo com o relevo e malha viária existente, considerando:

- a avenida Elias Simão como via estrutural.
- a rua Duque de Caxias como via coletora.

Para tanto, é necessário:

- a) Ampliar o sistema de drenagem pluvial do distrito e readequar as vias não pavimentadas, visando corrigir os processos erosivos decorrentes da drenagem pluvial urbana;
- b) Realizar a pavimentação e drenagem pluvial das ruas em pavimentação primária.

## **2.1.4 ESTRUTURA URBANA DO PARQUE ESTADUAL LAGO AZUL**

### **2.1.4.1 Perímetro Urbano do Parque Estadual Lago Azul**

Na definição do perímetro urbano da Área de Urbanização Específica do Parque Estadual Lago Azul foram observadas as seguintes diretrizes e proposições:

- Obter maiores rendimentos na oferta dos serviços públicos.
- Garantir a área de preservação permanente das margens da represa.
- Manter a área urbanizada dentro dos limites das áreas já parceladas.
- Ocupar as áreas vazias já loteadas.
- Aplicar 30 metros a partir da cota de altitude de 612 metros como APP.

#### **2.1.4.2 Uso e Ocupação do Solo do Parque Estadual Lago Azul**

O zoneamento do uso e ocupação do solo urbano no aglomerado urbano Parque Estadual Lago Azul sede tem como diretrizes:

- Controlar a ocupação, direcionar o crescimento urbano e garantir o acesso público ao reservatório para o desenvolvimento de atividades de lazer e recreação.
- Harmonizar as atividades e funções urbanas com o meio rural e ambientes naturais.
- Adequar o uso do solo urbano às proposições do sistema viário.
- Adequar as densidades demográficas ao conjunto de infraestruturas presentes em cada zona de uso e ocupação.

Para tanto, é necessário:

- Definir os termos e critérios a partir dos quais serão realizadas as consultas a vizinhos.
- Vincular a função social da propriedade urbana à utilização, uso e ocupação previstos na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural.
- Estabelecer Zonas de Preservação Permanente, restringindo as obras nestas zonas a correções de escoamento de águas pluviais, saneamento, combate à erosão ou de infra-estrutura, ou de suporte às atividades recreativas e de lazer, de acordo com as Resoluções do Conama.
- Estabelecer as áreas públicas destinadas ao lazer e recreação.

- Restringir a ocupação do solo por usos nocivos ou perigosos, exigindo aprovação de projeto completo, com detalhes finais das instalações, além das exigências específicas para cada caso.
- Estabelecer recuos frontais, laterais e de fundos mínimos para cada zona.

#### **2.1.4.3 Sistema Viário do Parque Estadual Lago Azul**

O sistema viário do Parque Estadual Lago Azul tem como diretrizes:

- Promover o acesso seguro às áreas urbanizadas situadas no entorno do Parque Estadual Lago Azul.
- Proteger as áreas de preservação permanente no entorno do reservatório Lago Azul e dos cursos d'água contribuintes.

Para tanto, é necessário:

- a) Readequar os acessos rodoviários da BR 487 à sede do Parque Estadual Lago Azul, e aos aglomerados urbanos situados no entorno do reservatório Lago Azul.
- b) Concluir a duplicação de vias e implantar pavimentação poliédrica ou asfáltica no trecho de acesso aos loteamentos Cidade Lago Azul e Recreio Lago Azul;
- c) Readequar o trecho de acesso ao loteamento Recreio Lago Azul (margem oposta) que passa sobre o barramento do reservatório da COAMO;
- d) Readequar os acessos marginais ao reservatório nas áreas não urbanizadas de modo a definir limites claros entre as áreas de preservação permanente e as áreas uso e ocupação do solo.

## **2.2 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA**

### **2.2.1 Sistema Municipal de Planejamento e Gestão**

Com o objetivo de acompanhar a implementação das ações propostas pelo Plano Diretor Municipal faz-se necessário a organização de um Sistema Municipal de Planejamento e Gestão constituído por:

- 1) Unidade de gestão representada pela Secretaria do Planejamento, responsável pela implementação e acompanhamento do Plano Diretor Municipal;
- 2) Mecanismos institucionais de gestão democrática capazes de conduzir a Política de Desenvolvimento Municipal e promover o cumprimento dos objetivos do Plano Diretor Municipal;
- 3) Sistema de Informações Geográficas – SIG com atualização permanente da base cartográfica e da base de dados municipais;

Para tanto, será necessário:

- a) Estabelecer uma metodologia para o orçamento participativo e investir na capacitação de equipe técnica específica formada por pessoal efetivo;
- b) Criar uma base cartográfica e sistema de informações georreferenciadas para o uso e ocupação do solo urbano e demais áreas no território do município de dados municipais unificadas;
- c) Qualificar tecnicamente profissionais para o gerenciamento, desenvolvimento e atualização do sistema de informações georreferenciadas;
- d) Ampliar a capacidade e elevar o grau de informatização da administração municipal;
- e) Realizar novo Cadastro Técnico Imobiliário Multifinalitário;

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

#### **• Revisão do Plano Diretor Municipal**

Dando sequência à política de desenvolvimento municipal e em consonância a Lei Complementar nº 22 de 23 de março de 2012 que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de Campo Mourão artigo 1º parágrafo 2º, a ação tem por objetivo a contratação de assessoria para a revisão do Plano Diretor Municipal para o período de março de 2022 a março de 2032.

#### **• Criação e Informatização de Base Cartográfica Geo-referenciada**

Com a finalidade de gerir bases de dados para fins de geoprocessamento, incluindo a portabilidade para integrar informações a partir

do banco de dados do cadastro imobiliário e o banco de dados cartográfico, esta ação visa à contratação de serviços especializados em geoprocessamento e tecnologia da informação para o fornecimento de imagens com alta resolução da área urbana, dos distritos e das áreas urbanizadas para execução de cadastramento e recadastramento das unidades imobiliárias do município, bem como o fornecimento de soluções de tecnologia da informação na área de gestão de sistemas de informação geográficas.

As soluções deverão possibilitar a geração de informações para a gestão tributária, social, de arborização, de iluminação pública e de estradas rurais.

- **Reforma de Barracão para implantação de Almoxarifado Central**  
Objetivando gerir de maneira mais eficiente o abastecimento de bens de uso comum como material de expediente e consumo de toda a estrutura municipal, a ação prevê a reforma e adequações de um barracão para a implantação e funcionamento das atividades relacionadas à gestão destes materiais, tais como: compras, recebimento de material, armazenamento, distribuição e controle de estoque.

- **Aquisição de mobiliário e equipamentos**

A ação visa adquirir mobiliário e equipamentos novos a fim de atender as necessidades dos diversos setores e secretarias do município, melhorando as condições de trabalho dos servidores, de prestação de serviço e das atividades desenvolvidas nestes ambientes.

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total) PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL</b>	<b>VALOR ESTIMADO R\$</b>
1) Revisão do Plano Diretor Municipal 2022-2032	195.000,00
2) Criação e Informatização de Base Cartográfica Geo-referenciada	490.000,00
3) Reforma de Barracão para implantação de Construção de Almoxarifado Central	390.000,00
4) Aquisição de mobiliário e equipamentos	5.000.000,00
<b>Total</b>	<b>6.075.000,00</b>

### **2.3 Gestão Democrática**

Com o objetivo de assegurar a transparência e a participação da sociedade na gestão da política de desenvolvimento urbano, a implementação do Plano Diretor Municipal, bem como suas alterações deverão ser submetidas:

- a) ao Grupo Técnico Permanente;
- b) ao Conselho Municipal da Cidade – Concidade Campo Mourão;
- c) às audiências públicas em caso de alteração do Plano Diretor Municipal e licenciamento de atividades classificadas como potencialmente incômodas, nocivas ou perigosas, a critério do Grupo Técnico Permanente;
- d) às conferências municipais para discutir, avaliar e propor políticas públicas de desenvolvimento urbano;
- d) à consulta a vizinhos nos casos de instalação de obras ou empreendimentos que possam causar impacto na vizinhança;
- e) ao orçamento participativo.

### **2.3.1 Estrutura Institucional**

Entre as vulnerabilidades identificadas da administração municipal, refere-se às suas instalações físicas, inadequação e falta de pessoal efetivo e equipamentos para o pleno desenvolvimento das atividades, comprometendo o desempenho e a eficiência dos serviços.

Por outro lado, apesar da demanda por novos equipamentos públicos, o município deve atentar-se à limitação de seu quadro de funcionários (54% da receita líquida – Lei Complementar nº. 101/2000), havendo a necessidade de reestruturação do quadro funcional, visando adequá-lo às reais necessidades da administração pública.

Dentro desse contexto, destaca-se a situação das Secretarias da Educação, da Saúde e da Cultura, que, nos últimos anos construiu várias estruturas sobrecarregando o atual quadro funcional, demandando, portanto, o aumento de pessoal efetivo.

Outro aspecto a ser observado refere-se à estrutura física da administração municipal. A maioria de suas unidades administrativas (sedes) e algumas unidades funcionais estão instaladas em imóveis locados, aumentando, dessa forma, os gastos com a adequação e manutenção de sua estrutura física. O conjunto de imóveis próprios é constituído pelo Paço Municipal e anexo, pelos espaços físicos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, Mulher e Secretaria da Cultura. Em caráter provisório, a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente ocupa, em parceria, o imóvel da CODUSA.

As demais unidades administrativas das Secretarias da Educação, Ação

Social, Saúde, Planejamento, Esportes, Fiscalização e Ouvidoria, Desenvolvimento Econômico, além da DIRETRAN, PROCON e Tecnocampo, funcionam em imóveis locados.

Visando ao fortalecimento institucional, é considerado prioritário a reforma e ampliação dos imóveis próprios adequando-os ao pleno desenvolvimento das atividades da administração municipal, bem como a aquisição e reserva de terrenos para construção de unidades administrativas e funcionais das diversas secretarias, adequadas ao acesso universal dos usuários.

## **2.4 AÇÕES PRIORITÁRIAS**

As ações e projetos prioritários foram definidos e organizados nas seguintes áreas: planejamento e gestão, estrutura institucional; infraestrutura; habitação; desenvolvimento rural; desenvolvimento econômico; preservação e conservação ambiental; equipamentos públicos de saúde; educação; recreação, esportes e lazer; cultura; e assistência social.

Para cada uma das áreas foram indicadas as ações e projetos prioritários, com a estimativa dos recursos necessários à sua implantação, sendo previstas a utilização parcial (recursos de contrapartida) ou total de recursos próprios. As demais ações e projetos prioritários, sem projeção de valores, dependem da elaboração de projeto e captação de recursos externos para a sua execução.

### **2.4.1 ESTRUTURA INSTITUCIONAL**

Considerando os inúmeros serviços e programas oferecidos pelas Secretarias da Ação Social, Saúde e Educação, e o número de acessos de usuários e terceiros, é considerada prioritária a construção de suas sedes administrativas segundo as especificidades de serviços e atendimento, além da sede da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, em decorrência da sua importância estratégica nas ações institucionais.

#### **2.4.1.1 Secretaria da Assistência Social**

- Construir a unidade administrativa da Secretaria da Assistência Social com acessibilidade aos usuários.
- Construir três unidades de proteção básica do Centro de Referência da

Assistência Social – CRAS os quais funcionam atualmente em imóveis locados no Lar Paraná, cedidos na Asa Leste e Centro, porém com infraestrutura/localização que não atendem as demandas dos equipamentos. Na Asa Leste e no Centro há terrenos do município destinado à construção de um CRAS.

- Construir uma unidade de aproximadamente 400 m<sup>2</sup> para o funcionamento do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS (proteção social especial) na região central.
- Construir sede para o funcionamento do Conselho Tutelar.
- Construir quatro unidades para o funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Reformar/ampliar as demais unidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Disponibilizar um terreno, com infra estrutura sanitária para acolhimento da população indígena que transita por Campo Mourão

#### **2.4.1.2 Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente**

- Construir a sede administrativa da SEAMA.
- Reformar as edificações existentes no Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, reestruturá-las e equipá-las para o efetivo desenvolvimento de ações permanentes em Educação Ambiental e gerenciamento de parques e Unidades de Conservação;
- Reformar e adequar e ampliar as instalações do Horto Municipal e Canil Municipal a fim de ofertar melhores condições de trabalho e atendimento aos visitantes;
- Fomentar as ações vinculadas à reciclagem de resíduos sólidos domésticos, de forma institucional ou através das entidades civis organizadas ligadas ao segmento;
- Criação de parques ambientais municipais;
- Elaborar os Planos de Manejo dos Parques Ambientais Municipais;
- Complementar o conjunto de máquinas, veículos e equipamentos para prestar serviço público de qualidade com otimização de tempo e mão de obra;
- Estruturação da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para implementação do licenciamento ambiental em consonância com a resolução

- CEMA 088/2013, através da contratação de técnicos, equipamentos e outros;
- Aquisição de equipamentos e material para campanhas de educação ambiental, reflorestamento de áreas degradadas, micro bacias e nascentes;
  - Integração entre a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente com as Universidades, Faculdades, Colégios e Escolas do Município de Campo Mourão para o desenvolvimento de programas de apoio ao meio ambiente;
  - Aquisição de materiais e equipamentos para manutenção das vias públicas, podas de árvores, jardins do município.

#### **2.4.1.3 Secretaria da Saúde**

- Construir a sede administrativa da Secretaria da Saúde.
- Construir uma unidade funcional para abrigar o centro de reabilitação física.
- Instalar lava-jato para atendimento exclusivo e imediato dos veículos do serviço de saúde, especialmente daqueles utilizados para o transporte de pacientes. A ação se justifica pela elevada despesa com terceiros para a lavagem de veículos da Secretaria da Saúde. A fim de otimizar a estrutura e licenciamento existentes, é recomendada a ampliação do lava-jato existente na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

#### **2.4.1.4 Secretaria da Educação**

- Construir a sede administrativa da Secretaria da Educação.

### **2.4.2 INFRA-ESTRUTURA URBANA**

#### **2.4.2.1 Vias Urbanas**

##### **• Pavimentação de vias**

É considerada prioritária a pavimentação de vias com acesso principal a bairros ocupados por populações de baixa renda, vias que possam sanar processos erosivos, vias que complementam o sistema viário básico e vias percorridas pelo transporte coletivo.

Os bairros mais necessitados são Jardins Santa Cruz, Modelo, Esperança, e a conclusão da pavimentação de ruas dos Jardins Silvana, Tropical I e II, Paulista, N. Sra Aparecida, Shangri-lá, Gutierrez, Maia, Araucária, Damferi, Paulino, Pio XII, Voidelo, Antilhas, Cidade Nova, Mundo Novo.

Outros trechos prioritários para implantação de pavimentação asfáltica são:

- Rua Afonso Germano Hruschka como via de ligação entre a Asa Norte e Jardim Bandeirantes;

- Acrescentar vias de ligação entre a região central e a área urbanizada no entorno do campus da UTFPR e FECILCAM, ARCAM, principal e marginal à rodovia BR 369;

- entre o Jardim Paulino até a BR 369 (próximo ao Seminário São José) e em função da implantação do Campus da Fecilcam junto à rodovia e prolongamento da via marginal à BR 369 entre a ARCAM até o Campus;

- complementar a pavimentação asfáltica da Avenida João Batista Salvadori para interligar a BR 158 com a PR 558;

- complementar a pavimentação da Avenida Pedro Viriato em toda sua extensão incluindo a execução de segunda pista a partir do seu cruzamento com a Rua Sanhaço.

Esses trechos, devido à baixa densidade populacional, devem buscar parcerias ou alternativas de recursos para viabilizar a pavimentação asfáltica.

- **Recapeamento de vias urbanas.**

Objetiva recuperar o sistema de pavimentação do sistema viário tanto da cidade como do distrito de Piquirivai, evitando perdas maiores do pavimento. O critério para realização dessa ação será a condição técnica de deterioração do pavimento. No período de vigência do Plano Diretor essa ação será continuada.

- **Sinalização horizontal e vertical da malha existente**

Essa ação objetiva implantar, manter e/ou complementar a sinalização vertical e horizontal na região central onde se fizer necessário, e nos bairros da Asa Leste (Albuquerque, Paulista, Tropical I e II, Parigot), região sul (Jardins Gutierrez, Country Club, Laura, Flórida e Vila Teixeira) e Lar Paraná, definindo a hierarquização de vias e redução da velocidade em cruzamentos críticos e locais de maior fluxo de veículos e pedestres como a perimetral Tancredo Neves, avenida Ney Braga, próximo a igrejas, escolas, unidades de saúde, etc.

- **Implantação de sistema de estacionamento rotativo pago na área central da cidade de Campo Mourão**

Nos últimos anos, a área central da cidade de Campo Mourão vem sofrendo com a falta de vagas para estacionamento, dificultando o acesso ao comércio e serviços, especialmente de agências bancárias instaladas no centro da cidade. A ação visa, portanto, implantar o sistema de estacionamento rotativo pago na região central com base em estudo de viabilidade técnica e econômica do serviço proposto. Sua implantação não terá custos ao município sendo absorvida pela empresa concessionária.

- **Implantação de ciclovias para interligação de diversas regiões da cidade**

Em consonância às diretrizes apontadas pelo Plano de Mobilidade Urbana, a ação visa promover melhorias nas condições de trânsito, acessibilidade e deslocamento com a implantação de ciclovias em diversos trechos urbanos, permitindo o trânsito seguro de ciclistas e a interligações entre diferentes regiões da cidade.

- **Melhorias no Aeroporto Municipal**

A ação tem por objetivo proporcionar melhorias na estrutura interna do Aeroporto Municipal: pista de pousos e decolagens, iluminação, sinalização, manutenção, etc.

- **Acesso ao Aeroporto Municipal**

A ação prevê melhorias no acesso ao Aeroporto Municipal através da reestruturação do entorno viário, com a implantação de trevo, sinalização e iluminação adequada.

- **Infraestrutura da Vila Guarujá**

Dando sequência ao processo de regularização fundiária da Vila Guarujá (em fase de conclusão), a ação visa proporcionar condições adequadas de infraestrutura urbana na localidade, através da execução de pavimentação asfáltica, rede de drenagem pluvial, calçadas, arborização e adequação de iluminação pública.

- **Pontes**

Em consonância as diretrizes apontadas pelo Plano de Mobilidade e para facilitar e viabilizar a ligação entre algumas regiões da cidade, em especial no sentido norte/sul, se faz necessária a continuidade do sistema viário através de melhorias e aberturas de alguns acessos. Neste sentido a que se viabilizar a execução de pontes urbanas para transpor os rios que cortam a cidade no

sentido leste/oeste como os Rios do Campo e Km 119.

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total) VIAS URBANAS</b>	<b>VALOR ESTIMADO R\$</b>
1) Pavimentação, recapeamento e sinalização de vias urbanas	104.040.000,00
2) Sinalização horizontal e vertical da malha existente	170.000,00
3) Implantação de sistema rotativo pago	(-)
4) Implantação de ciclovias	3.185.000,00
5) Melhorias no Aeroporto Municipal	170.000,00
6) Acesso ao Aeroporto Municipal	1.160.000,00
7) Infra-estrutura da Vila Guarujá	7.415.000,00
8) Pontes urbanas	1.560.000,00
<b>Total</b>	<b>117.700.000,00</b>

#### **2.4.2.2 Sistema de Transporte Coletivo Urbano**

Entre as principais reclamações da população quanto ao transporte coletivo urbano refere-se às condições inadequadas do Terminal Rodoviário Urbano e da falta de abrigo nos pontos de parada de ônibus, causando transtornos, desconforto e riscos à segurança dos passageiros. A população dos bairros mais afastados, reclama da localização dos pontos de parada, iluminação deficiente e da acessibilidade do sistema de transporte coletivo por pessoas com necessidades especiais.

Quanto aos serviços oferecidos, a consulta popular aponta a necessidade de:

- a) revisão de linhas e horários do transporte coletivo;
- b) melhorar as condições de segurança e conforto do usuário;
- c) melhorar a acessibilidade ao sistema de transporte coletivo urbano;
- d) melhorar o desempenho do sistema de transporte coletivo urbano;
- e) melhorar a qualidade do atendimento ao usuário do sistema de transporte coletivo.

Para tanto, é necessário:

- a) a relocação dos pontos de parada segundo os principais destinos dos usuários e acesso aos equipamentos públicos como a Unidade de Saúde 24 horas e ponto de parada que atende a linha de acesso ao distrito de Piquirivaí mais próximo ao Terminal Rodoviário Urbano;

- b) a readequação de linhas e horários às necessidades de deslocamento da população em geral, inclusive nos finais de semana;
- c) Instalação de placas informativas sobre linhas e horários do transporte coletivo;
- d) o cumprimento dos horários estabelecidos eliminando os atrasos frequentes;
- e) a disponibilização de mais horários à Santa Casa;
- f) o cumprimento da Lei do Passe Livre e a readequação dos veículos para o acesso de pessoas com deficiência;
- g) a regulamentação dos serviços de transporte alternativo (vans, uber etc.);
- h) maior atuação do Conselho Municipal de Trânsito quanto à qualidade dos serviços prestados aos usuários do transporte coletivo.

#### **2.4.2.3 Iluminação Pública**

O sistema de iluminação pública tem ampla cobertura da área de urbana.

No entanto, alguns trechos de vias apresentam deficiências de aclaramento demandando melhorias em pequenas extensões na área urbana da sede e em Piquirivai. Assim, objetiva-se elevar a eficiência da iluminação pública e melhorar os níveis de aclaramento por meio das seguintes ações:

- **Elaboração do Plano de Iluminação Pública e projeto para sua implantação**

Visando requalificar os espaços públicos externos da cidade através da exploração dos desdobramentos da luz urbana sobre a percepção ambiental e o comportamento humano, atendendo as necessidades de deslocamento, segurança, integração social, eficiência energética e meio ambiente, a ação visa contratação de consultoria técnica para a elaboração de um Plano de Iluminação Pública bem como de Projetos Luminotécnicos.

Estas ações irão diagnosticar e nortear a administração pública no direcionamento das prioridades e dos recursos a serem investidos, como por exemplo, na escolha de locais e vias, definição de tecnologias eficientes e adequadas às necessidades, parâmetros de projeto e execução dos serviços.

- **Substituição do sistema e manutenção dos pontos existentes com lâmpadas de maior eficiência**

A ação visa melhorar os níveis de aclaramento por meio da substituição gradativa das lâmpadas existentes por modelos de maior eficiência nas principais vias de acesso da cidade (trecho urbano da BR 158) e em logradouros públicos como praças, jardins e parques municipais.

Como medida de longo prazo, e nos locais onde são plenamente justificáveis, propõe-se a instalação de luminárias abaixo da copa das árvores.

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total) ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>VALOR ESTIMADO R\$</b>
1) Elaboração do Plano de Iluminação Pública e projeto para sua implantação	195.000,00
2) Substituição de lâmpadas de maior eficiência	7.805.000,00
<b>Total</b>	<b>8.000.000,00</b>

#### **2.4.2.4 Saneamento Ambiental**

##### **A) Implementação do Plano Municipal de Saneamento**

Visando planejar e integrar as ações prioritárias na área de saneamento ambiental, é necessário que o município de forma efetiva implemente o Plano Municipal de Saneamento em consonância com a Lei Federal nº 11.445/2007.

##### **B) Drenagem de Águas Pluviais**

A rede de drenagem de águas pluviais no distrito sede abrange 92,9% (1.947,25 ha) do total de 2.095,37 ha de área urbanizada. Com o objetivo de evitar os problemas relacionados a processos erosivos decorrentes do escoamento superficial das águas pluviais é necessária a construção da rede de drenagem em áreas ainda não atendidas, readequar a rede de galerias e emissários com seu prolongamento até o corpo receptor (rio) com a instalação de dissipadores de energia, e controlar e corrigir processos erosivos em vias não pavimentadas.

Ainda, elaborar e implantar procedimento regular e contínuo para realização de manutenção e limpeza da rede de drenagem de águas pluviais tanto na área central como nas áreas periféricas.

- **Ampliação da rede de galerias pluviais.**

A ação pretende ampliar a rede de drenagem de águas pluviais em diversos locais da atual rede no Jardim Tropical I, Parque Industrial I, Jardim Silvana e distrito de Piquirivaí.

A implantação de sistema de drenagem pluvial no Parque Industrial I com a pavimentação das vias situadas na vertente voltada ao rio do Campo deve observar a localização da unidade de captação de água para abastecimento público (Sanepar), de forma que o lançamento dos emissários sejam efetuados à jusante da captação para que seus despejos não interfiram na qualidade da água para abastecimento público.

- **Readequação da rede de galerias pluviais.**

A ação objetiva readequar os emissários situados ao longo do rio Km 119 e rio do Campo, com seu prolongamento até o corpo receptor e instalar dissipadores de energia em vários pontos da rede de galerias, onde são

observados focos de erosão, entupimento dos emissários e água parada, sendo necessários os serviços permanentes de limpeza de bocas-de-lobo, saída de emissários, manutenção da rede de galerias e eliminação de ligações clandestinas de águas servidas na rede de drenagem.

Há, ainda, a necessidade de promover estudos técnicos do dimensionamento da rede de galeria de águas pluviais implantadas frente à área de contribuição, onde são observados processos erosivos em avançado estágio de evolução. A ação visa readequar essas redes corrigindo o subdimensionamento das tubulações e recuperar a área afetada pela erosão nas imediações do Jardim Orly, John Kennedy, Alvorada, Tropical I e II, e Parque Municipal Gralha Azul.

A ação objetiva, ainda, corrigir o subdimensionamento da rede na Vila Cândida (Rua das Tilápias), controlar o escoamento de águas pluviais nas vias sem pavimentação e corrigir os processos erosivos instalados.

### **C) Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**

Considerando as vulnerabilidades do sistema de abastecimento público de água, são consideradas prioritárias as seguintes ações:

- Restringir o uso e ocupação do solo na microbacia do rio do Campo e na microbacia do rio Ranchinho à montante da rodovia BR 487;
  - Solicitar da concessionária a elaboração de Plano Alternativo de Abastecimento em situações onde a captação superficial do rio do Campo venha a ser suspensa em decorrência de condições adversas ao tratamento da água captada (contaminação acidental, lançamento clandestino, etc), de forma a garantir o fornecimento contínuo de água potável à população;
  - Monitorar permanentemente a vazão dos poços profundos destinados ao abastecimento público.
- 
- **Readequação do sistema de abastecimento de água do distrito de Piquirivai.**

A ação visa adequar o sistema de captação, reservação, tratamento e distribuição para o abastecimento público do distrito de Piquirivai, segundo os critérios de potabilidade exigidos pela Portaria nº 518/2004 do Ministério da

Saúde, que estabelece as responsabilidades por parte de quem produz água para abastecimento público, garantindo, dessa forma, o abastecimento contínuo e com qualidade à população usuária do sistema.

• **Expansão, melhorias e manutenção da rede de esgotos no distrito sede e combate ao despejo clandestino e irregulares de esgoto doméstico.**

O sistema de coleta de esgoto sanitário atende hoje 87,74% das economias existentes no distrito sede. A ação visa elevar este atendimento em 95% no prazo de cinco anos e manter esse índice até o ano de 2047 conforme traz o Plano de Saneamento e previsão de investimentos pela SANEPAR de R\$ 9.943.816,08, e implantar rede coletora de esgoto no distrito de Piquirivaí, considerando sua localização em área de nascentes do manancial que abastece a cidade de Campo Mourão.

A ação visa, ainda, integrar os setores de saneamento, saúde, meio ambiente e habitação para:

- identificar, corrigir e regularizar os despejos de esgoto doméstico lançados a céu aberto, em galerias pluviais, ou diretamente nos rios;
- mapear as áreas de difícil acesso da rede coletora e implantação de sistema alternativo de esgotamento sanitário;
- monitorar a qualidade dos lançamentos do esgoto tratado, segundo padrões definidos pela legislação vigente;
- promover a destinação final adequada e segura do lodo de esgoto tratado;
- promover melhorias na capacidade de tratamento do esgoto com a manutenção e ampliação das ETEs - Estação de Tratamento de Esgoto, do Rio Km 119 e Rio do Campo em conforme ao Plano de Saneamento e recursos da SANEPAR no valor de R\$ 17.000.000,00.

**D) Gestão dos resíduos sólidos**

Dentro das diretrizes voltadas à gestão dos resíduos sólidos, são consideradas ações prioritárias:

- o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos;
- o fortalecimento das atividades de gestão com ênfase na fiscalização dos serviços prestados, no cumprimento das posturas referentes aos

resíduos sólidos, e na destinação final adequada dos resíduos de responsabilidade do gerador.

- a reorganização e melhorias nos serviços de limpeza pública, com a ampliação do atendimento, aumento da frequência e qualidade dos serviços prestados;
- ampliar a participação do serviço de coleta seletiva no total do lixo coletado;
- a recuperação e o aumento da vida útil do aterro sanitário.

Para tanto, é necessário:

- a) implementação de Plano de Gestão Integrado dos Resíduos Sólidos com ampla participação e divulgação de seu conteúdo;
- b) aumentar o número de fiscais para o cumprimento efetivo dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, normas e legislação vigente;
- c) monitorar os serviços de limpeza pública promovendo a ampliação do atendimento, o aumento da frequência e melhoria da eficiência na execução dos serviços, e o aumento da vida útil do aterro sanitário;
- d) monitorar as condições de operação e manutenção do aterro sanitário, prevendo a recuperação e manutenção do sistema de tratamento (lagoas de tratamento e sistemas de drenagem de gases, chorume e de drenagem pluvial), e a recuperação e manutenção das células encerradas;
- e) monitorar e ampliar o atendimento e melhorar o serviço de varrição, raspagem e limpeza de vias;
- f) criar ou implantar uma unidade ou rede de recebimento e processamento de recicláveis;
- g) reorganizar o setor de recicláveis, prevendo a regularização dos barracões de comércio de recicláveis; disciplinar a atividade dos catadores de forma a compatibilizar os serviços de coleta junto ao tráfego de veículos, comércio, prestadores de serviços e domicílios, e principalmente, quanto ao armazenamento desses resíduos em quintais e terrenos baldios;
- h) fomentar a manutenção e formação de cooperativas de trabalhadores em recicláveis;

i) instalar lixeiras nas áreas de concentração e fluxo de pedestres.

- **Implantação de unidade de recebimento, separação, armazenamento e comercialização de recicláveis.**

A ação visa investir na aquisição de terreno, construção de barracão e implantação de instalações adequadas ao recebimento, processamento, armazenamento e comercialização de recicláveis, visando, com isso, atender o aumento da coleta seletiva e ao aumento da vida útil do aterro sanitário.

- **Ampliação, recuperação, manutenção e melhorias do aterro sanitário.**

Atualmente, o aterro sanitário necessita de intervenções, incluindo a manutenção das células encerradas ao sistema de tratamento. Entre esses requisitos estão: a correção dos processos erosivos e recobrimento das células com plantio e manutenção de grama; a correção do sistema de captação e tratamento de chorume (entupimentos de drenos, impermeabilização das lagoas de tratamento, vazamento de chorume das células encerradas); melhoria do sistema de drenagem pluvial; efetivação do funcionamento dos drenos de gás; melhoria dos acessos internos e externos. Também deverá providenciar a Licença de Operação do aterro, bem como a ampliação do mesmo.

- **Construção de células para destinação final de resíduos sólidos urbanos.**

Segundo dados de geração de resíduos sólidos urbanos nos últimos sete anos, a vida útil das células para recebimento de resíduos é em média 2,5 anos. Nesse ritmo, e, em caso do município não alcançar os resultados esperados quanto à redução na geração e separação do lixo por meio do reordenamento dos procedimentos a serem adotados pelos serviços de limpeza pública, haverá a necessidade de se construir duas novas células para receber os resíduos sólidos coletados a cada 2 a 3 anos, além da manutenção permanente das células encerradas.

- **Implantação de usina de triagem e compostagem.**

Visando atender às diretrizes da legislação em vigor quanto à minimização dos rejeitos provenientes da coleta de resíduos sólidos urbanos destinados ao aterro sanitário, a ação tem por objetivo implantar uma usina de triagem e compostagem.

## E) Cemitérios Municipais

### • Aquisição de terreno e implantação de novo cemitério municipal.

O atual cemitério municipal está com previsão de encerramento para abertura de novas covas, sendo necessária a aquisição de terreno para a implantação de um novo local para sepultamentos. Para tanto, serão necessários estudos prévios para a escolha de imóveis apropriados dentro de critérios técnicos e nos termos da legislação pertinentes à cemitérios e posterior aquisição. Considerando a existência de infra-estrutura mínima como vias de acesso pavimentadas, rede de energia elétrica e de água, e de serviços como transporte coletivo e coleta de lixo, o Plano Diretor Municipal sugere estudos em imóveis situados no alto da vertente voltada ao rio Km 123, ou em terrenos próximos às Estações de Tratamento de Esgoto, como forma de minimizar os possíveis incômodos gerados pelo processo de tratamento de esgoto a moradores de futuros loteamentos do entorno.

A ação visa ainda a execução da estrutura de implantação do novo cemitério municipal nos moldes da legislação vigente.

### • Reforma e melhorias na estrutura do cemitério São Judas Tadeu

Não obstante e independente do encerramento de abertura de novas covas, o atual cemitério municipal continuará em operação, com sepultamentos em covas existentes e aberto à visitação. Para tanto, necessita de ampliação dos sanitários, construção de ossário e de almoxarifado; implantação de sistema de drenagem de águas pluviais; melhorias na iluminação interna e informatização do setor administrativo e regularização do Licenciamento Ambiental.

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total)</b> <b>INFRAESTRUTURA URBANA</b>	<b>VALOR ESTIMADO</b> <b>R\$</b>
1) Ampliação e readequação da rede de drenagem pluvial	1.560.000,00
2) Readequação sistema de abastecimento de água do Distrito de Piquirivaí	100.000,00
3) Expansão da rede de esgoto sanitário no distrito sede	(-)
4) Manutenção, melhorias e ampliação da capacidade de tratamento das Estações de Esgoto Rio Km 119 e Rio do Campo	(-)
5) Implantação de unidade de recebimento e processamento de recicláveis	955.000,00
6) Ampliação, recuperação, manutenção e melhorias do aterro sanitário	1.195.000,00
7) Construção de células para disposição final do lixo urbano	1.950.000,00
8) Implantação de usina de triagem e compostagem	780.000,00
9) Aquisição de terreno e implantação de novo cemitério municipal	1.560.000,00

10) Reforma e melhorias na estrutura do cemitério São Judas Tadeu	780.000,00
<b>Total</b>	<b>8.880.000,00</b>

### 2.4.3 HABITAÇÃO

São diretrizes da política habitacional do Município de Campo Mourão:

- A melhoria das condições urbanas de habitabilidade;
- A garantia do acesso à propriedade e à moradia popular.

Para tanto, é necessário:

- a) condicionar, nos projetos de construção de moradias de interesse social, à prévia implantação de infra-estrutura básica e de serviços;
- b) regularizar os imóveis financiados pelo Fundo Municipal da Habitação (Conjunto Primavera e outros);
- c) promover o aproveitamento de áreas e imóveis desocupados e ociosos direcionando-os para o atendimento da função social da cidade;
- d) promover a retirada gradativa das ocupações irregulares em áreas de preservação permanente;
- e) estimular e apoiar loteamentos voltados à construção de moradias de baixa renda.

### AÇÕES PRIORITÁRIAS:

#### • **Urbanização de glebas urbanas para construção de moradia para população de baixa renda**

Para atender a demanda por habitação de interesse social, o Poder Executivo Municipal dispõe alguns imóveis para implantação de moradias populares, situados no Lote 411-B no fundo do Jardim Pio XII (antiga chácara Alcântara) e Jardim Paulino (Lote 7-A-8-R-7-Z-1) que deverão ser urbanizadas.

Atendendo a demanda do distrito de Piquirivaí, o município disponibilizará para programas habitacionais de baixa renda a área do antigo cemitério municipal.

- **Plano de Urbanização e Regularização fundiária da Chácara Alcântara**

A Chácara Alcântara situa-se próximo ao Jardim Pio XII, no Lote 411-B. Trata-se de um loteamento irregular com algumas moradias instaladas no local. A urbanização e regularização da área permitirá o aproveitamento de lotes para a construção de habitações de interesse social, absorvendo a demanda da Favela Tilápia.

- **Transferência de ocupações irregulares em áreas de preservação permanente**

No distrito sede restam alguns núcleos de ocupações irregulares em áreas de preservação permanente, que necessitam de solução de moradia para viabilizar a transferência de suas famílias: Favela Tilápia; Jardim Gutierrez, Cidade Nova, Parque Exposições e Parque São João.

Essa ação objetiva a retirada das ocupações irregulares em áreas de preservação permanente, transferência das famílias para unidades habitacionais e a reabilitação das áreas desocupadas ao longo dos cursos de água no trecho situado dentro do perímetro urbano e formar dois grandes parques lineares nos próximos anos: Parque Linear do rio Km 119 e Parque Linear do rio do Campo (ver item Preservação e Conservação Ambiental).

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total) HABITAÇÃO</b>	<b>VALOR ESTIMADO R\$</b>
1) Urbanização de glebas urbanas para construção de moradia popular	2.342.000,00
2) Plano de urbanização e regularização fundiária da Chácara Alcântara	312.000,00
3) Transferência de ocupações irregulares de APPs	156.000,00
<b>Total</b>	<b>2.810.000,00</b>

#### **2.4.4 DESENVOLVIMENTO RURAL**

Visando ao fortalecimento do setor rural, o planejamento de ações devem seguir as seguintes diretrizes:

- Combater a erosão e o assoreamento das propriedades rurais e dos rios, através do adequado manejo do solo e da água; recuperação, conservação e manutenção permanente de estradas e carregadores rurais, bacias de contenção de águas pluviais e de curvas de nível.
- A recuperação das estradas rurais, com a elevação do leito e reconstrução das caixas de contenção de águas pluviais, priorizando os

acessos às comunidades rurais, os trechos de escoamento da produção rural e aquelas situadas na microbacia do rio do Campo.

- O apoio e o fortalecimento das pequenas propriedades rurais (agricultura familiar), proporcionando os meios para que os mesmos possam alcançar a viabilidade econômica de suas unidades produtivas.

Para tanto, são consideradas ações prioritárias:

- a) a ampliação do programa de abastecimento de água potável para comunidades rurais;
- b) a ampliação do atendimento da Patrulha Mecanizada Rural;
- c) melhorias e manutenção das condições de acesso e estradas rurais.

## **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

### **• Manutenção, conservação, cascalhamento e compactação de estrada rurais**

Campo Mourão possui uma extensa rede de estradas rurais que permite escoar com facilidade sua produção rural. O estado geral de conservação dessas estradas varia de bom a regular e necessitam de serviços de manutenção, conservação, cascalhamento e compactação. Há, no entanto, alguns trechos críticos que necessitam de serviços de recuperação, com elevação do leito das estradas e reconstrução das caixas de contenção e distribuição das águas pluviais.

Entre as prioridades está a recuperação das estradas municipais situadas na região das comunidades rurais do Km 128, São Benedito e Santa Lúcia, além das estradas rurais da microbacia do rio do Campo (Piquirivaí e Alto Alegre) de forma a garantir o fornecimento contínuo de água para o atendimento de cerca de 54 mil habitantes da cidade de Campo Mourão.

### **• Pavimentação asfáltica de estradas rurais**

Visando melhorias nas condições de deslocamento nas estradas rurais do município e acesso das comunidades vizinhas, essa ação prevê a pavimentação de trechos considerados de grande fluxo de veículos. Um deles trata-se da estrada municipal popularmente conhecida como “Barreiro das

Frutas”, que absorve o fluxo de veículos urbanos fazendo a ligação do perímetro urbano ao Anel Viário. Sua pavimentação deve compreender o trecho que vai do final da Rua Bueno Antônio de Camargo, passando pelo Anel Viário até a ponte do Rio da Várzea.

- **Pavimentação poliédrica de estradas rurais**

Melhorando as condições de deslocamento e acesso das comunidades rurais do Barreiro das Frutas e Fazenda Boa Esperança, a ação prevê a pavimentação poliédrica da estrada municipal popularmente conhecida como “Barreiro das Frutas”, no trecho compreendido entre a ponte do Rio da Várzea até as respectivas comunidades.

- **Manutenção e conservação de pontes rurais**

Com o objetivo de garantir a qualidade da malha viária rural através frequente conservação e manutenção das inúmeras pontes de ligação ao longo do período de validade deste Plano.

- **Abastecimento rural de água potável**

A maior parte das comunidades rurais é atendida por sistema de abastecimento de água. A ação visa, portanto, viabilizar o acesso ao abastecimento de água das comunidades rurais ainda não atendidas com a abertura de poços e implantação gradativa de rede de distribuição de água em uma unidade/ano, e a manutenção dos poços artesianos existentes e suas respectivas redes como um todo.

- **Aquisição de maquinários e implementos agrícolas para equipar as Patrulhas Mecanizadas Rural**

Visando ao fortalecimento da agricultura familiar, é necessário que o município invista na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas para equipar as Patrulhas Mecanizadas Rural de acordo com a necessidade dos pequenos produtores rurais como: tratores, grades niveladoras, grades aradoras, roçadeiras, sub-soladores, pulverizadores, semeadeiras, plantadeiras, distribuidores de adubo, distribuidores de calcário, carretas, ensiladeiras e outros.

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total) DESENVOLVIMENTO RURAL</b>	<b>VALOR ESTIMADO R\$</b>
1) Manutenção, conservação, cascalhamento e compactação de estrada rurais	1.428.000,00
2) Pavimentação asfáltica de estradas rurais	1.950.000,00
3) Pavimentação poliédrica de estradas rurais	1.957.000,00
4) Abastecimento rural de água potável	312.000,00
5) Manutenção e conservação de pontes rurais	261.000,00
6) Patrulhas rurais mecanizadas	3.122.000,00
<b>Total</b>	<b>9.030.762,00</b>

### 2.4.5 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

São diretrizes do desenvolvimento econômico do município:

- Fortalecer a agricultura local.
- Promover e incentivar a diversificação da produção rural.
- Estimular a criação de cooperativas de pequenos produtores.
- Estimular o desenvolvimento do setor secundário e terciário no Município.
- Promover a qualificação profissional.
- Promover o empreendedorismo por oportunidade e o crescimento sustentável dos pequenos negócios.
- Aproximar as Universidades do setor produtivo.
- Induzir o desenvolvimento em áreas estratégicas e de acordo com o potencial do município.
- Desburocratizar os processos de abertura e de relacionamento com as empresas.
- Apoiar o crescimento das pequenas indústrias.

Para tanto, é necessário:

- a) Incentivar a exploração da fruticultura, horticultura, apicultura, piscicultura, ovinocultura, caprinocultura, entre outros;
- b) Incentivar, difundir e viabilizar recursos para a agricultura orgânica;
- c) Apoiar e incentivar o associativismo e cooperativismo como forma de viabilizar a produção, industrialização e comercialização da produção familiar;

- d) Conceder incentivos à implantação de agroindústrias;
- e) Promover cursos de formação, capacitação e informação aos agricultores e criadores nas comunidades rurais;
- f) Fortalecer e reestruturar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, através da capacitação de seus membros;
- g) Facilitar o deslocamento de pessoas e mercadorias através da adequação e manutenção permanente das estradas rurais e respectivos acessos;
- h) Promover e incentivar o desenvolvimento do turismo rural;
- i) Promover a implantação de empresas com base tecnológica no município;
- j) Criar mecanismos para tirar os trabalhadores da informalidade incentivando o empreendedorismo visando à criação do próprio negócio;
- k) Promover incentivos às micro, pequenas e médias empresas para que se instalem no município;
- l) Promover a revitalização do Parque Industrial do Lar Paraná, visando o aproveitamento dos barracões desativados em terrenos doados pelo município em políticas públicas de geração de emprego e renda;
- m) Parcerias e centros de formação voltada ao atendimento da demanda local, como cursos técnicos na área de mecânica industrial, eletricitista industrial, costura industrial entre outros;
- n) Estimular o desenvolvimento de projetos de estudantes que contribuam com o desenvolvimento econômico através do convênio de apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- o) Criar e ampliar as vagas de programas, cursos profissionalizantes e de iniciação profissional (gratuitas ou patrocinadas por empresas) voltadas ao 1º emprego, visando promover o acesso de adolescentes e jovens ao mercado de trabalho;
- p) Estimular o empreendedorismo de base tecnológica por meio da criação de espaços públicos para criação, desenvolvimento e maturação de novos negócios.

## **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

### **• Implantação de barracões industriais / prestadores de serviço.**

A participação do setor secundário na economia do município situa-se em 32%. A localização do município em importante entroncamento rodoviário, especialmente com a pavimentação da Estrada Boiadeira concluída, favorece a implantação de indústrias e prestadores de serviços ao longo das rodovias existentes no município.

Com o objetivo de incrementar o setor secundário e terciário para geração de trabalho e renda é necessário à implantação de barracões industriais ou de prestadores de serviços. A ação exige a aquisição de terrenos e execução de obras e serviços de infra-estrutura básica na Asa Norte, Asa Leste, região sul e região da Asa Oeste.

Tendo em vista a demanda por terrenos de pequenas dimensões para implantação de pequenas indústrias, deverão ser realizados estudos para implantação de um parque industrial e de prestação de serviços à margem da BR 272 em área defronte ao Parque Industrial I - lote B-4A (propriedade do Município) e com toda infraestrutura necessária de urbanização.

Em paralelo à ação anteriormente mencionada, os trabalhos para levantamento das áreas sem utilização no Parque Industrial I deverão ser realizados com fins de reversão ao Município para fomentar novos empreendimentos.

### **• Reforma e manutenção do Parque de Exposições Getúlio Ferrari.**

Campo Mourão é conhecida nacionalmente pela Festa Nacional do Carneiro no Buraco e Exposição Agropecuária realizada anualmente no Parque de Exposições Getúlio Ferrari.

Visando atender adequadamente cerca de 500.000 visitantes e expositores, o parque necessita passar por um processo de revitalização com reforma e manutenção geral de toda a sua estrutura e equipamentos existentes. As construções e a estrutura do parque deverão ser adequadas as normas de prevenção contra incêndios e pânico

### **• Construção do Centro de Eventos**

O projeto para construção do Centro de Eventos prevê sua execução em 3 etapas, tendo sido a primeira etapa iniciada com recursos financeiros federais

e paralisada. Para finalizar esta primeira etapa deverá ser investido R\$ 2.793.225,00, para a conclusão da estrutura de concreto armado e cobertura. A segunda etapa prevê a complementação através da execução de piso, fechamentos, esquadrias e instalações elétricas, com previsão de investimento de R\$ 1.500.000,00. Com a execução das duas etapas a obra já apresentará condições de utilização.

Posteriormente a execução da terceira etapa - não prevista neste Plano de Ação e Investimentos -, contemplará a construção de um bloco complementar com sanitários ampliando e diversificando as condições de utilização da estrutura.

#### • **Construção do Centro Tecnológico – TECNOCAMPO COWORKING**

Tecnocampo Coworking é um espaço de empreendedorismo e inovação voltado para jovens empreendedores, com o objetivo de apoiar as startups e projetos de base tecnológica que possam se transformar em negócios escaláveis. Deverá funcionar em sistema de coworking, com capacidade de atender até 10 (dez) empreendedores. O espaço também poderá abrigar a Casa do Empreendedor, salas para administração, sala de reuniões e módulos para empresas de base tecnológica. Segmentos atendidos: Tem como foco os projetos e empreendimentos de base tecnológica e que contenham algum grau de inovação. São áreas prioritárias: Tecnologias da Informação, Biotecnologia, Ciências da vida, Internet das coisas, Fintechs, Economia criativa, Energia, Cidades Sustentáveis, Equipamentos médico-odontológicos, Agricultura e Agritechs, Aplicativos. Outros segmentos, desde que respeitada a natureza de base tecnológica e presença de inovação, também poderão ser atendidos desde que aprovados em banca.

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total) DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	<b>VALOR ESTIMADO R\$</b>
1) Implantação de barracões industriais/ prestadores de serviço	1.561.000,00
2) Urbanização de gleba para implantação de barracões industriais/comerciais	938.000,00
3) Reforma e manutenção do Parque de Exposições Getúlio Ferrari.	390.000,00
4) Construção do Centro de Eventos – conclusão 1ª Fase	2.793.225,00
5) Construção do Centro de Eventos – 2ª Fase	1.170.000,00
6) Construção do Centro Tecnológico	1.979.400,00
<b>Total</b>	<b>8.831.625,00</b>

## 2.4.6 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Visando à preservação e conservação ambiental no município é imprescindível que se defina as políticas públicas do setor orientadas pelas seguintes diretrizes:

- Estabelecer um Plano Municipal de Meio Ambiente e fortalecer o sistema de gestão ambiental do município por meio da reestruturação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e regulamentação do Fundo Municipal do Meio Ambiente.
- Ampliar e proteger as áreas de preservação permanente.
- Proteger as áreas de mananciais de abastecimento público.
- Reduzir e prevenir incômodos e danos ambientais.
- Promover a reabilitação de áreas degradadas.
- Promover a educação ambiental.

Para tanto, é necessário:

- a) fiscalizar e restringir o uso e ocupação de áreas de fundo de vale dentro do perímetro urbano;
- b) promover a retirada gradativa das ocupações (irregulares e regulares) em áreas de preservação permanente, a reabilitação e o reflorestamento ciliar dos cursos d'água e nascentes;
- c) promover a reabilitação da área do desfavelamento da Vila São Francisco de Assis, visando à implantação de Parque Municipal com estruturas de recreação e lazer;
- d) promover a reabilitação de áreas degradadas, em especial, das áreas de empréstimos e de exploração de recursos minerais desativadas e localizadas dentro do perímetro urbano;
- e) cadastrar os fragmentos florestais existentes para futura transformação em unidades de conservação;
- f) elaborar e implantar os planos de manejo das unidades de conservação instituídas;
- g) criar mecanismos que possibilitem a utilização de passivos ambientais para a reabilitação de áreas degradadas ou direcionando-os para a criação, proteção ou manutenção de Unidades de

#### Conservação;

- h) proteger os cursos d'água por meio da desocupação, isolamento e reflorestamento ciliar, e implantação de abastecedouros comunitários para máquinas pulverizadoras para atendimento dos produtores rurais de diferentes regiões do município;
- i) implantar parques lineares (áreas de preservação permanente) ao longo do trecho urbano dos rios do Campo e 119;
- j) promover a revitalização do Horto Municipal com reforma geral das instalações, e melhorias no setor de produção de mudas e de composto orgânico, visando atender às demandas de manutenção, substituição e plantio de espécies ornamentais e arbóreas;
- k) implantar estruturas de apoio, de lazer e de Educação Ambiental nos Parques Municipais;
- l) desenvolver de forma contínua e permanente projetos de Educação Ambiental nas escolas, estendendo as ações para toda a comunidade escolar;
- m) criar mecanismos permanentes de informação e orientação aos munícipes, sobre a legislação, procedimentos, normas e posturas pertinentes à proteção, preservação e conservação ambiental no âmbito do município;
- n) estruturar a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para implementação do licenciamento ambiental em consonância com a resolução CEMA 088/2013, através da contratação de técnicos, equipamentos e outros.

#### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

- **Desocupação gradativa de áreas de preservação permanente rurais e urbanas**

Essa ação tem como objetivo estabelecer as faixas de preservação permanente ao longo dos cursos de água e nascentes no município de Campo Mourão, por meio da retirada gradativa das ocupações (regulares e irregulares) em áreas de preservação permanente (APP), observados os critérios definidos pela Lei Federal nº 7.803/89.

Na área rural, a ação objetiva promover a efetiva desocupação, isolamento e reflorestamento ciliar das APPs, além da recuperação de minas e fontes por meio da ação conjunta entre órgãos públicos afins, cooperativas e proprietários rurais.

Na área urbana, a ação objetiva implantar, nos próximos anos, um parque linear ao longo do curso de água do rio Km 119. Para tanto, deverão ser observados os seguintes critérios mínimos para a área de preservação: trinta metros para cada lado do curso de água naqueles locais onde o imóvel já foi parcelado para fins urbanos; cinquenta metros para cada lado dos cursos de água nos imóveis ainda não parcelados para fins urbanos.

A ação depende da desocupação das áreas de preservação permanente com a retirada de todas as ocupações irregulares às margens do rio km 119, Vila São Francisco de Assis, seguida de reabilitação da área com a limpeza e remoção dos entulhos de demolição, saneamento ambiental, e reflorestamento ciliar com substituição gradativa de espécies exóticas por nativas. Outras medidas previstas em legislação do Plano Diretor Municipal, como as Leis de Parcelamento do Solo para Fins Urbanos, de Zoneamento e do Sistema Viário Básico, complementam a proposta.

Com isso espera-se obter dois grandes parques lineares ao longo dos próximos anos: Parque Linear do rio Km 119 e Parque Linear do Rio do Campo. As áreas situadas dentro dessa faixa de intervenção serão incorporadas ao patrimônio público municipal por ocasião do parcelamento do solo para fins urbanos (ver item Habitação).

#### • **Reabilitação de áreas degradadas e reflorestamento ciliar (rural e urbana)**

Essa ação tem como objetivo promover a efetiva proteção dos cursos d'água e dos fragmentos florestais remanescentes por meio de ações integradas e de responsabilidade compartilhada entre o setor público e privado. A ação visa desocupar, isolar e reflorestar as áreas de preservação permanente dos cursos d'água do município, em especial, do rio do Campo e km 119, reabilitar os trechos degradados, incorporar fragmentos florestais remanescentes ao Sistema de Unidades de Conservação (RPPNs). É esperado o isolamento, desocupação e o reflorestamento total das margens do rio do Campo e do rio Km 119 (urbana e rural) e seus afluentes, e a reabilitação dos trechos degradados. A ação deverá ser realizada em parceria com os setores público e privado do município junto com proprietários dos lotes em questão, conforme preconiza a Agenda 21 Local de Campo Mourão.

### • Reforma, melhorias e manutenção de Parques Municipais

Campo Mourão possui cinco Parques Municipais e uma Estação Ecológica.

Desde a sua criação, os Parques Municipais Gralha Azul (2001) e Distrito Industrial I (1993), além do cercamento, não receberam nenhuma medida efetiva de melhoria, necessitando que sejam implementadas ações visando a proteção efetiva da fauna e flora local. Os demais parques necessitam de reforma geral, instalação e/ou reparos em equipamentos de lazer e de apoio; revisão das instalações existentes; manejo de espécies exóticas e invasoras; elaboração e implementação de Plano de Manejo dos Parques Municipais enquadrados como Unidades de Conservação; além da incorporação de novas áreas no Sistema Estadual de Unidades de Conservação.

Para tanto, o município necessita criar uma unidade de gerenciamento específica, com infra-estrutura de apoio própria para o desenvolvimento das ações previstas.

A ação prevê investimentos na reforma e manutenção da estrutura e equipamentos existentes nesses parques, além de promover melhorias quanto ao uso, preservação e conservação. Essas ações deverão ter início a partir de 2019, com previsão de finalização em cinco anos.

- 1) Estação Ecológica do Cerrado de Campo Mourão - Erradicação de espécies invasoras, exóticas e samambaias; pintura de estruturas e da cerca; conserto de paredes, telhado, muro e do piso cerâmico; confecção e instalação de placas indicativas e proibitivas; elaboração e implementação do Plano de Manejo.
- 2) Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira – Pintura nas instalações (portões de acesso, sanitários, mirante, administração, concha acústica); reforma das placas indicativas; instalação de lixeiras; instalação de bebedouros; aquisição de ferramentas, readequação do orquidário, construção de rampa para portadores de necessidades especiais; reforma dos sanitários; reforma do Ecomuseu com reforma do telhado, conserto de portas e proteção dos troncos de eucalipto; reforma geral e readequação do CREAMA para abrigar a unidade de gerenciamento de parques; revisão e manutenção geral das instalações hidráulicas e elétricas de todas as unidades do parque; elaboração e implantação de Plano de Manejo; controle do assoreamento do lago.

- 3) Parque Municipal Gralha Azul - implantação de sistema de galerias pluviais eliminando o despejo de águas pluviais no interior da UC, implantar medidas para controle da erosão e recuperação da área atingida pela mesma, realizar adensamento florestal na área, implantação de aceiros para manutenção do Parque, instalação de portão de acesso, instalação de placas indicativas e proibitivas; construção de sede administrativa e almoxarifado, elaboração e implementação de Plano de Manejo.
- 4) Parque Municipal das Torres – 1ª Fase: elaboração e implantação de projeto paisagístico prevendo a proteção das nascentes e recomposição florestal com plantio de mudas de espécies nativas; elaboração e implantação de projeto de combate ao assoreamento do lago; pavimentação dos acessos à pista de caminhada; reparo das pontes; implantação de infra-estrutura mínima para recebimento de visitantes (sanitários, bebedouros, área coberta para descanso); instalação de placas indicativas e proibitivas; construção de quadras poliesportivas, estacionamento, condições de acessibilidade, instalação de parque infantil e academia da terceira idade. 2ª fase: elaboração de projeto pra implantação de espaço de contemplação, academia ao ar livre, concha acústica, rampas de acessibilidade, vestiários e banheiros, quioques com mesa para jogos de tabuleiro, paisagismo e formação de charcos nas áreas de várzea.
- 5) Parque Municipal Governador Pedro Viriato Parigot de Souza - Reparo e manutenção do *play-ground*; construção de mureta ao redor da caixa de areia; reparo de telhados e bancos; troca de vidros; pintura das estruturas existentes e da quadra poliesportiva; reparos de cerca, alambrado e mureta da quadra poliesportiva; instalação de placas indicativas e proibitivas; erradicação de espécies exóticas, aquisição de ferramentas.
- 6) Parque Municipal Distrito Industrial I – Reparo de cercas e instalação de portão de acesso; instalação de placas indicativas e proibitivas; promover o adensamento florestal e limpeza do terreno com a erradicação de espécies exóticas, de acordo com Plano de Manejo a ser elaborado.

#### • Implantação de parques municipais

A ação visa a desapropriação do Lote 7-H (declarada de preservação permanente pela Lei Municipal nº 1769, de 23 de dezembro de 2003, e declarada

de Utilidade Pública para fins de desapropriação) para criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, cercamento da área e instalação de placas de identificação e proibitivas, limpeza do terreno, capina da vegetação invasora e manejo das espécies exóticas.

Além da Estação Ecológica do Cerrado II, a criação de novos parques municipais entre os Jardins Araucária e Gutierrez, fundos dos Jardins Paulista e Conjunto Habitacional Governador José Richa (antiga pedreira do DER).

#### • **Implantação e revitalização de praças**

A implantação da Praça Pedro Paulo Walker no Jardim Santa Cruz é uma antiga reivindicação da comunidade local, devido à presença do marco histórico de Campo Mourão. As demais praças estão instaladas em pequenas áreas gramadas sem equipamentos para uso público.

Para atender a demanda da população, a ação objetiva implantar praças nos locais não atendidos como no Jardim América e Três Marias, assim como no Jardim Alvorada ao longo da Rua da Soja.

A ação visa, ainda, promover a revitalização da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto (Praça do Fórum) para o uso efetivo e seguro da população.

#### • **Reforma e manutenção de praças**

A cidade de Campo Mourão possui quinze praças que totalizam 91.779,48 m<sup>2</sup>, apresentando algum tipo de infra-estrutura que permita a utilização pela população: Praça Aldo Casali, Praça Alice Alves de Macena, Praça Ayrton Paulo Cerqueira Alves (localizada na Avenida Capitão Indio Bandeira), Praça Getúlio Vargas, Praça São José, Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, Praça Alvorada (Lar Paraná), Praça da Amizade (Ilha Bela), Praça Getúlio Pereira Salermo (localizada no Jardim Nossa Senhora Aparecida, possui uma academia da terceira idade instalada), Praça Casemiro Biaico (Jardim Paulista), Praça Governador Moisés Lupion (Conj Habitacional Dr. Milton Luiz Pereira), Praça Abelar Gonçalves Netto (Conjunto Parigot de Souza), PRAÇA DO JAPÃO e Praça da Juventude.

Visando melhor atender a população, as praças receberão:

- 1) Praça São José e Getúlio Vargas: Pintura de manutenção nas estruturas e monumentos; substituição de plantas ornamentais; instalação de lixeiras; manutenção da bomba do chafariz, assim como instalação de playground e academia da terceira idade.

- 2) Praça da Amizade: Pintura dos bancos e quiosques; instalação de lixeiras.
- 3) Praça Ayrton Paulo Cerqueira Alves: Melhoria no paisagismo; reforma e pintura das estruturas em alvenaria (bancos, muretas e degraus); colocação de lixeiras.
- 4) Praça Servidor Público Domingos Maciel Ribas: Manutenção do gramado.
- 5) Praça do Japão: reforma do piso com acessibilidade, plantio de grama e instalação de equipamentos como playground, academia da saúde, quiosques e bancos;
- 6) Praça da Juventude: contrato para complementação da infra-estrutura encontra-se em andamento, incluindo a construção de um bloco com salas para prática esportiva, iluminação da pista de caminhada, complemento do piso e academia da terceira idade.

#### • **Revitalização do Horto Municipal**

Visando atender às diretrizes e recomendações do Plano de Arborização Urbana, e às demandas de manutenção dos canteiros centrais, praças e jardins públicos; substituição de espécies arbóreas, reflorestamento ciliar e adensamento florestal de áreas de preservação permanente e de parques municipais, o Horto Municipal necessita de reforma geral e adequações de sua estrutura, como: ampliação dos viveiros de mudas; substituição da estrutura e sombrite do barracão de estoque de mudas; melhorias no sistema de irrigação; reforma de sanitários com a instalação de banheiro feminino; reforma do barracão de preparo de sementes e mudas; e adequações do barracão e instalações de produção de composto orgânico.

#### • **Elaboração do Plano de Educação Ambiental**

Para combater os inúmeros problemas ambientais enfrentados pela administração pública, é necessário a adoção de estratégias integradas e permanentes de disseminação da informação e de conscientização quanto à proteção do meio ambiente, cumprimento da legislação vigente, e procedimentos a serem adotados pela população em geral por meio da elaboração e implementação de Plano de Educação Ambiental, incluindo a implantação do Programa “É o bicho” de controle populacional de animais errantes.

#### • **Implementação do Licenciamento Ambiental pelo Município**

A ação objetiva a implementação do licenciamento ambiental através da

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - conforme resolução CEMA 088/2013 -, e para isso se faz necessário a aquisição de veículo, equipamentos e técnicos qualificados para a realização das atividades pertinentes.

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total) PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>VALOR ESTIMADO R\$</b>
1) Desocupação gradativa de áreas de preservação permanentes rurais e urbanas	200.000,00
2) Reabilitação de áreas degradadas e reflorestamento ciliar (rural e urbana)	150.000,00
3) Reforma, melhorias e manutenção de Parques Municipais	3.278.000,00
4) Implantação de Parques Municipais	1.170.000,00
5) Implantação e revitalização de praças	1.639.000,00
6) Reforma e manutenção de praças	390.000,00
7) Revitalização do Horto Municipal	234.000,00
8) Elaboração do Plano de Educação Ambiental	159.000,00
9) Implementação do Licenciamento Ambiental pelo Município	1.000.000,00
<b>Total</b>	<b>8.000.000,00</b>

## **2.4.7 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS**

### **2.4.7.1 Equipamentos de Saúde**

Visando ao atendimento adequado da demanda por equipamentos e serviços de saúde, é necessário que se promova investimentos voltados ao fortalecimento da gestão administrativa, ao aperfeiçoamento dos serviços e programas de atendimento, ao desenvolvimento e qualificação de recursos humanos.

Para tanto, é necessário:

- a) Manter a organização do sistema de agendamento de consultas;
- b) Ampliar os programas de prevenção através da Estratégia de Saúde da Família - ESF;
- c) Ampliar o número de cotas de consultas com especialistas, através do CISCOCAM;
- d) Ampliar o número de consultas e atendimentos nas UBS, através de implantação de novas equipes de ESF;
- e) Melhorar o fluxo dos serviços de urgência e emergência e adquirir UTI móvel;

- f) Ampliar o serviço de ambulâncias para o atendimento de pessoas com problemas de saúde;
- g) Implantar serviço de odontológico de emergência para a população;
- h) Promover a capacitação continuada dos profissionais da saúde;
- i) Abertura da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), a fim de ampliar o atendimento aos munícipes de Campo Mourão;
- j) Abertura de 02 UBS com atendimento até as 22:00hs.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

#### **• Construção de unidades de saúde**

A ação objetiva construir 06 unidades de saúde, substituindo ou complementando a estrutura existente das seguintes unidades:

- 1) Unidade de Saúde Jardim Paulista:** Construída em 1987 e reformada em 2012 já não comporta a demanda local, necessitando de nova edificação. O espaço atual será mantido para a instalação de novos serviços de saúde.
- 2) Unidade de Saúde Jd. Europa:** A implantação de novos loteamentos na região, sobrecarregaram a UBS do DAMFERI justificando assim, a necessidade de uma nova UBS para atender a demanda populacional.
- 3) Unidade de Saúde Vila Urupês:** Inaugurada em 1985 e reformada algumas vezes não comporta a demanda local, necessitando de uma nova edificação com espaços e dimensões mais adequados. A edificação atual será mantida para o atendimento de outros serviços de saúde.
- 4) Unidade de Saúde Jd. Albuquerque:** A implantação de novos loteamentos na região do Jardim Albuquerque e o consequente aumento de demanda justificam a necessidade de uma nova UBS para o atendimento da população.

#### **• Construção de Centro de Atendimento Psicossocial - CAPS**

- 1) Centro de Atendimento Psicossocial Infantil – CAPSI :** Implantar o serviço no município e construção do espaço físico.

**2) Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS – AD3(24 horas):**

Implantar o serviço no município e construção do espaço físico.

**• Implantação de Centros de Atendimento da Mulher e da Criança**

A ação objetiva a implantação de Centros de Atendimento da Mulher e da Criança e adolescentes dando suporte às necessidades específicas da população.

**• Reforma e ampliação de unidades de saúde.**

A ação objetiva reformar e ampliar as seguintes unidades de saúde:

- 1) **UBS Germano Traple (Cohapar):** Reforma geral e eliminação de infiltrações, rachaduras e problemas na estrutura; substituição de revestimento e pintura geral.
- 2) **UBS Urupês:** Reforma geral e adequação do espaço físico para receber as novas instalações e serviços de saúde a que serão submetidas a edificação.
- 3) **UBS Benedito Pereira Duarte (Modelo):** Reforma geral da UBS antiga, com adequação hidráulica para a instalação de cadeiras odontológica, bem como adequar a ligação entre as duas estruturas existentes.
- 4) **UBS Cidade Nova:** Manutenção na estrutura e cobertura da edificação, instalação de divisória entre outros reparos.
- 5) **UBS Vila Guarujá:** Manutenção, reparos e pintura geral.
- 6) **UBS Alvorada:** Reforma geral, manutenção da estrutura e pintura.
- 7) **UBS Delbos Zola Leodoro da Silva (Lar Paraná):** Reforma geral, manutenção da estrutura existente e pintura.
- 8) **UBS Dr. Sadayoshi Shimizu (DAMFERI):** Ampliação e adequação do espaço físico, reforma geral, manutenção da estrutura existente e pintura.
- 9) **UBS Manoel de Jesus Pereira (PIO XII):** Manutenção e reparos dos espaços e estrutura existente, e pintura.
- 10) **U.S. 24 horas:** Após a abertura da UPA será estudado a nova

utilização do espaço atual, sendo então necessária reforma geral adequada às novas utilizações dadas ao prédio.

- 11) **UBS Darcy Deitos (Jardim Tropical):** Reforma geral, manutenção da estrutura existente e pintura.
- 12) **UBS Auxilia Trice Marchese Piacentine (Avelino Piacentini):** Manutenção para sanar problemas de infiltrações no teto e pintura geral.
- 13) **UBS Martinho Fernandes de Moraes (Fortunato Perdoncine):** Manutenção para sanar problemas de infiltrações no teto e pintura geral.
- 14) **UBS Dilmar Daleffe (Copacabana):** Reforma geral e manutenção para sanar problemas de infiltrações no teto e pintura geral.
- 15) **UBS Centro Social Urbano:** Reforma geral, manutenção da estrutura existente e pintura.

#### • **Implantação do Centro de Especialidades Odontológicas**

O objetivo é ampliar e qualificar a oferta de serviços odontológicos dando continuidade ao trabalho realizado pela rede de atenção básica odontológica municipal através do fornecimento de serviços especializados no acesso aos níveis secundário e terciário de atenção à saúde bucal.

#### • **Aquisição de veículos para atendimento de serviços de saúde.**

Para o desenvolvimento de serviços da VISA, ESF e transferência dos atendimentos de paciente, a ação objetiva adquirir os seguintes veículos:

- 5 ambulâncias;
- 1 ambulância (UTI Móvel) de suporte avançado;
- 1 ambulância (UTI Móvel) de suporte avançado para o SAMU;
- 05 veículos;
- Compra de 01 veículo Castramóvel.

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total) EQUIPAMENTOS DE SAÚDE</b>	<b>VALOR ESTIMADO R\$</b>
1) Construção de unidade de saúde – Jardim Paulista	1.190.171,68
2) Construção de unidade de saúde – Jardim Europa	950.000,00
3) Construção de unidade de saúde – Vila Urupês	1.170.000,00
4) Reforma de unidade de saúde – Germano Traple (Cohapar)	400.000,00
5) Reforma de unidade de saúde – Centro Social urbano	240.000,00
6) Construção de unidade de saúde – Jardim Albuquerque	950.000,00
7) Implantação do Centro de Especialidades Odontológicas	360.000,00
8) Implantação de Centros de Atendimento da Mulher e da Criança	900.000,00
9) Reforma e ampliação de unidades de saúde	2.000.000,00
10) Aquisição de veículos para atendimento de saúde	1.595.000,00
<b>Total</b>	<b>9.755.171,68</b>

#### **2.4.7.2 Equipamentos de Educação**

Visando ao atendimento adequado da demanda, é necessário que se promova o aperfeiçoamento da gestão administrativa, ao aperfeiçoamento dos programas educacionais, ao desenvolvimento e qualificação de recursos humanos, ao desenvolvimento dos serviços de apoio e atividades complementares ao ensino.

Para tanto, é necessário:

- a) a construção, reforma e ampliação de unidades educacionais para o atendimento da educação infantil e ensino fundamental;
- b) maiores investimentos no sistema de informática e internet das unidades de ensino;
- c) incorporação gradativa de tecnologia de informação e comunicação ao processo educativo;
- d) implantar, gradativamente, o ensino em tempo integral nas escolas municipais;
- e) promover a formação continuada de professores e funcionários;
- f) apoiar a criação de centros tecnológicos, incubadoras, centros de estudos e de inovações tecnológicas, e similares por meio de parcerias entre o setor público e o setor privado;
- g) promover o intercâmbio de informações e desenvolvimento de ações entre as instituições de ensino e pesquisa e a rede municipal de ensino;
- h) promover a divulgação e o incentivo aos programas de Educação de

Jovens e Adultos.

## **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

### **▪ Construção de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's)**

A ação objetiva concluir as obras de construção dos Centros Municipais de Educação Infantil atualmente em andamento, localizados nos Jardins Avelino Piacentini e Flora, para atendimento da demanda da população de suas imediações:

- 1. Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado - Jardim Flora:** com recursos do Programa Pró-Infância, para atendimento de 376 crianças em dois turnos ou 188 em período integral;
- 2. Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos - Jardim Avelino Piacentini:** com recursos do Programa Pró-Infância, para atendimento de 376 crianças em dois turnos ou 188 em período integral.

### **▪ Construção de Escolas de Ensino Fundamental**

A ação objetiva a construção de escolas municipais de educação infantil, localizados no Jardim Avelino Piacentini e Centro, para atendimento da demanda da população de suas imediações:

- 1. Escola Municipal Gurilândia - Centro:** com recursos do PAR-Plano de Ações Articuladas do FNDE, a ação objetiva construir uma nova sede para a Escola Municipal Gurilândia, adequada às necessidades e demanda da população de suas imediações atendendo de 350 alunos em dois turnos;
- 2. Escola Municipal Professora Clarinha Wencel Casimiro - Jardim Avelino Piacentini:** com recursos do PAR-Plano de Ações Articuladas do FNDE, a ação objetiva a conclusão das obras de construção da escola, atualmente em andamento, atendendo de 360 alunos em dois turnos.
- 3. Construção de quadra poliesportiva para a Escola Municipal Professora Clarinha Wencel Casimiro - Jardim Avelino Piacentini:** a ação visa ampliar a estrutura física da escola com a construção de uma quadra poliesportiva incentivando a prática e ensinamentos de conceitos e valores vinculados ao movimento humano em suas

vertentes sociocultural, comportamental e relacionada à motricidade.

**4. Escola Municipal Cidade Nova II:** prevista para atender a demanda dos novos loteamentos nas imediações da região.

▪ **Reforma e ampliação de centros de educação Infantil e estabelecimentos escolares**

Quase a totalidade das escolas municipais demanda reforma e ampliação de suas instalações. Segundo critérios adotados para eleição das ações e projetos prioritários, as ampliações e reformas necessárias deverão atender prioritariamente as unidades com demanda por novas salas de aula em função da reorganização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, aquelas com problemas estruturais e necessidade de reparos dos telhados, cuja situação coloca em risco a segurança dos usuários e adequação da acessibilidade dos prédios públicos em atendimento às pessoas com necessidades especiais de acordo com a legislação atual.

A ação objetiva reformar, ampliar e equipar as seguintes unidades de ensino:

**01) Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz**

- a) Reforma e revitalização da estrutura física, pintura e fachada;
- b) Manutenção e substituição de equipamentos e infra-estrutura;

**02) Centro Municipal de Educação Infantil Doce Magia**

- a) Construção e/ou reforma de espaços;
- b) Manutenção e substituição de equipamentos e infra-estrutura;
- c) Revisão das instalações elétricas e hidráulicas.

**03) Centro de Educação Menino Jesus**

- a) Reforma geral e revitalização de espaços físicos como banheiros, cozinha e despensa, almoxarifado, lavanderia, área administrativa, pátio coberto e salas de aulas;
- b) Aquisição de equipamentos e materiais;

**04) Centro de Educação Infantil Milton Luiz Pereira**

- a) Reforma geral e revitalização de espaços físicos como cozinha, secretaria, sala de professores, sala de aula e depósito, sanitários e salas de aula;
- b) Adequação da central e abrigo de gás.

**05) Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida**

- a) Reforma geral e revitalização de espaços físicos;

- b) Manutenção das instalações elétricas e hidro-sanitárias;
  - c) Adequação da central e abrigo de gás;
- 06) Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora de Fátima**
- a) Reforma geral e ampliação do espaço físico;
  - d) Manutenção e substituição de equipamentos e infra-estrutura.
- 07) Centro Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente**
- a) Reforma e ampliação do espaço físico.
  - b) Manutenção e substituição de equipamentos e infra-estrutura.
- 08) Centro Municipal de Educação Infantil Santa Cruz**
- a) Reforma geral, revitalização e ampliação do espaço físico;
  - e) Manutenção e substituição de equipamentos e infra-estrutura.
- 09) Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio**
- a) Construção e/ou reforma de espaços;
  - b) Manutenção de equipamentos e infra-estrutura.
- 10) Centro Municipal de Educação Infantil Tancredo de Almeida Neves**
- a) Reforma e revitalização do espaço físico incluindo sistema de cobertura, calhas e rufos;
- 11) Centro Municipal de Educação Infantil São José**
- a) Reforma geral, revitalização e ampliação do espaço físico.
- 12) Centro Municipal de Educação Infantil Afonso Stanisweski**
- a) Reforma geral e revitalização do espaço físico;
  - b) Construção de passarela e/ou cobertura para acesso de alunos.
- 13) Centro Municipal de Educação Infantil Sagrada Família**
- a) Reforma geral, revitalização e ampliação do espaço físico.
- 14) Centro Municipal de Educação Infantil Amor Perfeito**
- a) Reforma geral, revitalização e ampliação do espaço físico.
- 15) Centro Municipal de Educação Infantil Pequenos Brilhantes**
- a) Reforma geral, revitalização e ampliação do espaço físico.
- 16) Centro Municipal de Educação Infantil Vera Lucia Colodell Karam**
- a) Reforma geral, revitalização e ampliação do espaço físico.

**17) Escola Municipal Bento Mossurunga**

- a) Reforma geral e adequação de espaço físico: sanitários; revisão das instalações elétricas e hidro-sanitárias, manutenção do forro e esquadrias.

**18) Escola Municipal Caetano Munhoz da Rocha**

- b) Reforma geral e revitalização do espaço físico;
- c) Manutenção das instalações elétricas e hidro-sanitárias;
- d) Adequação do acesso de alunos com execução de cobertura;
- e) Manutenção e substituição de equipamentos e infra-estrutura.

**19) Escola Municipal Cidade Nova**

- a) Reforma geral e revitalização do espaço físico;
- b) Manutenção das instalações elétricas e hidro-sanitárias;
- c) Ampliação e melhorias na área de acesso de alunos e pátio interno;

**20) Escola Municipal de Educação Especial Espaço Aberto**

- a) Reforma geral e adequação do espaço físico.

**21) Escola Municipal Gurilândia – Educação Infantil e Ensino Fundamental**

- a) Reforma, manutenção e melhorias do espaço físico;
- b) Reparos nas instalações elétricas e hidro-sanitárias, infiltrações, cobertura e reparos no forro.

**22) Escola Municipal Manoel Bandeira**

- a) Reforma geral, ampliação e melhorias no espaço físico;
- b) Reforma e revitalização das calçadas e passeios no entorno da escola, com acessibilidade.

**23) Escola Municipal Manoel da Nóbrega**

- a) Reforma geral e adequação do espaço físico;
- b) Aquisição de equipamentos e materiais;

**24) Escola Municipal Mário de Miranda Quintana**

- a) Reforma geral e adequação do espaço físico;
- b) Aquisição de terreno ao lado da escola para ampliação da estrutura física.

**25) Escola Municipal Monteiro Lobato**

- a) Reforma geral e adequação do espaço físico;
- b) Reforma e revitalização das calçadas inclusive no entorno da escola, com acessibilidade.

**26) Escola Municipal Parigot de Souza**

- a) Reforma geral e adequação do espaço físico;
- b) Ampliação e construção de refeitório, biblioteca, adaptação de sanitários para a educação infantil;

**27) Escola Municipal Paulo VI**

- a) Reforma geral e adequação do espaço físico;
- b) Adequação da central e abrigo de gás;
- c) Construção de espaço específico para educação infantil com toda infraestrutura necessária.

**28) Escola Municipal Professora Eroni Maciel Ribas**

- a) Construção e/ou reforma de espaços:  
Construção de mini-ginásio de esportes com sanitários e vestiários, arquibancada com área estimada em 880 m<sup>2</sup>.

**29) Escola Municipal Professor Domingos José de Souza**

- a) Reforma e adequação do espaço físico;
- b) Execução de pavimentação de acesso à quadra de esportes e melhorias nas instalações de água fria para a mesma.

**30) Escola Municipal Professor Ethanil Bento de Assis**

- a) Reforma geral e ampliação do espaço físico.

**31) Escola Municipal Professor Florestan Fernandes**

- a) Reforma geral e adequação do espaço físico;
- b) Manutenção e substituição de equipamentos e infra-estrutura;
- c) Ampliação dos espaços específicos para atendimento de educação infantil.

**32) Escola Municipal Urupês**

- a) Reforma e manutenção da estrutura física;
- b) Adequação de prevenção e combate contra incêndio e pânico.

**33) Escola Municipal Zacarias de Paula Xavier**

- a) Reforma e Adequação do Espaço Físico.
- b) Aquisição de equipamentos e materiais.

**34) Escola Municipal Constantino Lisboa de Medeiros**

- a) Reforma geral, revitalização e adequação do espaço físico.

**35) Escola Maria do Carmo Pereira**

- a) Reforma geral, revitalização e adequação do espaço físico.

**36) Escola Nikon Kopko**

- a) Reforma geral, revitalização e adequação do espaço físico.
- b) Construção de passarela e cobertura para acesso de alunos.

**37) Escola Castro Alves**

- a) Reforma geral, revitalização e adequação do espaço físico.

**38) Escola Domingos José de Souza**

a) Reforma geral, revitalização e adequação do espaço físico.

**39) Pré-Escola Municipal Dr. Milton Luiz Pereira**

a) Reforma geral, revitalização e adequação do espaço físico

**40) Pré-Escola Municipal Ilha Bela**

a) Reforma geral, revitalização e adequação do espaço físico.

**41) Pré-Escola Municipal Sossego da Mamãe**

a) Reforma geral, revitalização e adequação do espaço físico.

- **Incorporação de tecnologia de informação e comunicação ao processo educativo.**

Essa ação tem como objetivo construir laboratórios de informática equipados com computadores e rede de internet em todas as escolas municipais, permitindo a utilização de novos processos pedagógicos e colocando a criança em contato com o mundo digital.

- **Construção de Escola nas imediações do Jd. Santa Cruz e Batel**

Esta ação visa a construção de escola para rede estadual de ensino em atendimento a região dos Jardins Santa Cruz, Modelo, Mário Figueiredo, Esperança, Batel I e II, Novo Campo, Milton de Paula Walter e imediações. Previsão de investimento financeiro em torno de R\$ 7.000.000,00 pelo Governo do Estado do Paraná, não compondo despesa de recursos municipais.

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total) EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO</b>	<b>VALOR ESTIMADO R\$</b>
1) Construção do CMEI Mundo Encantado – Jd. Flora*	1.410.490,74
2) Construção do CMEI Primeiros Passos – Jd. Avelino Piacentini*	1.467.732,57
3) Construção do Escola Municipal Gurilândia - Centro	5.000.000,00
4) Conclusão da construção do Escola Municipal Prof. Clarinha Wencel Casimiro – Jd. Avelino Piacentini**	134.802,88
5) Construção da Quadra de Esportes da Esc. Mun. Prof. Clarinha Wencel Casimiro	800.000,00
6) Reforma e ampliação de CMEI's e estabelecimentos escolares	4.464.500,00
7) Incorporação de tecnologia de informação e comunicação.	1.080.000,00
8) Construção de Escola na Região do Jd. Santa Cruz e Batel	0,00
<b>Total</b>	<b>14.357.526,19</b>

\*Obras em andamento.

### **2.4.7.3 Equipamentos de Recreação, Esportes e Lazer**

Visando melhorar a oferta de equipamentos de recreação, esporte e lazer à população em geral, especialmente dos bairros mais afastados, a ação visa: a construção e ampliação da estrutura de esportes; o aperfeiçoamento dos programas de recreação, esportes e lazer; incentivar e apoiar a prática esportiva para ambos os sexos e em todas as faixas etárias; promover e incentivar a atividade física de pessoas com deficiência e portadoras de necessidades especiais; bem como apoiar programas de rendimento esportivo.

Para tanto, é necessário:

- a) construir de um ginásio de esportes e quadras poliesportivas;
- b) ampliar e modernizar os equipamentos de atletismo;
- c) adequar as estruturas e equipamentos de recreação, esporte e lazer para o uso de pessoas com deficiência e portadoras de necessidades especiais;
- d) ampliar o Programa “Campo Mourão Mais Ativa” com atividades para mulheres e terceira idade;
- e) promover a iniciação esportiva nas escolas, incentivar e apoiar as escolinhas de esportes através da ampliação do projeto “Campo Mourão Mais Atleta”;
- f) apoiar e incentivar a participação de atletas em competições.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

#### **• Construção e reformas de campos de futebol**

Essa ação tem como objetivo promover a construção de campo de futebol com sanitários e vestiários para atender moradores das imediações dos Jardins: Modelo/Batel, Damferi, Cohapar, Pio XII, Vila Cândida, Araucária e Gutierrez. Para viabilizar a construção de campos de futebol há a necessidade de aquisição de terrenos em alguns bairros. No Jardim Araucária, a ação visa, ainda, instalar iluminação do campo.

Visa, ainda, reformar os campos de futebol da Aunileste, Vila Guarujá, Campo Verde, Conjunto Mendes, Parque Verde, Jardim Aeroporto, Jardim Silvana, Vila Rural Flor do Campo, Comunidade do km 128, Conjunto Diamante Azul, e Ilha Bela.

- **Praça da Juventude: construção de Bloco Esportivo e melhorias na estrutura existente**

A ação visa ampliar a estrutura física da Praça da Juventude com a construção de um Bloco Esportivo possibilitando a oferta de novos espaços destinados a variadas modalidades esportivas, melhorar o atendimento aos usuários com a instalação de ATI - Academia da Terceira Idade e iluminação adequada para a pista de caminhada.

- **Construção de Ginásio de Esportes**

Visando promover a realização de jogos oficiais de futsal no município, a ação visa investir na construção de Ginásio de Esportes com capacidade para 3.000 pessoas.

- **Reforma de Ginásio de Esportes.**

A cidade de Campo Mourão tem três ginásios de esportes todos necessitando de reformas. Pretende-se reformar as seguintes unidades:

- 1) **Ginásio de Esportes Juscelino Kubitschek:** reforma da cobertura, instalação de renovadores de ar e construção de sistemas de ventilação natural, revisão das instalações elétricas, revisão das condições estruturais da edificação, troca de pisos, forros, adequação às normas de combate a incêndios.
- 2) **Ginásio de Esportes Walterlei de Oliveira (Lar Paraná):** reforma de piso da quadra, construção de grades de proteção e instalação de renovadores de ar ou outro sistema de ventilação, revisão das instalações elétricas.
- 3) **Ginásio de Esportes Aroldo Gonçalves Neto (Vila Urupês):** reforma do piso da quadra, instalação de renovadores de ar ou outro sistema de ventilação, pavimentação do estacionamento, reforma de vestiários e sanitários, revisão das instalações elétricas, revisão das condições estruturais da edificação, adequação às normas de combate a incêndios.

- **Reforma de estádio de futebol**

O município de Campo Mourão tem três estádios de futebol. A ação objetiva reformar as instalações físicas das seguintes unidades:

- 1) **Estádio Municipal Roberto Brzezinski:** colocação de piso e substituição de forro nos vestiários, sanitários, bilheterias, administração; adequação de cabines de transmissão; reforma dos muros externos; adequação da pista de atletismo e das arquibancadas.
- 2) **Estádio dos Amadores (Jardim Aeroporto):** construção de arquibancada e alambrados; reforma de muros, vestiários, sanitários e cabine de imprensa; instalação de iluminação do campo; construção de um campo de futebol suíço com alambrado.
- 3) **Estádio Municipal Horácio Cabral (distrito de Piquirivai):** reforma de vestiários e sanitários públicos; reforma do muro em volta do estádio; construção de dois portões de acesso; instalação de alambrado atrás do gol; instalação de iluminação do campo.

A ação visa, em outra etapa, readequar as instalações do Estádio Municipal Roberto Brzezinski, com:

- a) a implantação de pista de atletismo com piso sintético;
- b) a instalação de equipamentos de atletismo;
- c) a construção de piscina para portadores de necessidades especiais;
- d) a construção de cabines de transmissão;

e) a adequação das arquibancadas para acomodar o público com maior conforto e segurança.

#### • **Reforma e ampliação da cancha de bocha da Vila Urupês**

Essa ação pretende construir sanitários e vestiários, promover melhorias na iluminação e pintura da edificação.

#### • **Construção, reforma de quadras poliesportivas**

A ação visa à construção de quadras poliesportivas para atendimento das comunidades das imediações do Jardim Capricórnio/Maia e Conjunto Residencial Parigot de Souza, Vila Guarujá e distrito de Piquirivaí e no Parque das Torres.

Visa, ainda, reformar e fazer o fechamento as quadras poliesportivas do Jardim Capricórnio, Parigot de Souza, CSU.

### • Reforma e adequações da Quadra de esportes do Centro Social Urbano

Essa ação pretende efetuar a reforma da quadra de esportes do Centro Social Urbano com adequações necessárias para atendimento das pessoas com deficiências físicas, incentivando-as a praticarem esportes e promover a sua interação social.

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total) EQUIPAMENTOS DE RECREAÇÃO, ESPORTES E LAZER</b>	<b>VALOR ESTIMADO R\$</b>
1) Construção e reforma de campos de futebol	234.000,00
2) Praça da Juventude: construção de Bloco Esportivo e melhorias na estrutura existente	564.695,30
3) Construção e Reforma de ginásios de esportes	7.800.000,00
4) Reforma de estádios de futebol.	214.000,00
5) Reforma e ampliação a Cancha de Bocha da Vila Urupês.	28.000,00
6) Construção, reforma e manutenção de quadras poliesportivas	117.000,00
7) Reforma e adequações da quadra de esportes do CSU voltado para prática de esportes e interação social de pessoas com deficiência física	400.000,00
<b>Total</b>	<b>9.357.695,00</b>

#### 2.4.7.4 Equipamentos de Cultura

Campo Mourão possui um conjunto diversificado de equipamentos para o desenvolvimento das atividades e apresentações culturais. Visando ao atendimento da demanda da população de bairros aos programas e serviços oferecidos, são diretrizes da cultura:

- a. A descentralização das atividades culturais.
- b. O aperfeiçoamento dos programas existentes.

Para tanto, é necessário:

- a) Promover mais apresentações e atividades culturais gratuitas;
- b) Estimular a participação e a descoberta de novos talentos;
- c) Promover a descentralização das atividades culturais;
- d) Promover o atendimento ao Programa Criança e Adolescente: com a oferta de bolsa auxílio aos estudantes nas áreas de circo, dança e

teatro;

- e) Fomentar o setor artístico através de projetos culturais incentivados pela lei 1103/1998 - Lei de Incentivo a Cultura;
- f) Promover parceria com o Centro da Juventude para ofertar aulas de musicalização, dança e artes circenses, com a disponibilização de servidor para auxílio nos trabalhos administrativos.

## **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

### **• Reforma de instalações físicas**

O município de Campo Mourão possui bons espaços destinados à realização de eventos, produções e manifestações culturais. Alguns deles precisam de reformas para continuar a proporcionar meios adequados para o desenvolvimento de atividades. As reformas necessárias são as seguintes:

- 1) **Teatro Municipal:** manutenção do prédio, adequando-o e equipando-o dentro das normas de acessibilidade e proteção contra incêndio, eliminação de infiltrações de água das paredes, reforma de calhas e rufos, substituição do sistema de som, iluminação e cortina de palco, pinturas internas e externas.
- 2) **Casa da Musica:** manutenção do prédio, readequação de acessibilidade através de rampas, reforma de calhas e rufos, eliminação de infiltrações, melhorias no sistema acústico e climatização do auditório.
- 3) **Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira:** implantação de projetos de visitação, plano museológico e contratação de historiador.
- 4) **Biblioteca Municipal Prof. Egídio Martello:** climatização, controle de claridade, reforma de pisos, instalação de divisórias, conserto de elevador, eliminação de infiltrações e umidade, e aquisição de equipamento de som para o auditório.
- 5) **Casa da Cultura:** melhorias no auditório para atendimento de pequenos eventos e apresentações, no sistema de climatização através do condicionamento de ar e instalação de cortinas. Melhorias no sistema elétrico e climatização através de instalação de ar condicionado nas demais salas.

- 6) **Recanto dos Tropeiros:** melhoria do sistema de iluminação, e de segurança através do monitoramento por câmeras e vigilância noturna.
- 10) **Biblioteca do Lar Paraná:** adequação do espaço físico para locação de área de limpeza, aquisição de geladeira e/ou frigobar, reforma das cortinas e contratação de servidor para melhoria no atendimento aos usuários, dedetização total do espaço.
- 11) **Biblioteca Cidadã:** manutenção na estrutura da edificação, revisão do sistema de cobertura, calhas e rufos, contenção de infiltrações, e dedetização total, bem como poda das árvores no entorno da edificação.

• **Construção de Barracões de apoio**

- 1) **Construção de Barracão Cenotécnico:** estrutura de local adequado para construção e armazenamento de cenários e adereços para eventos promovidos pela FUNDACAM, tais como Auto da Paixão de Cristo, Guardião do Fogo, Festival de Dança, Carneiro no Buraco, Carnaval de Rua, Festival de Circo, Sarau Literário, Decoração Natalina, dentre outros.
- 2) **Construção de Barracão para a Oficina de Artes:** estrutura adequada para a realização de cursos e oficinas artísticas variadas oferecidas à comunidade.

• **Aquisição de Veículos**

- 1) **Veículo para Transporte de Carga:** com capacidade para transportar carga e/ou materiais de grande volume como cenários, móveis e equipamentos para os eventos da Fundação Cultural.
- 2) **Veículo com Acessibilidade para Transporte de pessoas:** com capacidade mínima para 20 passageiros, a ser utilizados no transporte dos artistas, membros da trupe de circo, copo de baile da academia municipal de ballet, servidores e público em geral, aos eventos realizados pela Fundação Cultural.

INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total) EQUIPAMENTOS DE CULTURA	VALOR ESTIMADO R\$
1) Reforma de instalações físicas	390.000,00

2) Construção de Barracão Cenotécnico	390.000,00
3) Construção de Barracão para Oficina das Artes	390.000,00
4) Aquisição de Veículo para Transporte (Carga e Pessoas)	300.000,00
<b>Total</b>	<b>1.470.000,00</b>

#### 2.4.7.5 Equipamentos de Assistência Social

Visando atender adequadamente a demanda na área de Assistência Social, as diretrizes para os próximos dez anos são:

- O fortalecimento das atividades de gestão por meio da qualificação do quadro de funcionários, aperfeiçoamento do sistema de cadastro para concessão de benefícios; integração entre instituições, órgãos públicos, entidades e conselhos para o desenvolvimento do trabalho em rede.
- A reforma e ampliação das instalações físicas adequadas à acessibilidade do usuários.
- O fortalecimento e ampliação dos programas de atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso, a população de rua e as pessoas com deficiência.

Para tanto, é necessário:

- a) Promover a formação continuada do quadro de funcionários efetivos;
- b) Promover a integração de instituições, entidades, conselhos e órgãos públicos para desenvolver um trabalho em rede voltados ao fortalecimento e ampliação dos programas de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes; à prevenção e ao combate ao uso de drogas; ao trabalho infantil e à esmolação; entre outros;
- c) Promover maior integração e cooperação entre as ações desenvolvidas pela Assistência Social junto às Secretarias da Educação e Saúde;
- d) Fortalecer e ampliar as vagas do Programa Adolescente Aprendiz e do Centro de Iniciação Profissional.

- e) Realizar o reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua;
- f) Reordenar as ações de atendimento à mulher.

### **AÇÕES PRIORITÁRIAS:**

#### **▪ Construção de Unidades para o funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**

A ação visa construir as unidades nos bairros Vila Guarujá, Primavera, Santa Cruz e Cohapar.

#### **• Reforma, ampliação e adaptação de instalações físicas**

Essa ação objetiva adaptar as instalações físicas de prédios próprios e locados, visando à acessibilidade dos usuários da:

- a) **Sede administrativa da Secretaria da Assistência Social:** instalação de piso antiderrapante e podo tátil;
- b) **Centro de Referência em Assistência Social** (Centro, Corinthians e Lar Paraná) – adequação dos acessos e ampliação do espaço físico para abrigar os equipamentos de atendimento;
- c) **Unidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos** – reforma geral das unidades Colibri, Esperança, Vila Viva, Primavera e Tropical, com revisão das instalações elétricas e hidráulicas, reparos dos equipamentos e pintura geral;
- d) **Centro Social Urbano** – reforma parcial da edificação (espaço sob responsabilidade da SEASO).

#### **• Implantação de Centros Dias para Idosos e Pessoas com Deficiência**

A ação visa implantar, na perspectiva de cinco anos, Centros Dias para Idosos e Pessoas com Deficiência para prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos e pessoas com deficiência no seu meio sócio-familiar, prevenindo-o do isolamento social.

#### **• Construção de Restaurante Popular**

A construção de um local apropriado para a realização de refeições elaboradas por meio de processos seguros, nutricionalmente balanceadas, em ambiente limpo e protegido é o principal objetivo desta ação, que prevê além do fornecimento de refeições saudáveis prontas a preços acessíveis, pretende contribuir para a redução da situação de insegurança alimentar, melhoria das condições de saúde por meio de uma alimentação saudável a trabalhadores, estudantes, aposentados, população em situação de rua e baixa renda.

- **Construção de sede para o Conselho Tutelar**

Objetivando proporcionar o atendimento adequado e de qualidade a crianças, adolescentes e seus familiares, numa estrutura arquitetônica acolhedora, com um espaço seguro, confortável e sustentável a ação prevê a construção de uma sede para o funcionamento do Conselho Tutelar municipal com investimentos e recursos do Governo do Estado em torno de R\$ 562.829,20.

- **Construção de unidade do CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social**

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. A unidade oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar outros serviços, como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias.

- **Construção de unidades do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social**

O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. A partir do adequado conhecimento do território, o CRAS promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais.

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS (Parcial ou Total) EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>VALOR ESTIMADO R\$</b>
1) Construção de Unidades para o funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	1.249.688,76
2) Reforma, ampliação e adaptação de instalações físicas	310.000,00
3) Implantação de Centros Dias para Idosos e Pessoas com Deficiência	310.000,00
4) Construção de Restaurante Popular	2.730.000,00
5) Construção de sede para o Conselho Tutelar	(-)
6) Construção de unidade do CREAS	1.015.000,00
7) Construção de unidade do CRAS	1.640.000,00
8) Reforma do Albergue	100.000,00
9) Reforma Escola do Trabalho	500.000,00
<b>Total</b>	<b>7.854.688,76</b>

## 2.5 RESUMO DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS

<b>INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS COM RECURSOS PREVISTOS</b>	<b>VALOR ESTIMADO</b>
<b>(Parcial ou Total)</b>	<b>R\$</b>
PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL	6.075.000,00
VIAS URBANAS	116.700.000,00
TRANSPORTE COLETIVO URBANO	3.529.000,00
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	8.000.000,00
INFRAESTRUTURA URBANA	8.880.000,00
HABITAÇÃO	2.810.000,00
DESENVOLVIMENTO RURAL	9.030.000,00
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	8.831.625,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	8.000.000,00
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	7.990.671,68
EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	12.593.026,19
EQUIPAMENTOS DE RECREAÇÃO, ESPORTES E LAZER	9.384.695,30
EQUIPAMENTOS DE CULTURA	1.470.000,00
EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.854.688,76
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>211.148.706,93</b>

### 3. INDICADORES DE AVALIAÇÃO

O monitoramento e controle do Sistema Municipal de Planejamento solicitam também a construção de indicadores que permitam avaliar o desempenho das políticas públicas e ações de governo. Essa tarefa é razão direta das disponibilidades dos dados e suas respectivas fontes.

O Plano Diretor Municipal vigente em seus anexos estabeleceu os seguintes indicadores de avaliação:

- Indicadores de Proteção e Preservação Ambiental
- Indicadores em Saúde
- Indicadores em Educação
- Indicadores de Acesso e Condições de Moradia
- Indicadores de Abastecimento de Energia Elétrica
- Indicadores de Saneamento
- Indicadores de Recreação e Esportes
- Indicadores de Sistema Viário
- Indicadores de Uso do Solo Urbano
- Indicadores de Ocupação do Solo Urbano.

Na revisão dos indicadores, verificou-se que faltam dados no município que possibilite a construção destes indicadores, assim como, que diversos indicadores estabelecidos no Plano Diretor vigente, não permitem qualificar a qualidade urbana, sendo necessário a revisão dos indicadores que irão compor o Plano Diretor do período 2022 a 2032.

## PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

### Indicadores de Proteção e Preservação Ambiental

Indicador	Abrangência	Caracterização	Situação		Situação		Meta		Meta		Meta		Meta		Meta	
			Ano	Aferido	Ano	Aferido	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado
Índice de arborização de vias	Urbano Loteamento	Extensão (metros) de vias públicas / nº de árvores em vias públicas	2016	98,00% <sup>(1)</sup>	2017	98,00%	2018	100%	2019	100%	2020	100%	2021	100%	2022	100%
Qualidade da água - IQA	Município Bacia Hidrográfica	Índice de Qualidade da Água - IQA	2016	s.i. <sup>(2)</sup>	2017	s.i.	2018	s.i.	2019	s.i.	2020	s.i.	2021	s.i.	2022	s.i.
Cobertura de mata ciliar	Município Bacia Hidrográfica	60 metros x a extensão do curso de água com cobertura vegetal / extensão total do curso de água x 60 metros	2016	s.i. <sup>(3)</sup>	2017	s.i.	2018	s.i.	2019	s.i.	2020	s.i.	2021	s.i.	2022	s.i.
Micro-bacias adequadas	Município Bacia Hidrográfica	Área total de micro bacias adequadas / área total de micro bacias do município	2016	s.i. <sup>(3)</sup>	2017	s.i.	2018	s.i.	2019	s.i.	2020	s.i.	2021	s.i.	2022	s.i.
Áreas de reserva legal	Município Bacia Hidrográfica	Somatória das áreas de preservação reserva legal obrigatórias pelo Código Florestal / Somatória das áreas rurais existentes no Município	2016	s.i. <sup>(4)</sup>	2017	s.i.	2018	s.i.	2019	s.i.	2020	s.i.	2021	s.i.	2022	s.i.
Áreas de preservação permanente	Município Bacia Hidrográfica	Somatória das áreas de preservação permanente obrigatórias por Resolução do Conama / Somatória das áreas existentes no Município	2016	s.i. <sup>(4)</sup>	2017	s.i.	2018	s.i.	2019	s.i.	2020	s.i.	2021	s.i.	2022	s.i.

(1) SEDU - PARANAINTERATIVO

(2) O município não possui essas informações, pois o tratamento e distribuição de água não são realizadas pelo município.

(3) O município não possui essas informações.

(4) Não há registros sobre a atual situação do município uma vez que muitas propriedades ainda não fizeram o cadastro ambiental rural – CAR.

## MELHORIAS DA QUALIDADE E DA OFERTA DE SERVIÇOS E INFRA-ESTRUTURA PÚBLICOS

### Indicadores em Saúde

Indicador	Abrangência	Caracterização	Situação		Situação		Meta		Meta		Meta		Meta		Meta	
			Ano	Aferido	Ano	Aferido	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado
Taxa de Mortalidade infantil	Município	Número de óbitos até 1 ano de idade / 1000 n.v.	2016	11,76 <sup>(1)</sup>	2017	11,51	2018	10,00	2019	10,00	2020	10,00	2021	10,00	2022	10,00
Coeficiente de mortalidade por doenças transmissíveis	Município	Número de óbitos / 100.000 habitantes	2016	9,6	2017	6,41	2018	6,32	2019	6,25	2020	6,23	2021	6,21	2022	6,10
Coeficiente de mortalidade geral	Município	Número de óbitos / 1.000 habitantes	2016	7,75 <sup>(1)</sup>	2017	7,34	2018	7,32	2019	7,20	2020	7,15	2021	7,12	2022	7,01
Indicador de Atenção Básica	Município	% da população coberta por Programa Saúde da Família	2016	62,58	2017	62,58	2018	63,19	2019	74,82	2020	78,57	2021	78,57	2022	79,51
Número de leitos	Município	Número de leitos hospitalares / 1.000 habitantes	2016	2,12 <sup>(1)</sup>	2017	2,28 <sup>(1)</sup>	2018	2,29	2019	2,35	2020	2,45	2021	2,47	2022	2,50

(1) IPARDES, IBGE

### Indicadores em Educação

Indicador	Abrangência	Caracterização	Situação		Situação		Meta		Meta		Meta		Meta		Meta	
			Ano	Aferido	Ano	Aferido	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado
Índice de Desenvolvimento Humano - Educação IDHM-E	Município		2016	0,689 <sup>(1)</sup>	2017	s.i.	2018	s.i.	2019	0,700	2020	0,700	2021	0,700	2022	0,700

Taxa bruta de frequência escolar	Município	Consideramos evasão escolar frequência inferior a 75%	2016	0,02 <sup>2</sup>	2017	0,07	2018	0,05	2019	0,02	2020	0,01	2021	0	2022	0
Percentual de população entre 7-17 anos frequentando a escola	Município	População entre 7-14 anos frequentando a escola / população na faixa etária de 7 a 14 anos	2016	99,98 <sup>2</sup>	2017	99,93	2018	99,95	2019	99,98	2020	99,99	2021	100%	2022	100%
Percentual de população entre 7-17 anos analfabeto	Município	População entre 7-14 anos analfabeta / população na faixa etária de 7 a 14 anos	2016	0	2017	0	2018	0	2019	0	2020	0	2021	0	2022	0
Percentual de população entre 15-17 anos analfabeto	Município	População entre 7-14 anos analfabeta / população na faixa etária de 7 a 14 anos	2016	0	2017	0	2018	0	2019	0	2020	0	2021	0	2022	0

<sup>(1)</sup> SEDU – PARANAINTERATIVO / <sup>(2)</sup> SECED - DIESE

### Indicadores de Acesso e Condições de Moradia

Indicador	Abrangência	Caracterização	Situação		Situação		Meta		Meta		Meta		Meta		Meta	
			Ano	Aferido	Ano	Aferido	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado
Percentual de atendimento por moradia própria <sup>(1)</sup>	Município	Número de domicílios particulares permanentes próprios nas áreas urbanas / número total de domicílios particulares nas áreas urbanas	2016	s.i.	2017	s.i.	2018	s.i.	2019	s.i.	2020	s.i. <sup>(2)</sup>	2021	s.i.	2022	s.i.
Percentual de atendimento por moradia alugada <sup>(1)</sup>	Município	Número de domicílios particulares permanentes alugados / número total de domicílios particulares	2016	s.i.	2017	s.i.	2018	s.i.	2019	s.i.	2020	s.i. <sup>(2)</sup>	2021	s.i.	2022	s.i.

<sup>(1)</sup> A quantidade de unidades domiciliares é possível de ser estimada a partir de informações como ligações de energia (Copel) ou de água (Sanepar), mas não permite o cálculo dos percentuais de atendimento por moradia própria ou alugada, tendo em vista que não há registro no município da quantidade de famílias que residem em domicílios próprios ou em domicílios alugados.

<sup>(2)</sup> As informações de domicílio são levantadas pela Censo Demográfico do IBGE, que deverá ocorrer em 2020 segundo calendário oficial do IBGE.

### Indicadores de Abastecimento de Energia Elétrica

Indicador	Abrangência	Caracterização	Situação		Situação		Meta		Meta		Meta		Meta		Meta	
			Ano	Aferido	Ano	Aferido	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado
Percentual de abastecimento de energia elétrica	Município	Domicílio com energia elétrica / total domicílios	2016	100% <sup>(1)</sup>	2017	100% <sup>(1)</sup>	2018	100%	2019	100%	2020	100%	2021	100%	2022	100%
Percentual de vias com iluminação pública	Município	Extensão (km) de vias com iluminação / extensão (km) total de vias	2016	92,33 <sup>(1)</sup>	2017	s.i.	2018	s.i.	2019	95%	2020	100%	2021	100%	2022	100%

<sup>(1)</sup> COPEL - Companhia Paranaense de Eletricidade

### Indicadores de Saneamento

Indicador	Abrangência	Caracterização	Situação		Situação		Meta		Meta		Meta		Meta		Meta	
			Ano	Aferido	Ano	Aferido	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado
Percentual de abastecimento de água	Município loteamento	Domicílios com água de rede geral / total de domicílios	2016	100%	2017	100%	2018	100%	2019	100%	2020	100%	2021	100%	2022	100%

Percentual de coleta de esgoto	Município loteamento	Domicílios ligados à rede de coleta / total de domicílios urbanos	2016	86,49	2017	87,74	2018	95%	2019	95%	2020	95%	2021	95%	2022	95%
Esgoto tratado	Município	Volume de esgoto tratado / volume de esgoto produzido	2016	100%	2017	100%	2018	100%	2019	100%	2020	100%	2021	100%	2022	100%
Percentual de coleta de lixo domiciliar	Município loteamento	Domicílios particulares permanentes com coleta / total de domicílios urbanos	2016	100% <sup>(2)</sup>	2017	100%	2018	100%	2019	100%	2020	100%	2021	100%	2022	100%
Lixo urbano tratado	Município	Volume do lixo tratado / volume do lixo coletado	2016	100%	2017	100%	2018	100%	2019	100%	2020	100%	2021	100%	2022	100%
Coleta seletiva do lixo urbano	Município	Domicílios por coleta seletiva do lixo / total de domicílios urbanos	2016	100% <sup>(2)</sup>	2017	100% <sup>(2)</sup>	2018	100%	2019	100%	2020	100%	2021	100%	2022	100%

<sup>(1)</sup> SEDU – PARANAINTERATIVO

<sup>(2)</sup> SEAMA - PMCM

### Indicadores de Recreação e Esportes

Indicador	Abrangência	Caracterização	Situação		Situação		Meta		Meta		Meta		Meta		Meta	
			Ano	Aferido	Ano	Aferido	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado
Área de praça pública	Município loteamento	Área (m2) de praças públicas disponíveis / população	2016	0,97 <sup>(1)</sup>	2017	0,95 <sup>(1)</sup>	2018	0,94 <sup>(1)</sup>	2019	0,97 <sup>(2)</sup>	2020	0,97 <sup>(2)</sup>	2021	1,01 <sup>(2)</sup>	2022	1,03 <sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup> Considerou-se o levantamento das áreas das Praças existentes em 2018, desconsiderando as áreas destinadas a praças mas que não possuem infraestrutura mínima que a caracterize como tal.

<sup>(2)</sup> Considerou-se as praças existentes e aquelas que constam no PAI como previsão de serem construídas até o ano de 2022. Para fins de cálculo do indicador foi feita estimativa da população para os anos de 2019 a 2022 considerando os dados dos censos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 com projeção aritmética para os anos seguintes.

### ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

#### Indicadores de Sistema Viário

Indicador	Abrangência	Caracterização	Situação		Situação		Meta		Meta		Meta		Meta		Meta	
			Ano	Aferido	Ano	Aferido	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado
Percentual de estradas rurais municipais adequadas	Município	Extensão (km) de estradas rurais adequadas / extensão (km) total de estradas rurais municipais	2016	s.i	2017	75,00% <sup>(1)</sup>	2018	85,00%	2019	90,00%	2020	95,00%	2021	100%	2022	100%
Percentual de pavimentação de vias urbanas	Urbano Loteamento	Extensão (km) das vias urbanas pavimentadas / extensão (km) total de vias urbanas	2016	98,57% <sup>(2)</sup>	2017	98,70% <sup>(1)</sup>	2018	98,70%	2019	99,00%	2020	99,50%	2021	99,75%	2022	100%
Percentual de passeio público pavimentado	Urbano Loteamento	Extensão (metros) de passeios públicos pavimentados / extensão (metros) total de passeio público	2016	86,00% <sup>(2)</sup>	2017	s.i	2018	86,00%	2019	88,00%	2020	90,00%	2021	92,00%	2022	95%
Percentual de vias com drenagem	Urbano Loteamento	Área atendida com drenagem / área total urbanizada	2016	94,48% <sup>(2)</sup>	2017	s.i.	2018	s.i.	2019	97,00%	2020	98,00%	2021	99,00%	2022	100%

<sup>(1)</sup> SEOSP - PMCM

<sup>(2)</sup> SEDU - PARANAINTERATIVO

### Indicadores de Uso do Solo Urbano

Indicador	Abrangência	Caracterização	Situação		Situação		Meta		Meta		Meta		Meta		Meta	
			Ano	Aferido	Ano	Aferido	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado
Percentual de lotes com uso residencial	Urbano Loteamento	Nº de lotes com uso residencial / nº total de lotes destinados ao uso residencial	2016	(1)	2017	(1)	2018	(2)	2019	(2)	2020	(2)	2021	(2)	2022	(2)
Percentual de lotes com uso comercial-serviços	Urbano Loteamento	Nº de lotes com uso comercial-serviços / nº total de lotes destinados ao uso comercial-serviços	2016	(1)	2017	(1)	2018	(2)	2019	(2)	2020	(2)	2021	(2)	2022	(2)
Percentual de lotes com uso industrial	Urbano Loteamento	Nº de lotes com uso industrial / nº total de lotes destinados ao uso industrial	2016	(1)	2017	(1)	2018	(2)	2019	(2)	2020	(2)	2021	(2)	2022	(2)
Percentual de lotes com área residencial	Urbano Loteamento	Área total de lotes com uso residencial / área total de lotes destinados ao uso residencial	2016	(1)	2017	(1)	2018	(2)	2019	(2)	2020	(2)	2021	(2)	2022	(2)
Percentual de lotes com área comercial-serviços	Urbano Loteamento	Área total de lotes com uso comercial-serviços / área total de lotes destinados ao uso comercial-serviços	2016	(1)	2017	(1)	2018	(2)	2019	(2)	2020	(2)	2021	(2)	2022	(2)
Percentual de lotes com área industrial	Urbano Loteamento	Área total de lotes com uso industrial / área total de lotes destinados ao uso industrial	2016	(1)	2017	(1)	2018	(2)	2019	(2)	2020	(2)	2021	(2)	2022	(2)

(1) Os dados cadastrais do Município não foram atualizados em concordância a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo em vigência desde outubro de 2014, impossibilitando a coleta dos dados.

(2) As zonas de uso e ocupação segundo a lei vigente não são de usos exclusivos, podendo ocorrer usos mistos dentro de cada zona, por exemplo uso comercial ou de serviço em zonas residenciais, e considerando que o Município de Campo Mourão não possui base de dados atualizada, não é possível fazer o levantamento do existente, mesmo como fazer a projeção para os anos seguintes.

O Município de Campo Mourão está em processo de Criação e Informatização de Base Cartográfica Geo-referenciada, o que deverá possibilitar dados mais precisos de uso e ocupação do solo urbano

### Indicadores de Ocupação do Solo Urbano

Indicador	Abrangência	Caracterização	Situação		Situação		Meta		Meta		Meta		Meta		Meta	
			Ano	Aferido	Ano	Aferido	Ano	Aferido	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado	Ano	Desejado
Taxa geral de ocupação	Urbano Distrito sede loteamentos	Somatória das áreas de projeção horizontal da edificação sobre o lote / somatória das áreas dos lotes	2016	s.i.	2017	s.i.	2018	(3)	2019	(3)	2020	(3)	2021	(3)	2022	(3)
Área dos lotes edificadas	Urbano Distrito sede loteamentos	Somatória das áreas (m2) dos lotes que abrigam edificações / somatória das áreas (m2) dos lotes vazios	2016	1,100 <sup>(2)</sup>	2017	1,086 <sup>(2)</sup>	2018	(6)	2019	(6)	2020	(6)	2021	(6)	2022	(6)
Número de lotes vazios	Urbano Distrito sede loteamentos	Número de lotes vazios <sup>(1)</sup>	2016	10.451 <sup>(2)</sup>	2017	11.285 <sup>(2)</sup>	2018	9.741 <sup>(4)</sup>	2019	9.867 <sup>(5)</sup>	2020	9.993 <sup>(5)</sup>	2021	10.119 <sup>(5)</sup>	2022	10.245 <sup>(5)</sup>
Área dos lotes vazios	Urbano Distrito sede loteamentos	Somatória da área (m2) dos lotes não edificadas / somatória da área (m2) de todos os lotes urbanos	2016	0,476 <sup>(2)</sup>	2017	0,479 <sup>(2)</sup>	2018	(6)	2019	(6)	2020	(6)	2021	(6)	2022	(6)

Glebas urbanas	Urbano Distrito sede loteamentos	Somatória das áreas das glebas urbanas / área total do perímetro urbano	2016	s.i.	2017	s.i.	2018	(3)	2019	(3)	2020	(3)	2021	(3)	2022	(3)
Ocupação irregular	Urbano	Número de domicílios em loteamentos irregulares	2016	56	2017	56	2018	56	2019	39	2020	22	2021	10	2022	0
Taxa de permeabilidade do solo	Urbano Loteamento	Área total, sem revestimento, nos lotes / área total dos lotes	2016	s.i.	2017	s.i.	2018	(3)	2019	(3)	2020	(3)	2021	(3)	2022	(3)
Índice de Áreas Verdes	Urbano Loteamento	Total das áreas verdes / população	2016	s.i.	2017	s.i.	2018	(3)	2019	(3)	2020	(3)	2021	(3)	2022	(3)

(1) Para os anos de 2016 e 2017 considerou-se vazios os lotes com ausência de aprovação de projeto, podendo este possuir construção irregular.

(2) SEPLA - PMCM: Cadastro Municipal.

(3) As zonas de uso e ocupação segundo a lei vigente não são de usos exclusivos, podendo ocorrer usos mistos dentro de cada zona, por exemplo uso comercial ou de serviço em zonas residenciais, e considerando que o Município de Campo Mourão não possui base de dados atualizada, não é possível fazer o levantamento do existente, mesmo como fazer a projeção para os anos seguintes.

O Município de Campo Mourão está em processo de Criação e Informatização de Base Cartográfica Geo-referenciada, o que deverá possibilitar dados mais precisos de uso e ocupação do solo urbano, inclusive o levantamento de áreas verdes.

(4) Para a definição do número de lotes vazios para o ano de 2018, considerou-se os lotes vagos segundo o cadastro técnico e descontou-se o total de lotes com edificações irregulares (constam como vazios, mas estão edificadas). Lotes vagos segundo cadastro: 11.015. Lotes com ocupações (levantamento base cartográfica):1.274. Lotes vazios: 9.741.

(5) O número de lotes vazios para os anos de 2019 a 2022 refere-se a projeção da quantidade de lotes vazios mantendo-se o ritmo de aprovação de novos loteamentos e emissão de alvarás de construção. Para fins de projeção, foi considerado a média de lotes aprovados nos últimos 10 anos (média de 1.008 lotes por ano) e a média dos alvarás emitidos nos últimos 10 anos (média de 882).

(6) O Município não possui dados suficientes para a projeção destes indicadores. Estes indicadores devem ser revisados no Plano Diretor 2022/2032, de modo a permitir a construção de banco de dados que possibilitem a aferição destes dados.

## 4. PARTICIPAÇÃO

### 4.1 - CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE – CONCIDADE CAMPO MOURÃO



Órgão Oficial Eletrônico - 2320  
Campo Mourão - Terça-feira - 02/10/2018

#### ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZOITO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE - CONCIDADE CAMPO MOURÃO – GESTÃO 2017/2020

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se no Mini Auditório do Paço Municipal, sito à Rua Brasil, 1487 – Centro, neste Município, os seguintes conselheiros (as): Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira (suplente 1) representante da Secretaria do Planejamento; Simone de Cássia Padilha (titular 2), representante da Secretaria do Planejamento, Sirlei Gomes de Camargo (suplente 2), representante da Secretaria do Planejamento; Marcio Francisco Carraro Rocha (titular 3) representante da Secretaria do Planejamento; João Paulo da Rosa (suplente 3), representantes da Secretaria do Planejamento; Sayuri de Fátima Yamada (titular 4), representante da Secretaria do Planejamento; Roberto Ragazzi (titular 5), representante da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; Equimar Amorim Maciel de Souza (Titular 6), representante da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR; Dirceu Antônio de Almeida (suplente 7), representante da Associação de Moradores do Jardim Lar Paraná; Antônio Carlos Domanski (Titular 8) representante da Associação de Moradores do Jardim Aeroporto; Adair José Teodoro (Titular 9), representante da Associação de Moradores do Jardim Araucária; Augusto Klank Junior (Titular 11), representante do Sindicato dos Bancários; Marco Antônio Kunzler (Titular 14), representante do Sindicato da Habitação e Condomínio – SECOVI/PR; Roberto Widerski (suplente 15), representante da Universidade Tecnológica do Paraná – UTFPR; Lidia Tomoco Miyagui Mizote (titular 16); e Dirceu Wander Broock (suplente 16), representantes da Associação Agenda 21 Local de Campo Mourão. Foram registradas as presenças dos seguintes **observadores**: Renato Teruo Ikeda, representante da DIRETRAN; Paula Regina Wendt e Renato Marafon Semensato representantes da Imobiliária Marcovic; Levi Junior, representante do Observatório Social; Lucélia Aparecida Feltrin Victor e Ivair de Souza Liberio, representantes da Secretaria do Planejamento. Apresentaram **justificativa de ausência**: Sergio Rinaldo (titular 10) representante da Associação de Moradores do Jardim Santa Cruz, por motivo de viagem a trabalho; Margarete Alves Giraldi (suplente 10), representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão – SINDISCAM, pois teve Reunião do Conselho da Previscam; e Fernando Yukio Mizote (Suplente 13), representante da Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão – ACICAM, por motivo de viagem, sendo acatado por todos. **A reunião foi aberta às oito horas e quinze minutos, pela Coordenadora Adjunta Lidia T. Miyagui Mizote com o quórum qualificado composto por dez conselheiros titulares** em situação regular de voto e **seis suplentes**. Lidia Mizote cumprimentou os presentes e explicou o motivo da antecipação da reunião, em seguida leu a **Pauta da Reunião**: a) **PAI – Plano de Ação e Investimentos**; b) **Aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária da Concidade, realizada em 29/06/2018**; c) **Aprovação de texto da Resolução Recomendada 001/2018**; d) **Anuência em Parecer do Grupo Técnico sobre Ampliação do Perímetro Urbano**; e) **Assuntos gerais**. Ela perguntou se alguém tem algo a acrescentar. Nada havendo a incluir, a pauta foi aprovada pelos presentes. Na sequência, Lidia Mizote propõe a aprovação da ata da sexta reunião do Concidade que aconteceu no dia vinte e nove do mês de junho de dois mil e dezoito. Ela perguntou se alguém teria alguma ressalva sobre seu conteúdo. Ninguém se opõe e a ata é aprovada pelos presentes. Em seguida, Lidia Mizote apresentou, conforme encaminhamento aprovado pelos conselheiros na última reunião ordinária deste Conselho, a minuta da Resolução Recomendada 001/2018 que recomenda ao Poder Executivo e Legislativo Municipal a observância dos dispositivos legais contidos nas leis complementares nº. 22/2012, nº. 31/2014, nº. 34 de 17 de junho de 2015 referentes às competências e atribuições do Grupo Técnico Permanente vinculado à Secretaria do Planejamento e ao Conselho Municipal da Cidade. Ela explicou que, segundo Regimento Interno do Concidade, as decisões do Conselho são expressas por meio de Resoluções e não por meio de ofício, conforme sugerido por Renato Teruo Ikeda na última reunião. Completou que as Resoluções, após publicação no Órgão Oficial do Município, poderão ser encaminhadas por meio de ofício. Lidia Mizote disse que este ano já foram aprovadas nove Resoluções Administrativas, e comentou brevemente sobre cada uma delas, explicando que no caso, a Resolução Recomendada seria mais cabível para a situação apresentada pelos conselheiros. Em seguida, fez a leitura da Resolução Recomendada 001/2018 e colocou-a para aprovação dos conselheiros. Marco Antônio Kunzler questionou se a resolução foi feita considerando a lei que aprovou a doação do terreno para o Ministério Público, também perguntou se a permuta desses lotes não passou pelo Grupo Técnico Permanente, vinculado a Secretaria do Planejamento. Lidia Mizote disse que o processo não teve parecer do Grupo Técnico Permanente, sendo confirmado pelos membros desse grupo, presentes nesta reunião. Então, Marco Antônio Kunzler questionou se a iniciativa partiu da Administração. Lidia Mizote disse que sim, o Poder Executivo encaminhou o Projeto de Lei à Câmara Municipal sem o parecer do Grupo Técnico Permanente e Concidade. Ela questionou se no ato da aprovação do loteamento Residencial do Lago já estava predestinada a área institucional? Márcio Carraro Rocha disse que a área institucional não tinha destinação. Marco Antônio Kunzler perguntou o que a Resolução estava recomendando? Lidia Mizote leu o conteúdo da

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARCELO KATH BARBOSA08080925 - (066.300.350-25)



## Orgão Oficial Eletrônico - 2320

Campo Mourão - Terça-feira - 02/10/2018

Resolução que em seu artigo primeiro recomenda ao Poder Executivo e Legislativo Municipal, a observância das disposições legais pertinentes às competências e atribuições do Grupo Técnico Permanente vinculado à Secretaria do Planejamento e ao Conselho Municipal da Cidade, conforme Lei do Plano Diretor, Lei do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural e Lei do Parcelamento do Uso do Solo do Município de Campo Mourão. Ela complementou que o objetivo da Resolução é alertar os Poderes Executivo e Legislativo sobre o papel do Grupo Técnico Permanente e do Concidade, conforme as legislações citadas, para evitar que procedimentos como esse sejam, novamente, aprovados sem o parecer técnico do Grupo Técnico Permanente e aprovação do Conselho. Ela ainda reiterou que a Resolução não altera nada com relação à permuta do lote ao Ministério Público e Tribunal de Justiça. Marco Antônio Kunzler disse que concorda com doação, porém ressaltou que faltou a anuência do Grupo Técnico e do Concidade. Ele ainda disse que a recomendação é pertinente, pois na cidade de Campo Mourão é comum surgirem empreendimentos em localidades que desagradam à maioria da população. Lidia Mizote lembrou que a Resolução Recomendada 001/2018 também deveria ter tratado sobre o acesso ao loteamento Residencial do Lago, no qual possui apenas uma via de acesso, sendo que a Lei do Sistema Viário estabelece que os novos loteamentos tenham pelo menos duas vias de acesso. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira observou que esse loteamento foi aprovado antes da Lei do Sistema Viário ser aprovada desobrigando o loteador de fazê-lo. Lidia Mizote comentou que se não for aberta uma outra via de acesso, a estrada do Barreiro das Frutas se tornará um gargalo para o tráfego de veículos com a ocupação dos lotes do Residencial do Lago, somados à ocupação do Condomínio Rio do Campo e implantação do Fórum e sede do Ministério Público. Sobre o processo de doação dos lotes ao Ministério Público, Dirceu Wander Broock perguntou se há um prazo estabelecido para a construção do novo prédio do Fórum e desocupação do imóvel atualmente ocupado? Marco Antônio Kunzler disse que o Tribunal de Justiça devolverá ao município o prédio atual depois que se mudarem para a nova sede. Ele lembrou também que na última reunião do Concidade foi discutido sobre isso, e foi recomendado ao Sr. Robervani Pierin do Prado, Procurador Geral do Município, que constasse em documento previsão do prazo para conclusão da obra, assim como uma cláusula de reversibilidade caso o Tribunal de Justiça descumprisse com o acordo. Dirceu Wander Broock comentou que é importante se estabelecer um prazo, pois do contrário o Município pode ficar esperando muito tempo para tomar posse do imóvel atual. Marco Antônio Kunzler concordou citando o exemplo da doação do terreno para a Justiça Federal, lembrando que já se passaram quinze anos, devido à falta de recursos, a obra ainda não foi executada pelo órgão, sem nenhuma previsão no curto e médio prazo. Ele defendeu que, nesses casos, o Executivo não deveria conceder mais prazo e sim exigir que o terreno retorne ao Município. Dirceu Wander Broock acrescentou que é devido a essas experiências que se deve estabelecer um prazo para conclusão da obra. Ivair de Souza Liberio afirmou que o prazo de execução da obra foi previsto na lei que aprovou os lotes para o Ministério Público. João Paulo da Rosa comentou que havia sobrado uma área institucional ao lado do Ministério Público, na qual foi preiteada pela OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, porém o Grupo Técnico Permanente foi contrário, uma vez que a OAB não é um órgão público. Dirceu Wander Brock manifestou contentamento e perguntou qual será o procedimento em relação à Resolução? Lidia Mizote informou que, de acordo com o Regimento Interno, após a aprovação, a Resolução será publicada no Órgão Oficial do Município. Perguntou aos presentes se teriam mais alguma observação sobre seu conteúdo. Sayuri de Fátima Yamada pediu para que a Resolução observe também a mudança da legislação que permite doações, pois recentemente o Art. 8º da Lei Complementar nº. 34 de 17 de junho de 2015 (redação acrescida pela Lei Complementar nº. 41/2017) Lei do Parcelamento do Solo para fins urbanos foi alterado pela Câmara Municipal e que essa mudança não poderia ter sido feita sem antes passar pelo Concidade. Marco Antônio Kunzler sugeriu, então, que a Resolução seja alterada acrescentando esse dispositivo e posteriormente, enviada por e-mail aos conselheiros. Lidia Mizote explicou aos demais conselheiros que qualquer alteração da Lei do Plano Diretor e das demais Leis Complementares ao Plano, deve passar pelo Grupo Técnico Permanente e pelo Concidade, comentando que a alteração do Art. 8º da Lei Complementar nº. 34/2015 não passou. Sayuri de Fátima Yamada propôs que a Resolução cite essa alteração conforme discutido. Lidia Mizote, aproveitando a inclusão desse assunto na Resolução, propôs verificar na Lei do Sistema Viário se há algo mais a acrescentar na Resolução referente às atribuições do Grupo Técnico Permanente e Concidade. Ela disse que fará essas alterações na Resolução conforme proposto pelos conselheiros e depois a encaminhará por e-mail para aprovação, sendo acatado pelos presentes. Ela ainda enfatizou aos conselheiros a importância de todos conhecerem a legislação vigente, como a Lei do Plano Diretor, especialmente o artigo trinta e oito que fala da criação e atribuições do Concidade, e demais Leis Complementares do Zoneamento, Parcelamento do Solo Urbano Código de Posturas, Código de Edificações e Obras e outras relativas à Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, para que todos estejam cientes do seu papel e atentos a assuntos que devem passar por este Conselho antes de seguirem para a Câmara Municipal. Dando seguimento a pauta, Lidia Mizote pediu para Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira iniciar a apresentação do Plano de Ação e Investimento (PAI). Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira cumprimentou a todos e explicou que o PAI é um documento anexo do Plano Diretor que deve ser revisado a cada cinco anos e que contempla os investimentos em ações e obras prioritárias que o município pretende fazer nos próximos anos. Destacou que essas ações

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARCELO KATH BARROS SACUR03080525 - (000.308.009-25)



## Orgão Oficial Eletrônico - 2320

Campo Mourão - Terça-feira - 02/10/2018

foram definidas a partir do PAI aprovado em dois mil e doze e foram consideradas as demandas da população. O Município assinou um termo de compromisso junto ao Paranacidade assumindo a responsabilidade de apresentar diversos documentos necessários para captar recursos junto ao Governo de Estado, sendo o PAI um deles. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira disse que coube ao Grupo Técnico Permanente vinculado à Secretaria do Planejamento, a tarefa de revisar o PAI, sendo que o prazo final estabelecido para sua apresentação será em dezembro de dois mil e dezoito. Ela acrescentou, ainda, que para sua elaboração levou-se em consideração outros planos: PPA, LDO, LOA, indicadores de avaliação, Plano Diretor e o próprio PAI de dois mil e doze, uma vez que está sendo atualizado. João Paulo da Rosa prosseguiu falando sobre a Planilha de Capacidade de Investimentos do Município até dois mil e vinte dois, citando as fontes de recursos, dentre elas as estimativas de receita próprias, transferências correntes, receitas de capitais, entre outros. Informou que a previsão de investimentos é de dois por cento (2%) sobre as receitas próprias e três por cento (3%) sobre as receitas correntes. Considerando essas estimativas e o PAI de dois mil e doze, chegou-se a um valor de pouco mais de duzentos e onze milhões de reais (R\$ 211 mi), que o Município poderá utilizar para investimentos em diversas áreas. Com base nesse valor, cada Secretaria Municipal elencou suas prioridades para o PAI e coube ao Grupo Técnico Permanente ajustar essas ações dentro do orçamento estimado. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira lembrou mais uma vez que foi realizada uma revisão de um documento ainda em validade, e que foram feitas alterações de acordo com os Programas do Governo Federal e Estadual, bem como as necessidades da população. Ela também lembrou que foi previsto um recurso para a revisão do Plano Diretor, pois no ano de dois mil e vinte um já começam os estudos para efetivar a sua revisão em dois mil e vinte dois. Ressaltou que todas as ações estão discriminadas em detalhes em um caderno complementar, e que esta apresentação é apenas um resumo, colocando esse caderno à disposição para consulta dos interessados. João Paulo da Rosa falou que de acordo com o cronograma, hoje o PAI está sendo apresentado para a aprovação do Conselho, e em seguida será enviado para audiência pública e depois para aprovação pela Câmara Municipal. Prosseguindo, Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira iniciou a apresentação das ações e investimentos contemplados no PAI em: Planejamento e Gestão Municipal, Vias Urbanas, Transporte Coletivo Urbano, Iluminação Pública, Infraestrutura Urbana, Habitação, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Econômico, Preservação e Conservação Ambiental, Equipamentos de Saúde, Equipamentos de Educação, Equipamentos de Recreação, Esporte e Lazer, Equipamentos de Cultura, Equipamentos de Assistência Social, totalizando duzentos e onze milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e seis reais e noventa e três centavos (R\$ 211.148.706,93). Lidia Mizote perguntou o que contempla o investimento previsto para o acesso ao Aeroporto Municipal? Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira disse que a via de acesso ao Aeroporto não está regularizada, sendo necessária a regularização dos terrenos e a execução de algumas obras. Lidia Mizote questionou se o valor informado não seria muito elevado para a obra (R\$ 1.160.000,00). João Paulo da Rosa explicou que esse valor foi informado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Renato Teruo Ikeda explicou que os lotes de terra próximos ao Aeroporto precisam ser desapropriados e urbanizados com a melhoria do acesso à Rodovia BR 158, regularização e abertura de uma via lateral ao longo do terreno do Aeroporto até a Rua Robson Daciuk Paitach. Com relação ao valor total do PAI, Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira complementou que isso é apenas uma estimativa e que muitas ações não têm projeto ainda. Comentou que, a princípio, o valor superou muito os duzentos e onze milhões de recursos para investimentos estimados pelo Município, por isso foi necessário reduzir os custos para fechar os valores. Ela prosseguiu com a apresentação falando sobre os investimentos destinados ao Transporte Coletivo e Iluminação Pública. João Paulo da Rosa lembrou que o Município através da Secretária de Obras e Serviços Públicos precisa elaborar um Plano de Iluminação Pública. Prosseguindo com a apresentação, Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira falou sobre os investimentos em infraestrutura urbana, rede de esgoto e outros. Comentou ainda que alguns itens não aparecem os valores de investimento, porque serão custeados com recursos de outras empresas ou órgãos. Falou sobre a previsão de recursos para construção de unidades de recebimento e processamento de recicláveis, ampliação do Aterro Sanitário e aquisição de um terreno para o novo Cemitério Municipal. Dirceu Wander Broock questionou se as referidas unidades de recebimento e processamento de recicláveis referem-se aos barracões da Associguá e Cooperesíduos? Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira disse que pelo que a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente passou, ela entendeu que será construído uma nova unidade no Aterro Sanitário. Orientou Dirceu Wander Broock a conversar com Franco Freire, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, para maiores esclarecimentos. João Paulo da Rosa comentou que há estudos para construção de barracões, um na Vila Guarujá e outro no Jardim Modelo, contemplando as entidades mencionadas por Dirceu Wander Broock. Sirlei Gomes de Camargo informou que foram feitos pedidos de captação de recursos para construção desses dois barracões para recebimento e processamento de recicláveis. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira prosseguiu, falando de investimentos na área de habitação, destacando Regularização Fundiária e Urbanização da Chácara Alcântara e outros locais com ocupações irregulares. Também falou sobre a Manutenção e Conversação de Estradas Rurais, implantação de patrulhas rurais mecanizadas, abastecimento de água potável, manutenção e conservação de pontes rurais, pavimentação poliédrica de estradas rurais, entre outras ações. Dirceu Wander Broock perguntou se a manutenção das estradas rurais é responsabilidade da Secretaria de Obras e Serviços





## Orgão Oficial Eletrônico - 2320

Campo Mourão - Terça-feira - 02/10/2018

Públicos ou da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente? Ele defendeu que a manutenção das estradas rurais da Bacia do Rio do Campo deveria ter também a participação da SANEPAR que explora a água da Microbacia do Rio do Campo. Renato Teruo Ikeda explicou que as ações definidas no PAI, necessariamente não apontam quem serão os parceiros para a sua realização. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira disse que no caso dos investimentos em escolas, algumas ações citam o nome da escola que deverá receber os investimentos, algumas com obras em andamento; outras, estão contempladas dentro de um conjunto, e serão executadas de acordo com a prioridade/necessidade. Marco Antônio Kunzler pediu maiores explicações sobre o PAI. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira explicou que o PAI foi aprovado em dois mil e doze e que a cada cinco anos é necessário revisá-lo. Explicou que é realizado um levantamento das necessidades da população apontando as obras prioritárias. Ressaltou, porém, que devido à limitação de recursos, algumas ações acabam ficando de fora. O PAI é um plano macro de médio a longo prazo, com estimativas do que se pretende investir. Essas ações passarão a integrar outros instrumentos de planejamento como o PPA, LDO e LOA para, por fim, serem executadas. Sayuri de Fátima Yamada perguntou: Quais são as melhorias previstas para o Cemitério Municipal, uma vez que o Município pretende adquirir uma área para implantação de um novo cemitério? Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira explicou que o Cemitério atual necessita de várias melhorias, como a adequação dos acessos, correção da drenagem pluvial e instalação de galerias pluviais. Dirceu Antônio de Almeida perguntou onde será implantado o novo Cemitério Municipal? Marco Antônio Kunzler destacou que esse assunto deverá passar pela aprovação do Concidade e Grupo Técnico. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira informou que ainda não tem um local definido, acrescentou que a escolha do local é um assunto bem delicado, pois depende de avaliações, como também envolve questões ambientais. Prosseguiu falando das demandas da área de Desenvolvimento Econômico, com a previsão de implantação de barracões industriais; reforma e manutenção do Parque de Exposições Getúlio Ferrari; Construção do Centro de Eventos (2ª fase); Urbanização de gleba para implantação de barracões industriais/comerciais; Construção do Centro Tecnológico, entre outras. Sobre esse, João Paulo Rosa comentou que ele está fazendo o projeto arquitetônico do Centro de Inovação e Tecnologia de Campo Mourão (CEITEC) e que será uma incubadora de empresas. Completou que o centro será construído em um terreno anexo ao Ginásio JK. Marco Antônio Kunzler completou que esse Centro de Empreendedorismo irá abrigar startups. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira falou sobre os investimentos na área ambiental, entre eles estão a reforma, melhorias e manutenção de Parques Municipais; reabilitação de áreas degradadas e reflorestamento ciliar; implantação e revitalização de praças; revitalização do Horto Municipal; elaboração do Plano de Educação Ambiental e implementação do Licenciamento Ambiental pelo Município. Lidia Mizote questionou a necessidade de se elaborar um Plano de Educação Ambiental quando o Município deveria desenvolver um programa de Educação Ambiental. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira continuou com os investimentos previstos para área da saúde: Implantação do Centro de Atendimento as Mulheres, Crianças e Adolescentes; construção e revitalização de unidades de saúde (não foram especificadas porque as unidades não foram definidas). João Paulo Rosa comentou que a Unidade de Saúde do Paulista já está em processo licitatório. Sobre os investimentos que serão destinados à educação, Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira citou: construção, reforma e ampliação de unidades educacionais para o atendimento da educação infantil e ensino fundamental; quadra de esportes para escola do Conjunto Residencial Avelino Piacentini; Escola Estadual na região do Jardim Modelo; construção do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Encantado do Jardim Flora; Construção de uma nova sede para a Escola Municipal Gurilândia, dentre outras. Já na área de Esportes e Lazer estão previstas: Construção e reformas de campos de futebol, ginásios de esportes e quadras poliesportivas; Construção de bloco esportivo na Praça da Juventude; entre outros. Dirceu Antônio de Almeida reclamou que a Praça do Lar Paraná continua suja e com espaço todo degradado. João Paulo da Rosa informou que já existe um projeto para instalação de playground e outros equipamentos para reestruturação da praça. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira prosseguiu falando das previsões de investimentos para a Cultura, tais como: Construção de dois barracões, sendo um cenotécnico, anexo à Casa da Cultura, e outro para Oficina das Artes, no Jardim Araucária; aquisição de veículos, etc. Para a Assistência Social estão previstos: Construção, reforma e ampliação de Unidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Construção de Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS; Construir sede para o funcionamento do Conselho Tutelar; Construção do Restaurante Popular. Jaqueline concluiu mostrando o resumo por setor e a soma dos investimentos totalizando duzentos e onze milhões de reais (R\$ 211.148.706,93), correspondente à capacidade estimada de investimento do Município. Lidia Mizote perguntou se o Restaurante Popular será construído com recursos do Governo do Estado, sendo confirmado por um dos presentes. João Paulo da Rosa disse que a implantação da sede do Conselho Tutelar será viabilizada com recursos do Governo do Estado. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira comentou que cerca de cinquenta por cento dos investimentos serão aplicados em infraestrutura urbana. Marco Antônio Kunzler perguntou se esse orçamento de duzentos e onze milhões considerou as receitas do município, iluminação pública, SUS, FUNDEP e outros? João Paulo da Rosa disse que a Iluminação Pública tem mais de sete milhões (R\$ 7 milhões), porém não sabe dizer exatamente onde esse recurso pode ser utilizado. Ele disse ainda que tudo foi estimado conforme Metodologia do Paranacidade, sendo

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARCELO KATH BARBOSA080308925 - (066.308.086-25)





Orgão Oficial Eletrônico - 2320  
Campo Mourão - Terça-feira - 02/10/2018

verificado o que já foi executado e o que será investido nos próximos anos. Sobre as Vias Urbanas, Lidia Mizote perguntou se nas ações está prevista a construção de ciclovias. João Paulo da Rosa respondeu que há previsão de implantação de ciclovias em locais específicos, e que o orçamento destinado a essas adequações é de três milhões (R\$ 3 milhões). Lidia Mizote observou que o valor destinado às vias urbanas representa quase cinquenta por cento do orçamento total, questionando o alto investimento. Dirceu Wander Broock perguntou se está previsto uma ciclovia na Avenida Jorge Walter? Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira disse que a implantação de ciclovias deve obedecer ao Plano de Mobilidade Urbana e demais leis. Dirceu de Almeida comentou sobre previsão de pista de caminhada na Avenida Jorge Walter, do Santuário de Nossa Senhora Aparecida até o Supermercado Paraná, localizado na esquina com Avenida Miguel Luiz Pereira. Adair José Teodoro perguntou se os investimentos serão realizados somente com recursos próprios? João Paulo da Rosa disse que não, que inclui também captação de recursos de terceiros. Lidia Mizote voltou a questionar se o valor previsto para as vias urbanas não é muito alto, considerando o orçamento reduzido para as demais ações. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira explicou que grande parte dos investimentos em infraestrutura urbana já estão “engatilhados”, ou seja, são obras em andamento ou com expectativas de liberação de recursos pré-determinados. Sayuri de Fátima Yamada comentou que as ruas estavam abandonadas, há muito tempo não se fazia manutenção das vias e são obras muito caras. Dirceu Antônio de Almeida observou que tem ruas que estão sendo recapeadas novamente sem necessidade, pois foram feitas há pouco tempo. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira citou alguns exemplos de obras que demandam uma infraestrutura pesada, como as melhorias no acesso à UTFPR, e implantação de novas vias como a pavimentação da Av. Afonso Germano Hruschka ligando o Jardim Bandeirantes ao Jardim Modelo, da Av. João Batista Salvadori ligando a Santa Casa ao Jardim Santa Cruz e Rua 27 de dezembro ligando o Jardim Paulino ao Seminário São José. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira comentou que essas obras de infraestrutura urbana devem atender ao Plano de Mobilidade Urbana. Lidia Mizote perguntou se esses investimentos foram discutidos com os conselhos afins. João Paulo da Rosa comentou que não sabe dizer como foi feito esse levantamento pelas Secretarias e se isso foi discutido com os conselhos. Dirceu Wander Broock ressaltou que o correto seria consultar os conselhos nesses casos. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira comentou que cabe a Secretaria do Planejamento, através de seus arquitetos e engenheiros, monitorar todo esse processo, fazer a juntada de documentos, porém é função de cada secretaria definir quais são os seus investimentos prioritários. Lidia Mizote perguntou se já tem uma previsão de quando será realizada a Audiência Pública do PAI? João Paulo da Rosa disse que, na verdade, a audiência já está atrasada, no entanto depois da anuência do Concidade seguirá para a audiência pública. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira comentou que o PAI irá nortear as ações do município. Lidia Mizote perguntou se na audiência pública poderão ser sugeridas mudanças? Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira comentou que o ideal seria que não houvesse mudanças, porque o processo já está atrasado, mas se for necessário poderá ser alterado. Ressaltou, porém, que qualquer coisa que for incluída será em detrimento de outra, uma vez que o valor total das ações está limitado aos duzentos e onze milhões de reais (R\$ 211 milhões). Ela ressaltou também que com a troca do governo federal e estadual, devido às eleições deste ano, podem ser criados novos programas, impactando as ações a serem realizadas. João Paulo da Rosa complementou que na audiência pública, se alguém propuser alguma ação diferente, será colocado em votação e, se acatada por todos, poderá ser incluída. Adair José Teodoro perguntou se a UPA faz parte dos investimentos incluídos no PAI. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira respondeu que não, pois o PAI não prevê serviços, o mesmo acontece com a Unidade de Saúde do Paulista. João Paulo da Rosa perguntou se todos os presentes estão de acordo com o PAI e se eles já podem levá-lo à Audiência Pública. Lidia Mizote pediu que os conselheiros se manifestassem, sendo a proposta aprovada pela maioria dos presentes. Lidia Mizote anunciou o próximo assunto da pauta: Anuência do Parecer do Grupo Técnico Permanente sobre Ampliação do Perímetro Urbano. Convidou Marcio Carraro Rocha para explanar sobre o assunto. Marcio Carraro Rocha disse que a Ampliação do Perímetro Urbano foi discutida durante quase um ano, onde as áreas a serem incluídas foram analisadas de um modo geral e não foram levadas em consideração áreas específicas, como o problema apresentado pelo requerente, proprietário de lote rural situado no limite da linha do perímetro urbano. Explicou que o requerente solicita a inclusão de sua propriedade no perímetro urbano, alegando que foi notificado pelo Ministério Público para que suspendesse imediatamente o uso de agrotóxicos, conforme a Lei que proíbe a aplicação desses produtos num raio de cem metros a partir do perímetro urbano. Justificou que o Grupo Técnico Permanente aceitou reconsiderar a decisão, porque, praticamente a faixa de cem metros inviabiliza a produção em quase a totalidade de sua propriedade, sendo que a atividade agrícola é a única fonte de renda da família. Marco Antônio Kunzler comentou que nesse caso, o proprietário do lote pode apresentar projeto de loteamento. Destacou, porém, que nesse caso, deve-se exigir o projeto de loteamento como requisito para colocar a área dentro do Perímetro Urbano. Marcio Carraro Rocha disse que conversou informalmente com o proprietário desse lote rural e que a intenção dele realmente é lotear a área. Ele e Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira explicaram que se trata de uma situação específica. Devido ao formato do lote, a faixa de cem metros onde não pode ocorrer a aplicação de agroquímicos, faz com que a maior parte do lote seja inutilizada. Eles ressaltaram que outros pedidos de inclusão no Perímetro Urbano foram negados, mas que no caso desse requerente



## Orgão Oficial Eletrônico - 2320

Campo Mourão - Terça-feira - 02/10/2018

em específico a não inclusão da área no perímetro urbano trará muitos prejuízos, pois a propriedade é pequena e sobrar muito pouco terreno para o cultivo da soja. Marcio Carraro Rocha mostrou no mapa a localização do lote em questão, ao lado do Residencial Parque do Lago. É um terreno estreito e comprido que acompanha praticamente todo o loteamento. Lidia Mizote perguntou como ficariam os lotes do entorno se for deferido esse pedido de inclusão no Perímetro Urbano? Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira disse que o Grupo Técnico Permanente analisou as áreas do entorno e constataram que os outros lotes não seriam tão prejudicados, pois são lotes maiores, sendo que a faixa dos cem metros não afetaria a produtividade das propriedades, ao contrário do que acontece com o lote em questão. Marco Antônio Kunzler defendeu que a justificativa de impedimento do uso de agrotóxico não é suficiente para conceder o aumento do Perímetro Urbano. Ele se posicionou contrário à ampliação, porém de acordo com o Estatuto das Cidades o proprietário tem o direito de lotear, como também se posicionou contrário ao Cinturão Verde como algo que não funciona. Marcio Carraro Rocha disse que o que impede o plantio não é o cinturão verde, mas sim a proibição de uso de agrotóxico em uma faixa de cem metros ao longo do perímetro urbano. Ele enfatizou que se o proprietário apresentar projeto de loteamento, o mesmo será indeferido, porque a área está fora do perímetro urbano. Explicou que para parcelar uma área, é requisito estar dentro do perímetro urbano. João Paulo da Rosa perguntou se qualquer área contígua a um loteamento pode ser loteada? Marco Antônio Kunzler disse que se a área for contígua ao perímetro urbano, o Estatuto das Cidades estabelece que o município se obriga a liberar o parcelamento. Marcio Carraro Rocha insistiu que antes de qualquer outra coisa – de acordo com a legislação - a área a ser loteada deve estar dentro do perímetro urbano. Ele disse que o objetivo é ter a anuência do Conselho para incluir esse lote no perímetro urbano procedendo à leitura do parecer do Grupo Técnico Permanente. Lidia Mizote questionou se a inclusão desse lote no perímetro urbano não afetará o lote ao lado onde existe uma horta. Marcio Carraro Rocha disse que o proprietário da horta não será prejudicado, pois poderá continuar plantando, uma vez que a restrição é somente para o uso de agrotóxico. Adair José Teodoro disse que a faixa de cem metros incidirá sobre uma área muito estreita, onde atualmente, não há horta. João Paulo da Rosa comentou que o requerente pediu também para incluir outro lote, ao lado do primeiro, no perímetro urbano, mas o Grupo Técnico Permanente negou, pois nesse caso, a faixa de cem metros não inviabiliza a atividade do proprietário. Dessa forma, o Grupo Técnico Permanente decidiu incluir somente esse lote longitudinal e outro lote triangular que fica próximo, e que também teria sua atividade inviabilizada pela Lei dos Agrotóxicos. Sayuri de Fátima Yamada justificou que a decisão do Grupo Técnico Permanente considerou principalmente o fato de que as atividades agrícolas seriam inviabilizadas nesses locais, ela disse que a intenção é corrigir uma injustiça com esses proprietários. Lidia Mizote comentou que a inclusão desses lotes no Perímetro Urbano terá como consequência a notificação dos outros proprietários próximos. Marcio Carraro Rocha disse que esses proprietários provavelmente serão notificados pelo Ministério Público quando o loteamento for aprovado. Sayuri de Fátima Yamada perguntou se Marcio Carraro Rocha teria outra imagem que mostrasse melhor a geografia dos lotes na região. Ela disse que os outros lotes são grandes, desta forma as atividades agrícolas não seriam inviabilizadas. Marco Antônio Kunzler perguntou se o proprietário tem ciência das consequências da inclusão do lote no perímetro urbano. Marcio Carraro Rocha respondeu que sim. Por fim, Marco Antônio Kunzler concordou com a inclusão, desde que seja dado um prazo para o proprietário apresentar o projeto de loteamento. Sayuri de Fátima Yamada falou que vê isso de outra forma, e que o município, na verdade, está reparando um dano causado ao proprietário. Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira comentou que o Ministério Público não deu prazo ao proprietário e que a partir da notificação ele já não podia mais plantar. Sayuri de Fátima Yamada acrescentou que se o Grupo Técnico Permanente tivesse conhecimento dessa lei e da condição desse lote, já o teria incluído no perímetro urbano, independente de se lotear ou não. Dirceu Wander Broock perguntou se esse proprietário não reclamou no momento da implantação do loteamento Residencial do Lago? Marcio Carraro Rocha disse que a pessoa não tinha conhecimento disso, pois ele recebeu a notificação do Ministério Público posteriormente. Dirceu Wander Broock defendeu que a aprovação deveria condicionar a apresentação do projeto de loteamento, sendo acatado pelos presentes. Encerrada a discussão, Lidia Mizote colocou em votação a inclusão do lote 92-93-A no perímetro urbano, sendo aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. Finalizou dizendo que a aprovação será emitida em Resolução com os dados do perímetro. Passando para os assuntos gerais, Lidia Mizote convidou a todos para participar do Workshop “Como Planejar o Desenvolvimento Econômico Local” que acontecerá dia cinco de setembro na sede da Acicam, nos períodos da tarde e noite. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e quinze minutos, e eu, Sirlei Gomes de Camargo e Lidia T. M. Mizote lavramos a presente ata que, após lida e aprovada pelos conselheiros, será assinada por mim e pela coordenadora adjunta.

Sirlei Gomes de Camargo - **Secretária**  
Lidia T. M. Mizote - **Coordenadora Adjunta**



**CONCÍDIADE CAMPO MOURÃO**  
CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE CAMPO MOURÃO

**CONTROLE DE FREQUENCIA DAS REUNIÕES DE 2018 DO CONCÍDIADE CAMPO MOURÃO – GESTÃO 2017-2020**

**8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE CAMPO MOURÃO – CONCÍDIADE CM**

**PAUTA**

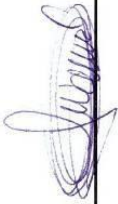

- 01- PAI – Plano de Ação e Investimento;
- 02- Aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária do Concídiade, realizada em 29/06/2018;
- 03- Aprovação de texto da Resolução Recomendada 001/2018;
- 04- Anuência em Parecer do Grupo Técnico sobre Ampliação do Perímetro Urbano;
- 05- Assuntos gerais.

Data: 30 de agosto de 2018, Horário: 08:00 horas, Local: Auditório do Paço Municipal - Rua Brasil, 1467 – Térreo.

SEGMENTO GESTOR PÚBLICO	NOME DO REPRESENTANTE	Data: 30 de agosto de 2018, Horário: 08:00 horas, Local: Auditório do Paço Municipal - Rua Brasil, 1467 – Térreo.											ASSINATURA				
		1ª RO 26/01	2ª RO 23/02	3ª RO 29/03	4ª RO 27/04	5ª RO 25/05	1ª REX 15/06	6ª RO 29/06	7ª RO 27/07	8ª RO 30/08	9ª RO 28/09	10ª RO 26/10		11ª RO 30/11			
Secretaria do Planejamento - SEPLA	Jaqueline Gaspar Teixeira Vieira	C	J	C	-	*	-	-	*								
	Simone de Cássia Padilha	C	C	C	C	*	f	C	*								
Secretaria do Planejamento - SEPLA	Sirllei G. Camargo	J	C	C	C	*	C	C	*								
	Marcio F. C. Rocha	J	C	C	C	*	C	C	*								
Secretaria do Planejamento - SEPLA	João Paulo Rosa	J	C	J	-	*	-	C	*								
	Sayuri de Fátima Yamada	J	C	C	C	*	C	C	*								
Secretaria da Saúde - SESAU	Marcio Carvalho	-	-	-	-	*	-	-	*								





Observadores e demais convidados – Reunião via 30/08/2018				
ENTIDADE	REPRESENTANTE	E.MAIL	ASSINATURA	TELEFONE
Sociedade Silense	Sepla	seplaco@hotmail.com		3519-1146
ROBL				
DIRETORIA	RENATO IKON			
SEPLA	Lucélia Feltrin Vitor		Lucélia	



**Campo Mourão**  
Cidade Escola

#### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS 2018-2022

1 Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se no  
2 Centro da Juventude Itachir Tagliari, sito à Rua Robson Daciuk Paitach, 179 –  
3 Jardim Aeroporto, neste Município, conforme lista de presença anexa,  
4 representantes do Município de Campo Mourão e da sociedade civil  
5 interessados em conhecer o Plano de Ação e Investimentos para o período de  
6 dois mil e dezoito à dois mil e vinte dois. **A reunião foi aberta às dezenove**  
7 **horas e dez minutos por Simone de Cássia Padilha, Secretária Interina do**  
8 **Planejamento**, que cumprimentou a todos e explicou brevemente sobre o PAI -  
9 Plano de Ação e Investimento e, na sequência, passou a palavra para João  
10 Paulo da Rosa, arquiteto da Secretaria de Planejamento, que fez parte da  
11 equipe responsável pela Revisão do Plano de Ação e Investimento 2018-2022.  
12 João Paulo da Rosa disse que o PAI é um documento anexo do Plano Diretor  
13 que deve ser revisado a cada cinco anos e que contempla os investimentos em  
14 ações e obras prioritárias que o município pretende fazer até o ano de dois mil e  
15 vinte dois. Ele ainda mostrou o Termo de Compromisso assinado junto ao  
16 Paranacidade em que o município assume a responsabilidade de apresentar  
17 diversos documentos necessários para captar recursos junto ao Governo de  
18 Estado, sendo o PAI um deles. Falou também que o cronograma está atrasado,  
19 uma vez que o prazo limite para apresentação do documento é dezembro de  
20 dois mil e dezoito e ele deve ainda seguir para aprovação da Câmara de  
21 Vereadores. João Paulo da Rosa acrescentou que também estão sendo  
22 revisados o Código de Edificações e Obras, e Código de Posturas, além do PAI,  
23 que está sendo elaborado desde dois mil e dezessete, sendo que em julho de  
24 dois mil e dezoito ele foi apresentado em reunião aos Secretários Municipais e  
25 em seguida, em trinta de agosto levado ao Conselho Municipal da Cidade de  
26 Campo Mourão - Concidade - para anuência. João Paulo da Rosa explicou que a  
27 elaboração e determinação das ações constantes no Plano de Ação e  
28 Investimento 2018-2022 seguiu a metodologia orçamentária do Paranacidade,  
29 que se baseou em: 1) Plano de Ação e Investimento de 2012-2017; 2)  
30 Incorporação de ações definidas em plano e leis orçamentárias (PPA – Plano  
31 Plurianual, LDO – Diretrizes Orçamentárias e LOA – Orçamento Anual); 3)  
32 Indicadores de Avaliação 2016-2022; 4) Plano de Governo 2017-2022; 5)  
33 Supervisão das Secretarias Municipais. Ele prosseguiu falando sobre a  
34 estimativa da Capacidade de Investimentos do Município até dois mil e vinte  
35 dois, citando as fontes de recursos, dentre elas as receita próprias,  
36 transferências correntes, receitas de capitais e transferências de convênios.  
37 Informou que a previsão de investimentos é de dois por cento (2%) sobre as  
38 receitas próprias e três por cento (3%) sobre as receitas correntes, ressaltando  
39 que a maior parte dos investimentos serão viabilizados através de  
40 financiamentos e convênios com Governo Federal ou Estadual. Com essa  
41 previsão estima-se que o total de investimentos do Município previstos para o  
42 período de dois mil e dezoito até dois mil e vinte dois serão de pouco mais de  
43 duzentos e onze milhões (R\$ 211.148.706,93) para aplicar em ações prioritárias



# Campo Mourão

Cidade Escola

44 que serão detalhadas na sequência. No entanto, João Paulo da Rosa enfatizou  
45 que nesta Audiência Pública será apresentado apenas um resumo do referido  
46 Plano. Ele iniciou falando dos investimentos previstos para o item Planejamento  
47 e Gestão Municipal, dentre eles: 1) Revisão do Plano Diretor Municipal 2022-  
48 2032; 2) Criação e Informatização de Base Cartográfica Geo-referenciada  
49 (contrato em andamento); 3) Reforma de Barracão para implantação de  
50 Almoxarifado Central; 4) Aquisição de mobiliário e equipamentos, totalizando um  
51 valor de R\$ 6.075.000,00 (seis milhões e setenta e cinco mil reais). Para Vias  
52 Urbanas os investimentos previstos são: 1) Pavimentação, recapeamento e  
53 sinalização de vias urbanas, tendo prioridade na pavimentação as vias que  
54 sejam acesso principal a bairros consolidados, que possam sanar processos  
55 erosivos, que complementam o sistema viário básico, e as percorridas pelo  
56 transporte coletivo; 2) Sinalização horizontal e vertical da malha existente; 3)  
57 Implantação de sistema rotativo pago, sendo que os custos serão absorvidos  
58 pela empresa concessionária; 4) Implantação de ciclovias em consonância com  
59 o Plano de Mobilidade Urbana; 5) Melhorias no Aeroporto Municipal; 6)  
60 Melhorias no acesso ao Aeroporto Municipal através da reestruturação do  
61 entorno viário, com a implantação de trevo, sinalização e iluminação adequada;  
62 7) Infra-estrutura da Vila Guarujá; 8) Pontes urbanas, que em consonância com  
63 o Plano de Mobilidade Urbana objetiva interligar as regiões leste e oeste com a  
64 transposição dos Rios do Campo e Km119. Sendo que o valor estimado para  
65 essas ações em Vias Urbanas totalizam R\$ 117.700.000,00 (cento e dezessete  
66 milhões e setecentos mil reais), ressaltando-se ainda que o maior valor desses  
67 recursos, cerca de cento e quatro milhões, serão destinados para a  
68 pavimentação de vias. Na sequência, João Paulo da Rosa falou dos R\$  
69 3.529.000,00 (três milhões quinhentos e vinte nove mil reais) de investimentos  
70 previstos para área do Transporte Coletivo Urbano, distribuídos entre: 1)  
71 Implantação e/ou revitalização de abrigo para passageiros; 2) Estações de  
72 Transporte Coletivo. Quanto aos investimentos em Iluminação Pública, são eles:  
73 1) Elaboração do Plano de Iluminação Pública e projeto para sua implantação; 2)  
74 Substituição de lâmpadas de maior eficiência; nos quais demandam recursos na  
75 ordem R\$ 8.000.000,00 (oito milhões). Já dos investimentos em Infraestrutura  
76 Urbana destacam-se: 1) Ampliação e readequação da rede de drenagem pluvial;  
77 2) Readequação do sistema de abastecimento de água do Distrito de Piquirivaí;  
78 3) Expansão da rede de esgoto sanitário no distrito sede; 4) Manutenção,  
79 melhorias e ampliação da capacidade de tratamento das Estações de  
80 Tratamento de Esgoto (ETE) Rio Km 119 e Rio do Campo; 5) Implantação de  
81 unidade de recebimento e processamento de recicláveis; 6) Ampliação,  
82 recuperação, manutenção e melhorias do aterro sanitário; 7) Construção de  
83 células para disposição final do lixo urbano; 8) Implantação de usina de triagem  
84 e compostagem; 9) Aquisição de terreno e implantação de novo cemitério  
85 municipal; 10) Reforma e melhorias na estrutura do cemitério São Judas Tadeu,  
86 totalizando um valor de R\$ 8.880.000,00 (oito milhões oitocentos e oitenta mil  
87 reais). João Paulo da Rosa lembrou que os itens três e quatro de Infraestrutura  
88 Urbana, acima mencionados, são ações a serem desenvolvidas pela  
89 concessionária de água e esgoto, em atendimento ao Plano de Saneamento, por

---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87301-140

TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ (MF) N.º 75.904.524/0001-06

www.campomourao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br



# Campo Mourão

Cidade Escola

90 isso não constam valores para eles. Observou também que no caso do item  
 91 cinco os barracões que se pretende construir serão destinados às cooperativas  
 92 já existentes na cidade. Na área de Habitação foram elencadas as seguintes  
 93 ações: 1) Urbanização de glebas urbanas para construção de moradia popular;  
 94 2) Plano de urbanização e regularização fundiária da Chácara Alcântara, na  
 95 região do Jardim Pio XII; 3) Transferência de ocupações irregulares de APPs,  
 96 totalizando um valor de R\$ 2.810.000,00 (dois milhões oitocentos e dez mil  
 97 reais). Com relação aos investimentos em Desenvolvimento Rural, temos: 1)  
 98 Manutenção, conservação, cascalhamento e compactação de estrada rurais; 2)  
 99 Pavimentação asfáltica de estradas rurais – Estrada Barreiro das Frutas; 3)  
 100 Pavimentação poliédrica de estradas rurais – Estrada Barreiro das Frutas; 4)  
 101 Abastecimento rural de água potável; 5) Manutenção e conservação de pontes  
 102 rurais; 6) Patrulhas rurais mecanizadas – visando o fortalecimento da agricultura  
 103 familiar, totalizando um valor de R\$ 9.030.762,00 (nove milhões e trinta mil  
 104 setecentos e sessenta e dois reais). Para o setor de Desenvolvimento  
 105 Econômico enumeram-se as seguintes ações: 1) Implantação de barracões  
 106 industriais/ prestadores de serviço, sendo que essa ação visa à implantação de  
 107 barracões industriais e aquisição de terreno; 2) Urbanização de gleba para  
 108 implantação de barracões industriais/comerciais. Essa ação prevê a implantação  
 109 de parque industrial à margem da BR272 (em frente ao Parque Industrial I); 3)  
 110 Reforma e manutenção do Parque de Exposições Getúlio Ferrari; 4) Construção  
 111 do Centro de Eventos – conclusão 1ª Fase (continuação da obra que está  
 112 paralisada); 5) Construção do Centro de Eventos – 2ª Fase; 6) Construção do  
 113 CEITEC, Centro Tecnológico – espaço de empreendedorismo e inovação  
 114 voltado para jovens empreendedores, com o objetivo de apoiar as startups e  
 115 projetos de base tecnológica. As ações voltadas ao Desenvolvimento Econômico  
 116 somam R\$ 8.831.625,00 (oito milhões oitocentos e trinta e um mil seiscentos e  
 117 vinte e cinco reais). Cristiano Calixto, Secretário do Controle, Fiscalização e  
 118 Ouvidoria, questionou o que compreende o item “Abastecimento rural de água  
 119 potável”. João Paulo da Rosa explicou que seriam melhorias no acesso à água  
 120 na área rural, como por exemplo, poços artesianos. Luiz Carlos Malavazi  
 121 acrescentou que algumas dessas ações foram previstas em convênio com a  
 122 Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná. Fabrícia Bronzel, Secretária  
 123 da Ação Social, perguntou sobre o item “Plano de urbanização e regularização  
 124 fundiária da Chácara Alcântara”. João Paulo da Rosa explicou que o item  
 125 “Regularização da Chácara Alcântara” vem das ações constantes no Plano de  
 126 Ação de Investimento de dois mil e doze, pois o município ainda não conseguiu  
 127 cumprir essa ação, que trata da regularização de área ocupada irregularmente.  
 128 Fabrícia Bronzel também perguntou sobre o item “Urbanização de glebas  
 129 urbanas para construção de moradia popular”, o que exatamente seria. João  
 130 Paulo da Rosa disse que são terrenos que precisam ser urbanizados, com  
 131 abertura de vias, rede de água e energia, entre outros, tornando o terreno apto  
 132 para construção de moradias. João Paulo da Rosa deu continuidade e  
 133 apresentou as ações voltadas para Preservação e Conservação Ambiental: 1)  
 134 Desocupação gradativa de áreas de preservação permanentes rurais e urbanas;  
 135 2) Reabilitação de áreas degradadas e reflorestamento ciliar (rural e urbana); 3)

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87301-140

TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ (MF) N.º 75.904.524/0001-06

www.campomourao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br



# Campo Mourão

Cidade Escola

136 Reforma, melhorias e manutenção de Parques Municipais (Estação do Cerrado,  
 137 Parque do Lago, Parque Gralha Azul, Parque Municipal da Torres, Parque  
 138 Municipal Governador Pedro Parigot de Souza e Parque Municipal Distrito  
 139 Industrial I); 4) Implantação de Parques Municipais (Estação do Cerrado II,  
 140 Pedreira DER e parque entre Jardins Araucária e Gutierrez); 5) Implantação e  
 141 revitalização de praças (Praça Pedro Paulo Walker – Jardim Santa Cruz, Praças  
 142 nos Jardins América, Três Marias e Jardim Alvorada – Rua da Soja e  
 143 Revitalização da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto – Praça do Fórum); 6)  
 144 Reforma e manutenção de praças (Getúlio Vargas, São José, Alvorada (Lar  
 145 Paraná) e da Amizade (Ilha Bela); 7) Revitalização do Horto Municipal; 8)  
 146 Elaboração do Plano de Educação Ambiental; 9) Implementação do  
 147 Licenciamento Ambiental pelo Município, totalizando R\$ 8.000.000,00 (oito  
 148 milhões), destacando-se principalmente as ações de manutenção dos Parques.  
 149 Com relação aos equipamentos de saúde, citou: 1) Construção de novo prédio  
 150 para unidade de saúde Jardim Paulista (processo licitatório concluído); 2)  
 151 Construção unidade de saúde Jardim Europa; 3) Construção de novo prédio  
 152 para unidade de saúde Vila Urupês; 4) Reforma de unidade de saúde –  
 153 Germano Traple (Cohapar); 5) Reforma de unidade de saúde – Centro Social  
 154 urbano; 6) Construção de unidade de saúde Jardim Albuquerque; 7) Implantação  
 155 do Centro de Especialidades Odontológicas CEOCAM; 8) Implantação de  
 156 Centros de Atendimento da Mulher e da Criança; 9) Reforma e ampliação de  
 157 unidades de saúde; 10) Aquisição de veículos para atendimento de saúde,  
 158 totalizando um valor de R\$ 7.990.671,68 (sete milhões novecentos e noventa mil  
 159 seiscentos e setenta e um reais e sessenta e oito centavos). João Paulo seguiu  
 160 falando dos investimentos previstos para Educação que somam R\$  
 161 12.593.026,19 (doze milhões quinhentos e noventa e três mil vinte e seis reais e  
 162 dezenove centavos): 1) Construção do CMEI Mundo Encantado – Jd. Flora (em  
 163 execução); 2) Construção do CMEI Primeiros Passos – Jd. Avelino Piacentini  
 164 (em execução); 3) Construção do Escola Municipal Gurilândia – Centro; 4)  
 165 Construção do Escola Municipal Prof. Clarinha Wencel Casimiro – Jd. Avelino  
 166 Piacentini (em conclusão); 5) Construção da Quadra de Esportes da Esc. Mun.  
 167 Prof. Clarinha Wencel Casimiro; 6) Reforma e ampliação de CMEI's e  
 168 estabelecimentos escolares; 7) Incorporação de tecnologia de informação e  
 169 comunicação; 8) Construção de Escola nas imediações Jd. Santa Cruz/Batel, a  
 170 qual será executada com recursos do Estado. Falou também dos investimentos  
 171 na área de Recreação, Esporte e Lazer, sendo esses: 1) Construção e reforma  
 172 de campos de futebol; 2) Praça da Juventude: construção de Bloco Esportivo e  
 173 melhorias na estrutura existente (em execução); 3) Construção e Reforma de  
 174 ginásios de esportes. A ação visa a construção de novo ginásio de esportes e a  
 175 reforma do Ginásio JK, Walterlei de Oliveira (Lar Paraná) e Aroldo Gonçalves  
 176 Neto (Vila Urupês); 4) Reforma de estádios de futebol (Roberto Brzezinski,  
 177 Amadores e Piquirivaí); 5) Reforma e ampliação da Cancha de Bocha da Vila  
 178 Urupês; 6) Construção, reforma e manutenção de quadras poliesportivas,  
 179 totalizando R\$ 8.984.695,30 (oito milhões novecentos e oitenta e quatro reais  
 180 seiscentos e noventa e cinco reais e trinta centavos). Valdir Bonete, da  
 181 Assessoria da Comunicação do Município de Campo Mourão, sugeriu que o item

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87301-140

TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ (MF) N.º 75.904.524/0001-06

www.campomourao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br



# Campo Mourão

Cidade Escola

182 “Reforma de estádios de futebol” seja alterado para melhorias em estádios.  
183 Edson Battilani, Vereador de Campo Mourão, questionou porque não foi prevista  
184 nenhuma ação voltada ao esporte para deficientes. Ele sugeriu adaptar a quadra  
185 do CSU (Centro Social Urbano) para deficientes. Falou também das carências  
186 dessas pessoas e dos alunos da APAE que necessitam muito de incentivo para  
187 atividades esportivas. João Paulo da Rosa concordou com a relevância da  
188 questão e disse que isso poderá ser colocado em Ata e se houver concordância  
189 de todos incluído no PAI alguma ação que atenda a essa necessidade. Fabrícia  
190 Bronzel questionou sobre o item oito da área da Saúde “Implantação de Centros  
191 de Atendimento da Mulher e da Criança”, disse que a Secretaria de Ação Social  
192 também tem algumas ações nesse sentido. Simone de Cássia Padilha explicou  
193 que se trata de um Programa da Secretaria do Estado voltado para Mulheres e  
194 Crianças. João Paulo da Rosa perguntou quais ações são desenvolvidas pela  
195 Secretaria de Ação Social. Fabrícia Bronzel disse que a Secretaria desenvolve  
196 medidas no combate a violência contra a mulher e na proteção da criança e do  
197 adolescente. João Paulo disse que quando o PAI foi apresentado no Concidade  
198 ainda não tinha recebido todo o material da Secretaria de Ação Social e faz a  
199 leitura do texto relacionado às ações da Assistência Social: 1) Construção de  
200 Unidades para o funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de  
201 Vínculos; 2) Reforma, ampliação e adaptação de instalações físicas; 3)  
202 Implantação de Centros Dias para Idosos e Pessoas com Deficiência; 4)  
203 Construção de Restaurante Popular; 5) Construção de sede para o Conselho  
204 Tutelar; 6) Construção de unidade do CREAS; 7) Construção de unidade do  
205 CRAS, totalizando R\$ 7.254.688,76 (sete milhões duzentos e cinquenta e quatro  
206 mil seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos). Em seguida, João  
207 Paulo da Rosa apresentou a previsão de investimentos em equipamentos de  
208 Cultura: 1) Manutenção e adequação de instalações físicas (Teatro Municipal,  
209 Casa da Música, Museu Municipal, Biblioteca e Casa da Cultura, Recanto dos  
210 Tropeiros, Biblioteca do Lar Paraná e Biblioteca Cidadã); 2) Construção de  
211 Barracão Cenotécnico; 3) Construção de Barracão Oficina das Artes; 4)  
212 Aquisição de Veículo para Transporte - Carga e Pessoas, somando R\$  
213 1.470.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta mil reais), ressaltou a  
214 necessidade de adequações no Teatro Municipal. Ele finalizou a apresentação  
215 mostrando um quadro com o total dos investimentos prioritários com recursos  
216 previstos que somam pouco mais de duzentos e onze milhões e como ficaram  
217 distribuídos os valores para cada área de atuação, enfatizou que a parcela maior  
218 dos recursos serão alocados em vias urbanas e que grande parte das ações  
219 serão provenientes de financiamentos e convênios federais e estaduais, uma  
220 vez que o município dispõe de poucos recursos próprios para investimentos,  
221 devido as despesas já existentes. Cristiano Calixto questionou se essa previsão  
222 de investimentos é até o ano de dois mil e vinte dois. João Paulo da Rosa  
223 respondeu que sim. Edson Battilani perguntou se não consta nada para a  
224 manutenção administrativa. Simone de Cássia Padilha falou que em  
225 “Planejamento e Gestão Pública”, o item “Aquisição de mobiliário e  
226 equipamentos” se refere a isso. Luiz Carlos Malavazi complementou que o item  
227 citado por Simone refere-se a um financiamento junto ao Banco do Brasil. Edson

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ**

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87301-140

TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ (MF) N.º 75.904.524/0001-06

www.campomourao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br



# Campo Mourão

Cidade Escola

228 Battilani questionou também se foi previsto aquisição de veículos apenas para a  
229 Secretaria de Saúde. Cristiano Calixto comentou que a Secretaria de Controle,  
230 Fiscalização e Ouvidoria tem previsão para aquisição de veículos. Edson  
231 Battilani disse que outras secretarias também precisam de veículos para  
232 executar seu serviço, citou como exemplo a Secretaria de Ação Social, na qual  
233 percebe que muitas vezes os profissionais deixam de prestar um serviço  
234 necessário à população por falta de veículos. Fabrícia Bronzel confirmou que a  
235 Secretaria de Ação Social realmente necessita de novos veículos, disse ainda  
236 que lá existem dois veículos que são de programas específicos, mas não podem  
237 ser usados para outras atividades. Marina de Freitas Barbosa, da Secretaria  
238 Municipal de Educação, comentou que na sua secretaria também há carência de  
239 veículos. Edson Battilani disse que de fato veículos adquiridos em parcerias  
240 específicas não podem ser utilizados para outras finalidades senão a que o  
241 programa estabelece. Tânia Aparecida Caetano Pinto Silveira, Secretária de  
242 Educação, comentou que a secretaria possui dois veículos, porém alguns estão  
243 vinculados para utilização em atividades específicas. Edson Battilani enfatizou  
244 que isso precisa ser revisto. Luiz Carlos Malavazi comentou que às vezes a  
245 secretaria tem carro, mas não tem motorista habilitado para utilizar o veículo.  
246 Edson Battilani defendeu que isso deve ser previsto nas atribuições dos cargos  
247 quando é realizado o concurso público. Luiz Carlos Malavazi questionou sobre o  
248 item Infraestrutura Rural, disse que consta apenas a Estrada Barreiro das Frutas,  
249 e sugeriu um item como pavimentação primária para Estradas Rurais. Ele  
250 também comentou da possibilidade de adquirir um britador, e usar a rocha como  
251 base para pavimentação das estradas rurais. João Paulo da Rosa sugeriu que  
252 em outro momento Luiz Carlos Malavazi o procure para revisar essa ação e  
253 readequar conforme necessidade. Luiz Carlos Malavazi perguntou sobre a  
254 Revisão do Plano Diretor. João Paulo da Rosa disse que faltam duas leis  
255 (Código de Posturas e Código de Edificação e Obras) para serem revisadas, as  
256 quais são exigências para a revisão do Plano Diretor. Luiz Carlos Malavazi disse  
257 que na revisão do Plano Diretor poderia incluir o Condomínio Rural. Simone de  
258 Cássia Padilha falou que a Revisão do Plano Diretor começa em dois mil e vinte.  
259 João Paulo da Rosa explicou que o Plano Diretor deve ser revisado junto com as  
260 outras leis. Luiz Carlos Malavazi explicou ainda que com isso as pessoas  
261 poderiam comprar um terreno, por exemplo, na Usina e transformar em um  
262 Condomínio Rural, desta forma poderia parcelar em áreas rurais, criar animais,  
263 utilizar como área de lazer e dividir despesas como a de caseiro. Ele afirmou  
264 ainda que já conversou com pessoas que questionaram sobre se ter essa  
265 possibilidade. Edson Battilani disse que não tem essa previsão na Lei de Uso e  
266 Ocupação do Solo. Em seguida, ele perguntou sobre as ações relacionadas ao  
267 Trânsito na cidade. João Paulo da Rosa citou algumas ações entre elas a  
268 abertura de vias. Edson Battilani questionou que não aparece nenhuma ação  
269 concreta para melhorar o trânsito caótico da cidade, ele defendeu que devem ser  
270 adotadas medidas para fazer fluir melhor o trânsito. João Paulo da Rosa falou  
271 que também estão previstas ações referentes à sinalização de vias urbanas, a  
272 implantação de sistema rotativo pago, ciclovias, sinalização horizontal e vertical.  
273 Márcio Carraro Rocha comentou que acredita que o sistema rotativo pago vai

---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87301-140

TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ (MF) N.º 75.904.524/0001-06

www.campomourao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br



# Campo Mourão

Cidade Escola

274 melhorar muito o trânsito na área central. Edson Battilani comentou sobre  
275 implantação do sistema binário e semáforos. Perguntou também se foi levado  
276 em consideração o Plano de Mobilidade Urbana na elaboração do PAI. João  
277 Paulo da Rosa respondeu que o Plano de Mobilidade Urbana foi considerado no  
278 PAI e que o sistema binário está contido no Plano de Mobilidade Urbana. Edson  
279 Battilani ressaltou que a população tem cobrado medidas para maior eficiência  
280 no trânsito. Luiz Carlos Malavazi questionou sobre a Vila Guarujá, se tem  
281 previsão de melhorias para aquela região. Márcio Carraro da Rocha disse que já  
282 está quase tudo concluído, e a DRZ emitirá os documentos. Simone de Cássia  
283 Padilha explicou que os projetos estão sendo entregues junto com a  
284 regularização da Vila Guarujá. Márcia Carraro da Rocha acrescentou que com a  
285 regularização da documentação ficará mais fácil à captação de recursos para  
286 melhorias na referida Vila. Luiz Carlos Malavazi perguntou se no próximo ano sai  
287 alguma coisa para lá. Simone de Cássia Padilha disse que se o município  
288 conseguir recursos serão feitas melhorias e lembrou que essa questão está  
289 sendo priorizada na captação de recursos. Fabrícia Bronzel pediu para falar  
290 novamente dos investimentos em Habitação. João Paulo da Rosa mostrou  
291 novamente as ações previstas para essa área. Edson Battilani disse que com  
292 relação ao item três "Transferência de ocupações irregulares de APPs (Áreas de  
293 Preservação Permanente)" o valor é muito pouco e perguntou sobre o caso das  
294 invasões urbanas, sobre a questão jurídica, se o município tem algum custo com  
295 a regularização. Levi Queiroz, Diretor da Assessoria de Governo do Município de  
296 Campo Mourão, informou que geralmente nessas situações o município não tem  
297 custos, porém João Paulo da Rosa observou que em algumas situações esse  
298 trabalho gera despesas. Luiz Carlos Malavazi perguntou se o município tem  
299 informação de quantas são as áreas invadidas. Cristiano Calixto citou uma área  
300 no Jardim Santa Cruz. Edson Battilani perguntou se tem previsão de  
301 investimentos na área ambiental para Comunidade São Francisco, no Cohapar.  
302 João Paulo da Rosa disse que o item "Reabilitação de áreas degradadas e  
303 reflorestamento ciliar (rural e urbana)" em Preservação e Conservação Ambiental  
304 está relacionado a isso. Cristiano Calixto perguntou sobre questões  
305 administrativas e a respeito o prédio do Fórum se já tem uma destinação para o  
306 local, e se tem previsão de adaptações no prédio. Simone de Cássia Padilha  
307 disse que ainda não dá para prever o valor para as adaptações do prédio, pois  
308 vai depender de qual secretaria vai ocupá-lo. Ela disse que existem várias  
309 opções, a Secretária de Educação é uma delas, mas ainda não foi definido  
310 nada. João Paulo da Rosa concluiu: São essas as ações que fazem parte do  
311 Plano de Ação de Investimentos 2018-2022, já passou pelo Concidade e ainda  
312 será encaminhado para aprovação na Câmara de Vereadores. Edson Battilani  
313 perguntou se tem prazo para Câmara aprovar o Plano de Ação e Investimentos.  
314 Simone de Cássia Padilha disse que o prazo final é trinta de dezembro de dois  
315 mil e dezoito. Edson Battilani pediu para agilizar e se possível encaminhá-lo para  
316 a Câmara de Vereadores até o final de outubro, para que os vereadores tenham  
317 tempo de estudar o documento antes da aprovação. Ele ressaltou ainda que  
318 sempre há reclamações pelo fato de documentos serem enviados com prazo  
319 muito curto para análise da Câmara. João Paulo da Rosa disse que fará as

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ**

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87301-140

TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ (MF) N.º 75.904.524/0001-06

www.campomourao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br



# Campo Mourão

Cidade Escola

320 alterações discutidas nesta audiência, finalizando o encaminhá para  
321 Procuradoria Jurídica e na sequência seguirá para Câmara de Vereadores.  
322 Simone de Cássia Padilha disse que inicialmente a intenção seria enviá-lo para a  
323 Câmara de Vereadores no final de julho, ela disse que a Secretaria do  
324 Planejamento vem conversando com as demais secretarias a algum tempo para  
325 definir as ações prioritárias de cada área, mas que ainda hoje com o documento  
326 pronto tem pontos que estão sendo discutidos, pois há secretários querendo  
327 acrescentar mais coisas, porém para isso é necessário diminuir recursos de  
328 outras ações. Edson Battilani comentou que de um modo geral acha simples o  
329 processo. Luiz Carlos Malavazi disse que o valor de cento e setenta mil reais  
330 destinados às melhorias do Aeroporto Municipal é muito baixo, disse que uma  
331 das licitações já fechou em cem mil reais e ainda falta muita coisa a ser feita.  
332 João Paulo da Rosa ressaltou que os valores informados no Plano de Ação e  
333 Investimento não representam com exata fidelidade o que será gasto em um  
334 empreendimento. Disse que se deve usar de força política para conseguir captar  
335 recursos para complementar esses empreendimentos, pois a capacidade de  
336 investimento do município com recursos próprios é muito pequena, por isso que  
337 muitos valores estão baixos, e precisam do auxílio do governo federal, estadual  
338 e outras entidades para realizar a maioria das obras. Ele disse ainda que a  
339 primeira previsão ficou na casa dos duzentos e sessenta milhões, mas que  
340 devido à baixa capacidade de investimento do município teve que diminuir para  
341 duzentos e onze milhões e adequar as ações dentro desse valor. Ele lembrou  
342 também que o Plano de Ação e Investimento não é uma peça rígida, não  
343 engessa as ações, pode sofrer alterações se houver necessidade. Maria Rosana  
344 Sanches, da Secretaria de Ação Social, pediu para rever os valores das ações  
345 relacionadas à Ação Social. Fabrícia Bronzel falou que está faltando algumas  
346 ações. Maria Rosana Sanches complementou que a Reforma do Albergue e  
347 outras reformas num valor aproximado de quinhentos mil reais não estão  
348 constando na relação. Também falou que necessitam de recursos para a Escola  
349 do Trabalho, que está desativada no momento, sendo que para a construção de  
350 um novo prédio necessitariam de aproximadamente um milhão e duzentos mil  
351 reais ou a reforma que demandaria de quinhentos a seiscentos mil reais. Ela  
352 comentou ainda que a estrutura do Albergue é boa, mas necessita de muitas  
353 adequações. O item de "Reforma, ampliação e adaptação de instalações físicas"  
354 com valor de trezentos e dez mil não é suficiente para contemplar as reformas  
355 desses ambientes. João Paulo da Rosa defendeu que se essas ações são  
356 prioritárias e se todos concordarem poderá ser incluído no Plano de Ação e  
357 Investimentos. Ele perguntou se já tem dotação orçamentária para essas  
358 reformas. Maria Rosana Sanches disse que foi previsto um valor menor, mas  
359 que agora é necessário revê-los para ficarem próximos do que de fato será  
360 gasto. Fabrícia Bronzel acrescentou que a Escola do Trabalho necessita com  
361 urgência de uma reforma para poder utilizar os equipamentos que lá estão.  
362 Diante disso, João Paulo da Rosa disse que as ações de reforma do Albergue e  
363 Escola do trabalho poderão ser incorporadas ao PAI, porém para equilibrar os  
364 valores terão que ser feitos cortes em outras áreas. Ele comentou ainda que  
365 essas ações não foram incluídas anteriormente, pois quando as recebeu o Plano

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ**

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87301-140

TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ (MF) N.º 75.904.524/0001-06

www.campomourao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br



# **Campo Mourão**

*Cidade Escola*

366 de Ação e Investimentos já tinha sido tido anuência do Concidade, devido a isso  
367 esperou a realização desta Audiência Pública para poder inclui-las. João Paulo  
368 da Rosa assumiu ainda o compromisso de enviar o documento para aprovação  
369 na Câmara de Vereadores até o final do mês de Outubro. Edson Battilani criticou  
370 a falta da participação dos cidadãos na Audiência Pública, ressaltando a  
371 importância da participação da população nesses eventos para legitimar o seu  
372 papel de cidadão. Simone de Cássia Padilha agradeceu a presença de todos e  
373 declarou encerrada a Audiência Pública às vinte horas e quinze minutos.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ**

RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87301-140

TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ (MF) N.º 75.904.524/0001-06

www.campomourao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br

**PAI – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO**  
**Audiência Pública**

Local: Centro da Juventude Itachir Tagliari  
Data: 18 de Outubro de 2018 – 19:00 Hrs

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE
Sulci G. de Camargo	SEPLA	sulci.camargo@campomourao.pr.gov.br	3518-1148
Gláucia Rosana Jauchz	Juoso	rosana.jauchz@gmail.com	3518-4400
Silvana A. Rojas Pereira	SEASO - CREAS	silvanapereira0311@gmail.com	3518-4408
Aldemar R. Silva	SEFAD	Aldeemar@gmail.com	3518-1155
Luz Carlos MALAVAZI	SEOSP		99926-0483
Levi Ghormy Pato	SEAPD	ADV. LEVI GHORMY PATO	9.98345600
Simone de C. Paduê	SEPLA		3518-1135
Wilfano Nabix	SEFO	calixto.zdr@uol.com.br	99981978
Manoel C. Passa	SEPIA	emmanuelcmano@gmail.com	988273171

PAI – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO

Audiência Pública

Local: Centro da Juventude Itachir Tagliari  
 Data: 18 de Outubro de 2018 – 19:00 Hrs

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE
EDSON BATILLARI	Câmara Municipal	EdsonBatilli@Hotmail.com	984029187
Mariana de Freitas Barbosa	SECED		999441096
Jánicia Costano	SECED		999231848
Luciã Ar Feltrin Jiten	SEPLA	lucia.pfelter@com@gmail.com	99826-7633
Moncelo Olmeida	FEAM	moncelo@moncelo@bol.com.br	998289575
Uelso P. de Souza	AMGRA	uelso@uelso70@yahoo.com.br	99954-9478
Wellington Souza	Cejuc / Seaso	wellington_souza79@hotmail.com	99919 7980
José Carlos de Souza	Seaso	joseluis@seaso.com.br	98404-7025
Vádir Bonete	ASCOM	VADIRBONETE@HOTMAIL.COM	99958-6792

**PAI – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO**  
Audiência Pública

Local: Centro da Juventude Itachir Tagliari  
 Data: 18 de Outubro de 2018 – 19:00 Hrs

NOME	ENTIDADE	E-MAIL	TELEFONE
Levi Junior	Observatório S		
JOÃO PAULO DA ROSA	SEPLA		



Foto 01: Registro Fotográfico Audiência Pública – Centro da Juventude 18/10/2018



Foto 02: Registro Fotográfico Audiência Pública – Centro da Juventude 18/10/2018



Foto 03: Registro Fotográfico Audiência Pública – Centro da Juventude  
18/10/2018

### 4.3 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMPO MOURÃO – CODECAM



#### ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DOIS MIL E DEZOITO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMPO MOURÃO – CODECAM.

1 Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se  
2 se no Auditório da Associação Comercial e Industrial – ACICAM, sito à Avenida  
3 Irmãos Pereira, 963 – Centro, neste Município, os seguintes senhores (as): Ana  
4 Maria M. Klein, representante do Conselho Municipal de Saúde – COMUS; Anderson  
5 Luiz Vidigal, representante do SESI/SENAI; Ater Cristofoli, representante do FIEP;  
6 Carlos Alberto Facco; representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;  
7 Carolina Sequinel, representante do Observatório Social; Cleverson José  
8 Gonçalves, representante do Hospital Santa Casa; Damares Ferreira, representante  
9 da OAB/CODECAM; Edson Battilani, representante da Câmara Municipal; Elen  
10 Paula Leatte, representante do Centro Universitário Integrado; Fernando Yukio  
11 Mizote, representante do SINDIMETAL; Getulio Ferrari Jr., representante do Hospital  
12 Santa Casa; João Paulo da Rosa, representante da Secretaria do Planejamento;  
13 Josiel Nascimento, representante do Sindicato Rural - SENAR; Luís Marcos  
14 Mancebo Campos, representante do CODECAM; Pedrinho Nespolo, representante  
15 do CONJOVE/ACICAM; Rafael F. Pequito Lima, representante da UTFPR; Raphael  
16 Menechini Neto, representante do CONJOVE/ACICAM; Roberta Serato,  
17 representante do gabinete do vereador Luiz Alfredo; Roberval M. Ruscetto,  
18 representante do Observatório Social; Rony Peterson da Rocha e Thays Perassoli  
19 Boiko, representantes da UNESPAR/EPA. **A reunião foi aberta às oito horas e**  
20 **quinze minutos pelo Presidente do CODECAM Luís Marcos Campos.** Luís  
21 Marcos cumprimentou a todos e fez a leitura da **Pauta da Reunião**: Plano de Ação  
22 e Investimentos do Plano Diretor Municipal. Após, deu boas vindas ao João Paulo  
23 da Rosa, condutor da reunião, representando a Secretária do Planejamento, Simone  
24 de Cássia Padilha; sendo acatado por todos. Na sequência, João Paulo mostrou o  
25 termo de compromisso que o município assumiu com o governo do estado, assinado  
26 pelo secretário do desenvolvimento urbano da época, Ratinho Junior, em que o  
27 município comprometeu a se adequar ao plano de ação e investimentos, assim  
28 como, as duas leis, devendo aprovar até o dia trinta e um de dezembro. Ele  
29 acrescentou que foi realizado um cronograma, estabelecendo quais ações o  
30 município deveria executar, bem como, apresentou um quadro indicativo em que  
31 consta o plano de ações e investimentos em andamento. Ele continuou dizendo que  
32 o plano foi aprovado em uma reunião no Conselho Municipal da Cidade -  
33 CONCIDADE e repassado para audiência pública, obtendo adequação ao código de  
34 posturas e código de identificações e obras. Ressaltou ainda, que o código de ação  
35 e investimentos está sendo discutido atualmente e o código de posturas se encontra  
36 em andamento na procuradoria jurídica, responsável pela revisão, abordando o  
37 início do trâmite no dia trinta de julho, em que o plano foi apresentado aos secretários  
38 do município, discutido e aprovado pelo CONCIDADE no dia trinta de agosto e por  
39 fim, encaminhado para audiência pública, relatada anteriormente. Mencionou

40 também, na última reunião do CONCIDADE foram apresentadas as ações  
41 modificadas na audiência. Após breve resumo dos fatos, abordou que a metodologia  
42 utilizada, por meio da revisão do planejamento vigente até dois mil e doze e  
43 verificação das ações já realizadas e as serão executadas, sendo que as aquelas  
44 que perderam o interesse público, são discutidas com os secretários para que sejam  
45 retiradas as situações e se chegue ao movimento atual de incorporação das novas  
46 ações, plano de governo, plano plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias  
47 (LDO). Em previsão das obras futuras, comentou que foi realizado um estudo da  
48 receita, ou seja, a capacidade de investimento do município, com o auxílio da  
49 secretaria municipal de contabilidade e elaborado uma metodologia a ser adotada  
50 por todo o município, através do levantamento de cinco anos atrás, bem como,  
51 projetos e planos à frente. Entretanto, afirmou que há receitas de capital a serem  
52 arrecadadas, compondo quinze milhões em receita e cinco milhões de convênios,  
53 estimando-se que dois por cento da receita atual possa ser investida em obras  
54 também e três por cento dos convênios em ações, totalizando quase oito milhões de  
55 recursos próprios, porém, o município teria que investir dois por cento da receita  
56 para isso acontecer. Também comentou que é uma projeção positiva e que o difícil  
57 são as operações de crédito, pois se o município não fizer essa operação, somado  
58 com os convênios, não será possível realizar ações. Ele disse que as operações de  
59 créditos são os financiamentos e que ações estão sendo feitas com esse tipo de  
60 recurso, assim como, por convênios, ou seja, receitas parlamentares, conseguidas  
61 direto via ministérios, exemplificando que a constituição das escolas pelo Fundo  
62 Nacional de Educação e outros eventos relacionados a educação que chegam para  
63 o município realizar ações, entrarão no recurso se forem cadastradas e  
64 contempladas. Isso, refere-se à projeção do município, baseada em anos anteriores,  
65 a partir constituição de operações de crédito, cuja de maior importância, bem como  
66 a realização de ações, em consonância aos recursos próprios, convênios e  
67 empresas, totalizando duzentos e onze milhões. Ele relatou as ações a serem  
68 apresentadas já estão definidas e algumas foram iniciadas neste ano, mencionando  
69 que o ex-secretário de fazenda, Beto Pequeto, afirmava que o município não  
70 conseguiria prever dois e três por cento, pois, se não fizesse adequação para  
71 aumentar, não conseguiria recurso próprio para investir, dependendo assim, de  
72 políticas ou parcerias com o estado. João Paulo mencionou que as ações estão  
73 divididas em quatro setores, sendo estes: a) Planejamento e Gestão Municipal, no  
74 qual contém como primeira ação, revisão do plano diretor municipal, cuja validade  
75 computará de dois mil e vinte até dois até dois mil e trinta e dois; b) Criação da base  
76 cartográfica, já estando em andamento, cujo valor estimado é quatrocentos e  
77 noventa mil, no qual servirá para a organização do município, atualização do IPTU  
78 e para que como em Cascavel, cada contribuinte possa clicar no lote e permitir a  
79 zona de adequação para chegar a uma base; c) Reforma do Barracão para  
80 Almoxarifado Central, a partir da reforma de algum barracão, estimando-se  
81 trezentos e nova mil reais; e d) Aquisição de Mobiliário e Equipamento, referindo-se  
82 a uma conta convênio em andamento, que inclusive, foi assinada na ACICAM. Em  
83 resumo, abordou que essas ações, somam seis milhões de reais até os próximos  
84 quatro anos, pois a proposta é elaborar um plano até dois mil e vinte e dois, em que

85 contemple por dez anos, ou seja, até dois mil e trinta e dois. Ele iniciou a  
86 apresentação das ações, mostrando um quadro dos valores mais alto no plano de  
87 ação e investimento, cuja consta, pavimentações, recapeamento e sinalização de  
88 vias com acesso principal, a ser realizadas nos bairros mais necessitados ou que  
89 possam ocasionar processos erosivos, assim como, em vias que fazem ligação ou  
90 contemplam o transporte coletivo, destacando os seguintes bairros: a) Santa Cruz;  
91 b) Silvana; c) Tropical I; d) Tropical II; e) Paulista; f) Nossa Senhora Aparecida; g)  
92 Araucária; h) Shangrila; i) Gutierrez; j) Maia, Modelo; k) Cidade Nova e l) Mundo  
93 novo. Em síntese, contou que os bairros mais necessitados precisam de  
94 pavimentação, por ser ruas que fazem ligação. No entanto, também estão previstas  
95 dentro do mesmo quadro: a) Acrescentar via central até a marginal do Campus  
96 UTFPR e UNESPAR; b) Pavimentar e fazer o acesso da rua vinte e sete de  
97 dezembro, cuja é uma estrada de terra que proporciona o acesso direto do jardim  
98 paulino até a UNESPAR; c) Complementar a pavimentação da Avenida Pedro  
99 Viriato em toda a extensão; e d) concluir a Avenida das Torres, permitindo a ligação  
100 do jardim cidade nova até a região do parque do lago. Em resumo, as ações  
101 elencadas anteriormente, totalizam cento e quatro milhões de reais em recursos. Ele  
102 também comentou que também está prevista a sinalização horizontal e vertical,  
103 constando como baixo investimento, em que será dedicada na manutenção do  
104 serviço existente. Abarcando no segundo eixo, apresentou a previsão de  
105 implantação de ciclovias, conforme o Plano de Mobilidade Urbana, cujo valor estima-  
106 se em três milhões de reais. Logo, foram apresentadas duas possibilidades para  
107 construção das ciclovias, sendo: a) ligação do jardim américa até a UTFPR e b)  
108 ligação da ciclovia do lar paraná até a Coamo. Outra previsão exposta, está  
109 relacionada a melhorias do aeroporto municipal e a manutenção do serviço interno,  
110 os quais custariam cento e setenta mil reais. Foi sugerido pelo Ater Cristofoli,  
111 atualizar o IPTU com valores mais altos em alguns terrenos parados, pois os  
112 proprietários não sabem o que fazer e com esse aumento, ajudaria no aeroporto.  
113 Em complemento, o presidente da Câmara Municipal, Edson Battilani, mencionou  
114 que através do projeto, o município poderá cobrar taxas pelo gestor, tendo em vista  
115 que o plano de segurança permite planejar a operação de terrenos. Battilani, também  
116 afirmou que o aeroporto não pode gerar custos ao município, devendo ser  
117 autossuficiente por serem atividades privadas. João Paulo retomou a fala inicial,  
118 abordando que a melhoria a ser feita no aeroporto é relacionada acesso da rodovia.  
119 Adentrando em outra ação, relatou que também será mexido na infraestrutura da  
120 Vila Guarujá, tendo inclusive, sido realizada reunião na terça-feira (30) com a vila,  
121 ficando regularizada a situação e permitindo que o município inicie a captação de  
122 recursos para investir, totalizando em sete milhões. Diante dos questionários de  
123 Battilani, o palestrante afirmou que poderá ser realizada uma proposta voluntária ao  
124 Ministério da Cidade, por ser um órgão que tem financiado projetos desse tipo. João  
125 Paulo, também mostrou a previsão de investimentos em pontes urbanas, ligando as  
126 regiões leste a oeste, pois existem várias pontes inadequadas, sem passagem para  
127 pedestres e estreitas, exemplificando a ponte no jardim das torres. Na mesma  
128 perspectiva, Pedro Nespolo, perguntou se há previsão de obras na ponte que faz  
129 ligação ao jardim botânico, pois é estreita. Porém, foi afirmado não ter previsão.

130       Suscitou questionamento relacionados aos projetos, em que João Paulo afirmou  
131       estar sendo feita regularização fundiária, assim como, entregues os projetos, pois  
132       além da regularização, alguns lotes sofrerão modificações na geometria. Ater  
133       Cristófoli disse que o poder público está novamente pagando às custas do particular,  
134       questionando se na formação do loteamento, não teriam que ter feito pontes. Com  
135       isso, o João Paulo fez uma perspectiva, pois o município, pois teve uma legislação  
136       urbana frágil por muito tempo, a qual só começou a ser corrigida no plano diretor em  
137       dois mil e oito, obtendo aprovação somente em dois mil e doze, que por  
138       consequência, dificultou a exigência do poder público municipal. Nesse sentido, ele  
139       disse que o jardim tropical possui várias vias sem continuidade e estreitas, devido à  
140       pressão do mercado mobiliário, pois o município tem o objetivo de regulamentar as  
141       ruas estreitas e buscar qualidade de vida, enquanto o mercado imobiliário quer ruas  
142       mais estreitas para a construção do maior número de lotes. Relatou também, que  
143       através das novas legislações municipais, como exemplo da Lei nº 35/2015 que  
144       dispõe sobre o sistema viário urbano, abriu mais ferramentas para o município  
145       aprovar loteamentos com qualidade, pois as legislações estão mais fortes, devido  
146       análise realizada análise por grupos técnicos, repasse ao Conselho da Cidade e  
147       outros institutos de controle que ajudam no planejamento urbano. Entretanto,  
148       embora haja uma evolução nesse sentido, há um passivo. Getulio Ferrari disse que  
149       embora não esteja no plano, poderia ser realizada uma ligação pela Rua Harrison  
150       José Borges ou Rua São Paulo para chegar até o Hospital Santa casa, ou seja, uma  
151       ponte que faça a ligação dentro da cidade. Getúlio também comentou que existe um  
152       compromisso com o pessoal da loja HAVAN, para que realizarem a ligação, através  
153       da abertura de uma avenida paralela. João Paulo disse que caso fosse realizar a  
154       abertura a via, passaria por levas ainda, mas, por não haver loteamentos previstos  
155       para a Rua Harrison José Borges, seria viável a construção de uma via rápida  
156       partindo da área central. Ele também disse que é possível realizar a ligação até o  
157       Hospital Santa Casa, pois isso já foi para audiência pública e o plano ainda vai para  
158       a planta. Ater sugeriu ao Battilani e João Paulo, fazer uma reunião mais ampla, pois  
159       se ocorrer de o prefeito sentir-se acuado em projetos futuros, a sociedade apoiará o  
160       loteamento, desde que com a existência da ponte. Pedro Nespolo, questionou se a  
161       participação do Conselho da Cidade é condizente, tendo resposta positiva por parte  
162       do João Paulo, que também é suplente do CONCIDADE, o qual comentou que não  
163       há divergências na comunicação entre prefeitura e CONCIDADE, pois o conselho é  
164       formado por grupos técnicos com funcionários de carreira, cujas opiniões divergem,  
165       mas há representantes de diversas secretarias, como a secretaria do meio  
166       ambiente, bem como, possui engenheiros, advogados, fiscalização da vigilância  
167       sanitária e outros representantes, para obtenção de aprovação. O presidente do  
168       CODECAM, Luís Marcos, perguntou se o plano diretor é de dois mil e doze, sendo  
169       esclarecido que começou a ser elaborado em dois mil e oito, obtendo aprovação no  
170       ano de dois mil e doze e possuindo validade na lei por dez anos. Luís Marcos  
171       também mencionou que no Jardim Botânico há uma ponte sem resolver e perguntou  
172       se foi aprovada no plano diretor. Diante da pergunta, o Edson Battilani comentou  
173       que a ponte foi feita no segundo mandato do prefeito, Tauillo Tezelli, pois havia uma  
174       ponte estreita de madeira para que as crianças da região pudessem ir para escolas

175 ou creches, mas depois foi construída uma ponte de concreto que ficou até hoje. Em  
176 conclusão, Battilani afirmou na época em que foi autorizado o loteamento, deveriam  
177 ter construído uma ponte que aguentasse o trânsito atualmente, por isso do  
178 problema. Adentrando na área de transporte urbano e iluminação pública, foi  
179 mencionado quatro ações: a) Implantação e/ou revitalização de abrigo para  
180 passageiros; b) estações de transporte coletivo; c) Elaboração do Plano de  
181 Iluminação Pública e projeto para sua implantação; e d) Substituição de lâmpadas  
182 de maior eficiência, totalizando três milhões nas duas primeiras e oito milhões nas  
183 duas posteriores. João Paulo, afirmou que há escolas antigas precisando rever a  
184 iluminação. Ater Cristófoli, sugeriu a criação de uma lei estadual ou federal para os  
185 projetos de iluminação e transporte, mas o Battilani informou que falta dinheiro.  
186 Dentro do leque de infraestrutura urbana, foram apresentadas dez ações totalizando  
187 oito milhões: a) Ampliação e readequação da rede de drenagem pluvial; b)  
188 Readequação do sistema de abastecimento de água do Distrito de Piquirivaí; c)  
189 Expansão da rede de esgoto sanitário no distrito sede; d) Manutenção, melhorias e  
190 ampliação da capacidade de tratamento das Estações de Tratamento de Esgoto  
191 (ETE) Rio Km 119 e Rio do Campo; e) Implantação de unidade de recebimento e  
192 processamento de recicláveis; f) Ampliação, recuperação, manutenção e melhorias  
193 do aterro sanitário; g) Construção de células para disposição final do lixo urbano; h)  
194 Implantação de usina de triagem e compostagem; i) Aquisição de terreno e  
195 implantação de novo cemitério municipal; e j) Reforma e melhorias na estrutura do  
196 cemitério São Judas Tadeu. No eixo de habitação, há três ações: a) Urbanização de  
197 glebas urbanas para construção de moradia popular; b) Plano de urbanização e  
198 regularização fundiária da Chácara Alcântara – Jardim Pio XII; e c) Transferência de  
199 ocupações irregulares de APPs, totalizando três milhões de reais. Na reunião foi  
200 relatado a existência de comunidades rurais sem asfaltos e postos de água, por isso  
201 há previsão de obras de: a) Manutenção, conservação, cascalhamento e  
202 compactação de estrada rurais; b) Pavimentação asfáltica de estradas rurais, como  
203 a estrada do Barreiro das Frutas; c) Pavimentação poliédrica de estradas rurais,  
204 ressaltando a necessidade no Barreiro das Frutas novamente; d) Abastecimento  
205 rural de água potável; e) Manutenção e conservação de pontes rurais; e f) Patrulhas  
206 rurais mecanizadas – visando ao fortalecimento da agricultura familiar. Em se  
207 tratando de Desenvolvimento Econômico, há previsões de ações de a) Implantação  
208 de barracões industriais, b) Urbanização de gleba para implantação de barracões,  
209 como exemplo, a implantação de parque industrial à margem da BR272, de frente  
210 com Parque Industrial I; c) Reforma do Parque de Exposições; d) Construção de  
211 Centros de Eventos e Centro Tecnológico. Quanto aos projetos citados  
212 anteriormente, foram feitos projetos arquitetônicos, estando em fase de edital para  
213 contratar alguns projetos, enquanto outros serão realizados internamente, pois o  
214 objetivo é obter todos projetos para a aprovação nesse ano. Quanto a área de  
215 preservação ambiental, está previsto as seguintes ações: 1) Desocupação gradativa  
216 de áreas de preservação permanentes rurais e urbanas; 2) Reabilitação de áreas  
217 degradadas e reflorestamento ciliar (rural e urbana); 3) Reforma dos seguintes de  
218 Parques Municipais: Estação do Cerrado, Parque do Lago, Parque Gralha Azul,  
219 Parque Municipal da Torres, Parque Municipal Governador Pedro Parigot de Souza

220 e Parque Municipal Distrito Industrial I, as quais ações em todos parques previstos  
221 terão o custo de três milhões de reais; 4) Implantação de Parques Municipais  
222 (Estação do Cerrado II, Pedreira DER e parque entre Jardins Araucária e Gutierrez),  
223 cujas localizações advém do plano antigo; 5) Implantação e revitalização das praças:  
224 a) Praça Pedro Paulo Walker, em frente ao Jardim Santa Cruz; b) Praças nos Jardins  
225 América, Três Marias e Jardim Alvorada, sendo que a praça alvorada será atrás da  
226 COAMO e a praça três marias já existe, mas será realizada a urbanização; e c)  
227 Revitalização da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto – Praça do Fórum, cujo  
228 projeto será conclusivo até segunda (05); 6) Reforma e manutenção de praças  
229 (Getúlio Vargas, São José, Alvorada (Lar Paraná) e da Amizade (Ilha Bela); 7)  
230 Revitalização do Horto Municipal; 8) Elaboração do Plano de Educação Ambiental;  
231 e 9) Implementação do Licenciamento Ambiental pelo Município. Na área da Saúde,  
232 estão previstas construções de Unidades Básicas de Saúde (UBS) nas seguintes  
233 localidades: a) Jardim Paulista - será construída ao lado do GREP's, sendo que  
234 será utilizada a UBS antiga para outros equipamentos antigos; b) Europa, pois a  
235 UBS mais próxima é a do Danfere; c) Vila Urupês e Cohapar, pois são regiões  
236 maiores; e) Centro Social Urbano; e f) Jardim Albuquerque. Porém, foi relatado que  
237 o município não está encontrando terreno na região do Jardim Albuquerque para a  
238 construção da UBS. Além da construção de unidades de saúde, foi comentado a  
239 previsão para implantação do Centro de Especialidades Odontológicas; Centro de  
240 Atendimento da Mulher e da Criança; Reforma e ampliação de Unidades de Saúde;  
241 e Aquisição de veículos para atendimento da saúde, estimando-se gastos de  
242 aproximadamente oito milhões. Getulio sugeriu readequar as unidades existentes e  
243 otimizar a área da saúde, pois será inviável a construção de UBSs com a  
244 insuficiência de recursos para pagar funcionários. João Paulo disse que poderia  
245 substituir os imóveis alugados e usar os antigos para deixar de pagar alguns aluguéis  
246 e gerar recursos. Battilani, afirmou concordar com a construção no Jardim Europa,  
247 porém não acha necessária a construção no Jardim Alvorada, bem como relatou a  
248 impossibilidade de dois postos vinte quatro horas, tendo em vista que o município  
249 não consegue contratar mais pessoas. Já no eixo de Educação, as construções do  
250 CMEI Mundo Encantado no Jardim Flora e CMEI Primeiros Passos no Jardim  
251 Avelino Piacentini estão em fase de execução. Comentou-se também que a obra da  
252 Escola Municipal Professora Clarinha Wencel Casimiro, localizada no Jardim Avelino  
253 Piacentini, está em fase de conclusão. Todavia, também foi comentado estão  
254 previstas as construções da Escola Municipal Gurilândia e quadra de esportes da  
255 Escola Municipal Professora Clarinha Wencel Casimiro; Reforma e ampliação de  
256 CMEI'S e estabelecimentos escolares; Incorporação de tecnologia de informação e  
257 comunicação e Construção de escola nas imediações do Jardim Santa Cruz/Batel.  
258 Quanto a construção da nova Escola Municipal Gurilândia, foi relatado que há  
259 recursos do Fundo de Educação, estando em fase final da aprovação do projeto,  
260 cuja ideia é abrir licitação no início do próximo ano. Contudo, todas as obras citadas  
261 dentro da área de educação, terão o custo de doze milhões de reais. Na área de  
262 equipamentos de recreação, esportes e lazer há previsões para a) Construção e  
263 reforma de campos de futebol; b) Construção e reformas de ginásios de esportes,  
264 tendo já estabelecido a reforma do Ginásio JK, Walterlei de Oliveira e Aroldo

265 Gonçaves Neto; c) Reformas de estádio de futebol (Roberto Brezinski, Amadores e  
266 Piquirivaí); d) Reforma e ampliação da Cancha de Bocha da Vila Urupês; e)  
267 Construção, reforma e manutenção de quadras poliesportivas. Sendo mencionado  
268 que o bloco esportivo e melhorias na Praça da Juventude estão em fase de  
269 construção. Contudo, os gastos previstos o investimento em lazer, totalizam oito  
270 milhões de reais. Em penúltimo lugar, na área de equipamentos de cultura, estão  
271 previstas obras de Manutenção e adequação de Instalações Físicas no Teatro  
272 Municipal, Casa da Música, Museu Municipal, Biblioteca e Casa da Cultura, Recanto  
273 dos Tropeiros, Biblioteca do Lar Paraná e Biblioteca Cidadã, Construção de  
274 Barracão Cenotécnico, Construção de Barracão Oficina das Artes e Aquisição de  
275 veículo para Transporte de carga e pessoas. A último quadro de ações apresentado  
276 é relacionado a Equipamentos de Assistência Social, havendo sete ações previstas:  
277 a) Construção de Unidades para o funcionamento do Serviço de Convivência e  
278 Fortalecimento de Vínculos, através de política nacional; b) Reforma, ampliação e  
279 adaptação de instalações físicas; c) Implantação de Centros Dias para Idosos e  
280 Pessoas com Deficiência; d) Construção de Restaurante Popular; e) Construção de  
281 sede para o Conselho Tutelar, sendo que o está será responsável pela construção,  
282 pois não há recursos; f) Construção de unidade do CREAS; e g) Construção de  
283 unidade do CRAS. João Paulo, disse que na audiência pública foram aceitas e  
284 incluídas nas ações a construção da Escola do Trabalho; revitalização e adequação  
285 da quadra do Centro Social Urbano. Resumidamente, o Plano Plurianual já foi  
286 aprovado e há uma pressão popular para investimentos nas vias precárias,  
287 totalizando ao todo, duzentos e onze milhões em investimentos, dentro da  
288 capacidade municipal. Todavia, há percentuais da receita e metodologia para  
289 previsão de investimento, mas não é garantido que alcance os dois por cento ou  
290 ultrapasse. Getulio afirmou a necessidade de diminuir o custo e aumentar a  
291 arrecadação, tendo o administrador público a função de tomar todas medidas, para  
292 dar retorno ao longo do tempo, porém, caso não for realizada a reforma da  
293 previdência até janeiro ou fevereiro, o município não conseguira fazer mais, devido  
294 a eleição política. Carlos Facco, mencionou que várias ações não aparecem no  
295 plano, por ser de modernização e não haver necessidade de aparecer como  
296 investimento. João Paulo disse que o código de posturas e indicações está quase  
297 concluído, assim como, mencionou a participação do Newton Leal. A advogada  
298 Dâmares Ferreira, questionou ao João Paulo sobre a possibilidade de realizar uma  
299 apresentação antes da audiência Pública, o qual informou da apresentação no  
300 CONCIDADE. Por fim, ele relatou que o código de postura formou grupos técnicos,  
301 havendo professores da UTF, funcionários públicos e representantes da sociedade  
302 civil, tendo sido protocolado todos documentos e remetidos para procuradoria. Logo,  
303 o penúltimo ato será a apresentação para o CONCIDADE para que em sequência  
304 realize a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às  
305 nove horas e quarenta e oito minutos, e eu, Millena da Silva Pedrosa e Rosinaldo  
306 Nunes Cardoso lavramos a presente ata que, após assinatura dos presentes, será  
307 assinada por mim e pelo secretário executivo do CODECAM.

Millena da Silva Pedroso  
Estagiária

Rosinaldo Nunes Cardoso  
Secretário Executivo



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CODECAM

Dia: 01/11/2018

Horário: 08:00min

Local: Auditório da ACICAM

LISTA DE PRESENÇA

	Nome	Entidade que representa	Telefone c/ DDD	Assinatura
1.	ROBERTO M. KUSCETTO	OBSERVATORIO SOCIAL	9 99787117	[Assinatura]
2.	Carlos Alberto Facco	Sedec	3525 1878	[Assinatura]
3.	Elen Paula Bratto	Interado	99216986	[Assinatura]
4.	ANTERSON LUIZ VIDIGAL	SOSI / SENAI	998259456	[Assinatura]
5.	Candira Aguiar	Observatorio social /	99808-0622	[Assinatura]
6.	MAFACEL REWITO LIMA	UTPL	3518-8562	[Assinatura]
7.	FERNANDO YUKIO MISTE	SINDICATO	99948-0063	[Assinatura]
8.	OLEVENSOM JOSÉ GONCALVES	SANTA CASA	999490191	[Assinatura]
9.	JOSIEZ MARIAMITA	SENAR	99978-0922	[Assinatura]
10.	MIS MARCOS M. CAMPOS	CODECAM	99948-0504	[Assinatura]
11.	DANIEL FERREIRA	INDUG/CODECAM	99911-9629	[Assinatura]
12.	Roberto Serato	Vereador Luiz Alfredo	999319098	[Assinatura]
13.	EBSON BATILANI	CÂMARA MUNICIPAL	999099167	[Assinatura]
14.	Rafael Monechini Neto	CONTOVE-ACICAM	99119-8251	[Assinatura]
15.	Leandro Pereda	CONTOVE-ACICAM	99912-9294	[Assinatura]
16.	Juana Maria de Fátima	COMUS	999253595	[Assinatura]
17.	Genyung Ferreira	Santa Casa	991088830	[Assinatura]
18.	Rony Peterson de Rocha	UNESPAREPA	998365672	[Assinatura]
19.				

	Nome	Entidade que representa	Telefone c/ DDD	Assinatura
20.				
21.	ATER CRISTÓFOLI	FIEP	35183400	
22.	Grupo Percussão Boiko	UNESPAR - CODECAM	4980030220	
23.	Milhem da Silva Pedron	CODECAM	99830-7630	Milhem S. Pedron
24.				
25.				
26.				
27.				
28.				
29.				
30.				
31.				
32.				
33.				
34.				
35.				
36.				
37.				
38.				
39.				
40.				
41.				
42.				
43.				
44.				
45.				



Foto 04: Registro Fotográfico Reunião CODECAM  
01/11/2018



Foto 05: Registro Fotográfico Reunião CODECAM  
01/11/2018